



Cabeção, no distrito de Évora:
sessão com Álvaro Cunhal

Um presente a caminho do futuro...

Campanha CDU revela confiança e optimismo nos resultados eleitorais das próximas autarquias. Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal recordaram no fim-de-semana: as perspectivas são boas, mas que ninguém fique em casa no dia 12!

Págs. 3 a 7



... e um presente a caminho do passado

Um autêntico funeral
para a política de
ensino do Governo

A carga policial contra os estudantes nas escadas do Parlamento fez recordar os dias sombrios da repressão fascista. O desespero do cavaquismo aumenta face ao crescer da luta dos trabalhadores, da juventude e de muitos outros sectores

Editorial - Pág. 9

Trabalhadores das comunicações contestam «reestruturação»

Pág. 14

Medos que afligem o PS e o PSD

- artigo de José Casanova

Pág. 16

Propostas do PCP para a reforma dos serviços de saúde

Pág. 18

Itália

As consequências
da derrocada
da Democracia
Cristã

Pág. 17



Uma violenta carga policial dispersa uma manifestação de milhares de estudantes junto da Assembleia da República

RESUMO

24 Quarta

Durante uma manifestação em Lisboa convocada pelas associações de estudantes e integrada na jornada nacional de luta contra as propinas e a política de educação do Governo, registam-se graves incidentes junto da Assembleia da República, durante uma violenta carga da Polícia de Intervenção que provocou inúmeros feridos nos estudantes que se manifestavam pacificamente e em vários transeuntes. A saída do Palácio de Belém, após uma reunião para que foi convocado pelo Presidente da República, o Ministro da República para a Madeira declara aos jornalistas que o «regular funcionamento das instituições» naquela Região «não está afectado». A União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes reivindica a regulamentação da Lei de Bases da Prevenção e Reabilitação e Integração dos Deficientes e a criação de uma rede nacional de centros de medicina de reabilitação. Segundo uma resolução tomada em Bruxelas, a Comissão Europeia decide pedir mais explicações a Portugal sobre o encerramento das fronteiras à entrada de porcos vivos e derivados. O Governo suíço anuncia que decidiu «encetar negociações com as autoridades portuguesas» com o objectivo de encontrar uma «solução pragmática» para o problema das escórias de alumínio exportadas para Portugal.

25 Quinta

Ao mesmo tempo que estudantes de todo o país se solidarizam com os seus colegas de Lisboa, milhares de estudantes de todas as Faculdades desfilar pelas ruas da capital até à Assembleia da República numa manifestação silenciosa de protesto contra a brutalidade das acções da Polícia de Intervenção, na véspera, no mesmo local. Pelo seu lado, o Presidente da República, em declarações à imprensa, declara-se «muito mal impressionado» e «desgostoso» com a mesma carga policial. Num encontro com a comunicação social, a propósito da discussão na especialidade sobre o Orçamento de Estado, o Grupo Parlamentar do PCP manifesta-se contrário à penalização das autarquias que constitui a não aplicação da Lei das Finanças Locais e os cortes nas transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro. No final de uma reunião que decorreu durante todo o dia, o Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos decide «manifestar a sua total compreensão» relativamente aos motivos que levaram os médicos a convocar uma greve geral para os dias 2 e 3 de Dezembro. Numa declaração proferida durante o congresso anual do Conselho Regional Europeu da Federação Mundial para a Saúde Mental, a vice-presidente daquela Federação manifestou a sua preocupação pelo funcionamento dos hospitais psiquiátricos em Portugal. O Governo Moçambicano e a Renamo chegam a um entendimento sobre a futura lei eleitoral, enquanto representantes da ONU se preparam para inspecionar a partir de hoje os locais de acantonamento. Reúnem-se no aeroporto de Sarajevo, sob os auspícios das forças das Nações Unidas, os representantes das facções sérvia e muçulmana da Bósnia.

26 Sexta

Em Reuniões Gerais de Alunos do ensino superior, que se multiplicam por todo o país, os estudantes do ensino superior encaram a organização de uma paralisação nacional face aos graves acontecimentos

verificados nos últimos dias. Pela voz de Eurico de Melo, vice-presidente do PSD, o partido do Governo considera «muito graves», por poderem designadamente «pôr em causa os fundamentos do Estado», as declarações do Presidente da República acerca da carga policial sobre os estudantes. Numa manifestação realizada frente às instalações da empresa, várias centenas de trabalhadores da Telecom acusam o Governo de querer sacar 125 milhões de contos com a privatização, denunciando por outro lado o clima de repressão e intimidação que se vive na empresa. Pela primeira vez, desde 1936, realiza-se na Bélgica uma greve geral convocada pela duas principais centrais sindicais em contestação do plano governamental de criação de novos impostos, diminuição das despesas com a Segurança Social e contenção dos salários.

27 Sábado

Em reunião de Associações de Estudantes de várias universidades do país, concluída já de madrugada, é aprovada a realização de uma greve nacional na terça-feira, dia 30, e de uma manifestação nacional junto ao Ministério da Educação, na terça-feira, dia 7. O presidente da federação alemã dos empresários afirma, numa entrevista publicada pelo jornal «Ausbürger Allgemeine», que os despedimentos em massa verificados este ano na indústria alemã vão continuar em 1994 e que «uma retoma da economia não significará necessariamente uma retoma do emprego». Com sinais de progresso em direcção a alguns entendimentos sobre pontos-chave, prosseguem em Lusaka as negociações de paz entre delegações do Governo angolano e da UNITA. De acordo com um relatório da ONU, divulgado em Nova Iorque, o exército haitiano estaria directamente implicado no assassinio, em Port-au-Prince, de um apoiante do Presidente Aristide.

28 Domingo

Realiza-se em Lusaka uma reunião informal entre as delegações do Governo de Luanda e da UNITA em que é estudado um calendário para o fim das hostilidades. Uma sondagem publicada pelo jornal «Famiglia Cristiana» revela que os candidatos da esquerda obtiveram uma votação superior aos neofascistas na segunda volta das eleições italianas. O Governo britânico admite, pela primeira vez, o estabelecimento de contactos com o Exército Republicano Irlandês (IRA). Jovens empresários da Comunidade Europeia, reunidos em Bruxelas, declararam a sua insatisfação perante a perspectiva de um acordo no âmbito do GATT.

29 Segunda

Em vários estabelecimentos do Ensino Superior, por todo o País, realizam-se reuniões de estudantes contestando a lei das propinas e a política educativa. O PR promulga a nova lei sobre financiamento dos partidos políticos. Em conferência de imprensa, a Comissão Nacional de Eleições queixa-se da falta de meios postos à sua disposição pela AR e revela que pediu as gravações da RTP do comício do PSD no Porto, em que a participação de Cavaco Silva deu origem a um pedido de esclarecimento de um cidadão. Visita Portugal o presidente chinês Jiang Zemin. Na Câmara dos Comuns são divulgadas mensagens trocadas entre o governo britânico e o IRA. As Comissões Obreras e a UGT propõem a realização de uma greve geral em Espanha no mês de Janeiro.

EDITORIAL

A condenação da repressão

O bárbaro espancamento de estudantes pelo corpo de intervenção da PSP nas escadarias da Assembleia da República, na passada quarta-feira, pôs em grande relevo o vezo repressivo da governação do PSD e de Cavaco Silva.

Não há nenhuma desculpa ou justificação que possam explicar a violência desproporcionada e desproporcionada de que fez uso a força policial.

Não colhem as tentativas de Cavaco Silva e outros dirigentes do PSD para apresentarem como manipuladas as imagens que passaram em todos os canais de televisão, porque alegadamente «não apresentam os antecedentes da carga policial». Ora todos os testemunhos isentos confirmam a normalidade do comportamento dos estudantes e coincidem com aquelas imagens que apresentam vários agentes policiais a espancar com ferocidade estudantes já prostrados por terra e as de outros elementos do corpo de intervenção a perseguirem e a baterem em estudantes já em ruas distantes da Assembleia da República. Estas imagens falam por si!

As atitudes posteriores de vários membros do Governo e do PSD, a começar pelo próprio Primeiro-Ministro, indiciam a premeditação da intervenção policial para agir como elemento de intimidação não só em relação ao mal-estar e à luta dos estudantes, mas também em relação ao descontentamento e à luta de outras camadas da população, especialmente dos trabalhadores.

É aquilo que, na sua lógica ditatorial, Salazar chamava de «safano a tempo», como já foi lembrado, e que teve um outro recente antecedente na carga policial sobre os trabalhadores da TAP.

Tão grave como as selváticas cargas policiais são as declarações de diversos governantes, incluindo do Primeiro-Ministro, para tentar justificá-las alegando que «não vêem razões para censurar a polícia» e pretendendo apresentá-las, ao mesmo tempo, como coisa que deve ser considerada corrente e normal em democracia.

O que lembra preocupantemente os tempos do fascismo neste episódio repressivo não é apenas a carga bárbara do corpo de intervenção, é também a acção dos agentes secretos do SIS filmando os manifestantes, à procura dos «cabecilhas», ou infiltrando-se nas conferências de imprensa disfarçados de jornalistas e é, finalmente, a tentativa de legitimação da repressão, pretendendo-se apresentar as vítimas desta como «desordeiros profissionais» ou perigosíssimos componentes de uma conspiração.

Neste domínio da tentativa de legitimação da repressão, distinguem-se, mais uma vez, como teóri-

co do autoritarismo cavaquista, o deputado Pacheco Pereira. Este pretende transformar a luta legítima que levou os estudantes a S. Bento — o protesto contra a lei das propinas, contra o desastroso Orçamento para a educação e contra o caos no ensino superior — numa questão de ordem pública. É por isso que, para ele, a causa de tudo são os «sinais de uma crescente cultura de violência juvenil».

Até parece que foram os estudantes que espancaram o corpo de intervenção da PSP...

A tentativa de legitimação da repressão ao movimento estudantil atingiu, no entanto, uma especial gravidade para o próprio regime democrático, quando o PSD passou a transformá-la num pretexto para a guerrilha com a Presidência da República.

Pretendendo que a «preocupação» e o «desgosto» manifestado pelo Presidente da República a propósito dos acontecimentos «põe em causa os princípios do Estado de direito», a direcção do partido do Governo

O que pode pôr em causa o Estado de direito democrático não é que o Presidente da República se manifeste, segundo o seu juízo, sobre os mais graves acontecimentos do país, incluindo as intervenções policiais, mas, pelo contrário, que o Governo e os comandos da polícia possam ter a veleidade de condicionar as opiniões do Presidente da República.

desencadeou uma das suas habituais campanhas reunindo e atirando para a frente como voluntários ou como voluntários-forçados alguns dos bonzos e barões laranja mais conhecidos. Até aqui é grave, mas não é novo.

Pior é se nessa campanha o PSD se envolveu, como se depreende de notícias veiculadas pelo «Expresso», com comandos da PSP e se estes se permitiram ter a intenção de se manifestar junto do Presidente da República contra declarações por este proferidas no exercício do seu mandato.

Aonde é que vamos parar...

O que pode pôr em causa o Estado de direito democrático não é que o Presidente da República se manifeste, segundo o seu juízo, sobre os mais graves acontecimentos do país, incluindo as intervenções policiais, mas, pelo contrário, que o Governo e os comandos da polícia possam ter a veleidade de condicionar as opiniões do Presidente da República.

Já é significativo que no partido

do Governo e nos meios que lhe são próximos não exista a sensibilidade para perceber que uma tal situação corresponderia a pôr o regime de pernas para o ar e comprometer radicalmente o funcionamento das instituições.

Para quem considere exagerado atribuir ao cavaquismo o projecto de substituir o regime democrático por um regime de cariz autoritário, o episódio repressivo de quarta-feira passada e as posições sobre ele subsequentemente assumidas pelo Governo e o estado-maior do PSD são sumamente esclarecedoras.

A condenação do autoritarismo do Governo e da repressão torna-se assim uma tarefa imperativa para todas as forças democráticas.

Deve, por isso mesmo, destacar-se como um aspecto muito positivo da presente situação, o amplo movimento de simpatia e solidariedade testemunhado aos estudantes, que na Assembleia da República envolveu todos os partidos da oposição e fora dela todos os sectores da opinião pública desafectos ao PSD e mesmo entre alguns que lhe são afectos.

O PCP está na primeira linha desse movimento de solidariedade, como foi salientado em Declaração do Secretário-Geral, Carlos Carvalhas, e patentado na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar comunista que tomou a iniciativa da interpegação ao ministro da Administração Interna (e das polícias), provocando um debate muito importante para desmascarar a política educativa e repressiva do PSD e os seus dois mais directos responsáveis, Couto dos Santos e Dias Loureiro.

O movimento estudantil disfrutava agora de condições muito favoráveis para o desenvolvimento da luta contra a lei nº 20/92, sobre o aumento das propinas, contra o orçamento de miséria para a educação, contra o caos no ensino superior e por uma política educativa de orientação democrática, de acordo com os princípios, valores e objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo e da Constituição da República.

O carácter antiestudantil e anti-juvenil da política de direita do Governo do PSD foi mais uma vez flagrantemente posto em evidência. É indispensável que os estudantes e toda a juventude não dêem tréguas a essa política, como aliás está a acontecer com as greves, manifestações e outras formas de luta presentemente em curso.

No espírito dos portugueses que vão votar no próximo dia 12 de Dezembro, nas eleições para os órgãos das autarquias, a carga repressiva da escadaria da Assembleia da República não poderá deixar de estar presente. É um motivo a juntar a tantos outros de natureza social e económica que tornam indispensável a penalização do PSD nas urnas - a condenação da repressão.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 82 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's: Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7ªA, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Telef. (01) 815 34 87/8153511

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 88/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.768\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Carvalhas no distrito de Setúbal

Uma jornada de confiança

Montijo. O encontro é no Clube Desportivo Cultural e Recreativo "Os Unidos", onde o secretário-geral do PCP é aguardado pela camarada Jacinta Ricardo, presidente e de novo candidata à Câmara Municipal, e por Manuel Sobral, da Comissão Política do PCP, responsável pela DORS, e que acompanhará Carlos Carvalhas durante todo esse sábado, que foi marcado pela participação entusiástica da Juventude CDU. Ali mesmo alguns jovens ajudam à preparação das mesas do almoço-volante, e vão ser os mais vibrantes participantes durante o convívio. Carvalhas visita, à chegada, as instalações da colectividade, acompanhado por dirigentes dos "Unidos" e por Jacinta Ricardo. Depois é o almoço, na sala já cheia. Jorge Peixinho, cuja ausência no estrangeiro é explicada por motivos de ordem profissional, é o cabeça de lista à Assembleia Municipal e tornará ao Montijo nos primeiros dias de Dezembro, a tempo de participar na campanha.

O camarada Paleta, do CC e da DORS, dá início às intervenções. O presidente da Junta de Freguesia do Montijo, Antero Brotas, de novo candidato, fala da obra da Junta e da colaboração com a Câmara, por entre aplausos. Jacinta Ricardo é entusiasticamente saudada e manifesta-se confiante — "A população viu o que fizemos e o que não permitimos fazer e dar-nos-á a sua confiança para continuarmos o trabalho que temos desenvolvido", disse. E trouxe um quadro rápido dessa obra, que mais adiante especificaria, afirmando: "Propusemo-nos estancar a política de endividamento que vinha sendo seguida e conseguimos-lo; propusemo-nos introduzir disciplina nos gastos públicos e conseguimos-lo; propusemo-nos introduzir disciplina no

funcionamento dos serviços e conseguimos-lo; propusemo-nos realizar as obras necessárias ao desenvolvimento e modernização da nossa terra e conseguimos-lo. Por isso, camaradas e amigos, o orgulho que sentimos parece-nos ser legítimo e leva-nos a estar confiantes nos próximos resultados eleitorais".

Carlos Carvalhas, que falou seguidamente da situação política nacional em que as eleições autárquicas se enquadram, salientou que não é indiferente, no plano nacional, o reforço da CDU, que contribuirá para uma alternativa democrática.

Feijó. Carvalhas foi recebido pela camarada Maria Emília de Sousa, presidente da Câmara Municipal de Almada, à porta do Clube Recreativo onde já duas centenas de pessoas se juntavam. Presentes também os camaradas José Manuel Maia, do CC, vice-presidente da AR e presidente da Assembleia Municipal de Almada, de novo candidato. Os camaradas Posante, presidente da Junta do Laranjeiro, e José Pereira, candidato à nova freguesia do Feijó, foram os primeiros a tomar a palavra. O candidato à nova freguesia mostrou a sua confiança em levar a cabo um "projecto ousado e para cumprir, elaborado por pessoas que conhecem a nova freguesia e os interesses das populações; o presidente do Laranjeiro, "freguesia mãe", sublinhou, por sua vez, que "servir as populações é o objectivo sagrado da CDU, e será cumprido".

A presidente Maria Emília, que ali fez a sua primeira intervenção da jornada, referiu-se à obra da CDU no concelho, "só possível por quem ama esta terra", e ao novo programa, "nova carga de trabalhos", que a CDU não teme, "pois é o trabalho que nos anima!"

"Não temos adversários à

nossa altura", disse Maria Emília, "pois os que se nos opõem não conhecem nem a terra, nem as gentes, nem têm projectos", sublinhou, manifestando uma grande confiança não apenas na recondução da CDU, mas considerando que "está ao nosso alcance a maioria absoluta".

Finalmente, Carlos Carvalhas, sempre de improviso, criticou aqueles que, também em Almada, afirmam que o concelho precisa de estabilidade,



Montijo — obra feita!



Feijó — a nova freguesia CDU



Cacilhas — o numeroso convívio



Amora — os candidatos

desenvolvimento e segurança. "São os mesmos", sublinhou, "que estiveram de acordo com a destruição de empresas como a Lisnave e a Setenave", disse o dirigente comunista que, apontando a "oportunidade de nestas eleições castigar a política do PSD, contrária aos interesses do povo", não deixou de criticar o PS, "que aponta à Câmara responsabilidades que são do Governo".

Cova da Piedade. Aí foi a juventude. Uma sala a rebrantar de gente nova e de entusiasmo. E de festa, que transbordou para a rua e se armou em desfile, Almada fora, até ao Salão dos Bombeiros onde ia ser o jantar-convívio. Mas da juventude, que esteve sempre presente, em grande, nesta jornada, falaremos especialmente nesta página.

Cacilhas. O amplo salão

gimnodesportivo dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas foi afinal pequeno para o jantar-convívio. O número previsto duplicara rapidamente e havia já mil e duzentas inscrições, o que deu lugar a um jantar-volante, pois não havia espaço que chegasse. E mesmo este número foi excedido, com a participação da juventude. Quase dois milhares de pessoas acotovelando-se, num ambiente de grande confiança e alegria, que logo se transmitiria aos oradores, e levaria Maria Emília a confirmar ali a confiança crescente que a CDU vem reconhecendo entre a população e os eleitores do concelho. "A vitória da CDU é a vitória de Almada, de todas as freguesias, das gentes que aqui vivem e dos que aqui trabalham", disse a presidente e candidata à Câmara. Carlos Carvalhas, numa vibrante intervenção, sublinharia, para além da par-

ticipação de independentes nas listas e no apoio à CDU, e da elevada participação de jovens, o relevante empenhamento e destacada posição das mulheres na Coligação.

Amora, Seixal. Aqui termina a jornada de sábado para o secretário-geral do PCP. Uma jornada cheia e em cheio. O salão da SFOA está completo, plateia e balcão, quando a juventude que acompanha Carvalhas desde Almada o invade aplaudindo o espectá-

culo que ainda decorre e, amassando-se de pé nos poucos espaços livres. Depois é a apresentação de candidatos, que são chamados ao palco, onde toma primeiro a palavra Amâncio Pinheiro, candidato à freguesia da Amora, onde fala um representante da Juventude CDU e onde discursa Eufrazio Filipe, de novo candidato à presidência da Câmara do Seixal. Também neste concelho, afirma, "por vontade dos jovens, dos trabalhadores e das populações, não há alternativa à CDU", que se apresenta com um programa claro e com trabalho à vista.

Falando no final, Carlos Carvalhas dá, sem triunfalismos, notícias da campanha. A CDU vai bem. Cresce a confiança numa grande vitória que contribuirá para uma alternativa democrática!

■ Leandro Martins

Cada vez mais jovens na campanha!

Uma sala cheia e ruidosa saúda a chegada ao Clube Recreativo Piedense de Carlos Carvalhas, que vem acompanhado dos candidatos Maria Emília e José Manuel Maia, respectivamente presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Almada. Numa grande iniciativa de convívio integrada na campanha da CDU, os jovens assistiam na altura a um filme em que se mostrava a obra da CDU no distrito de Setúbal, as imagens sublinhadas por aplausos.

Os jovens conhecem Maria Emília, e a presidente da Câmara conhece-os. E felicita-os, na sua intervenção, por terem aceite participarem na Juventude CDU, uma força jovem a favor da vida e do progresso. Falou das realizações da sua gestão no concelho, onde avultam a Casa Municipal da Juventude, onde se faz cultura; da mais moderna rede de equipamentos desportivos; de iniciativas dedicadas aos jovens do concelho, o parque de skate, o apoio ao surf e ao desporto "radical". E abordou o que, de acordo com os jovens, se vai fazer no futuro próximo, destacando o grande complexo de piscinas municipais, o hipódromo municipal, a nova pista de atletismo, a Pousada da Juventude em S. João da Caparica, onde os jovens de Almada poderão receber os seus amigos do distrito, do país e do estrangeiro. "Vamos por aí convosco, nestes próximos quatro anos, fazer isto tudo!"

Aplaudindo, os jovens mostram que tais palavras da presidente não são propaganda. Que resultam de um diálogo fácil entre os autarcas da CDU e a juventude de Almada.

Tomou depois a palavra o jovem Nuno Fernandes, que se referiu à política de desigualdade e de injustiça do Governo, do desemprego, do difícil acesso ao ensino superior, da carga policial que recentemente se abateu sobre os estudantes em luta. E dos cerca de 400 candidatos jovens que estão nas lis-



A Juventude

tas CDU em todo o distrito e que prometem "ser a nossa voz", da presença cada vez maior de jovens na campanha.

O secretário-geral do PCP, que saudou a juventude, começou por, entre os aplausos, lembrar a indigna agressão aos jovens que se manifestavam junto da Assembleia da República. E afirmou:

"Se o Ministro da Educação e o Ministro da Administração Interna tivessem um pouco de vergonha, já tinham pedido a sua demissão. É inadmissível que no Portugal democrático,

às portas da Assembleia da República, se assista a cenas de brutalidade contra uma manifestação de estudantes, no exercício de um direito constitucional. As propinas a bastão são a nova face da reforma educativa do Governo. A juventude não aceita a prepotência nem a hipocrisia.

"Também em 12 de Dezembro a juventude não pode deixar de repudiar um partido que, depois de mil e uma promessas, não só tem desvalorizado a escola pública, como tem acentuado o elitismo no ensino. A juventude não pode deixar de condenar um partido e um Governo que hipocritamente prometeu o acesso ao ensino universitário e que agora deixa 25 000 jovens de fora. A juventude não pode deixar de protestar e castigar um partido e um Governo que teimosamente querem impor à força uma lei iníqua sobre as propinas".

Carlos Carvalhas, que a seguir continuaria a jornada, teve ainda oportunidade de conviver com as centenas de jovens que depois o iriam acompanhar, participando entusiasticamente nas iniciativas da CDU.

■ LM

Confiança para continuar a obra feita na Marinha Grande

Um muito participado comício-festa encheu de apoiantes e activistas da CDU o vasto salão da «Ordem», na Marinha Grande, onde foi feito um balanço do trabalho realizado no mandato que agora termina e foram apresentados os candidatos da coligação às eleições de 12 de Dezembro.

No comício — em que interveio o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e esteve presente Joaquim Gomes, da Comissão Central de Controlo do Partido — ficou patente a confiança em continuar a obra feita. Os candidatos Saúl Fragata, Teresa Neves (do PEV), Carla Margarida (da Juventude CDU), Norberto Barroca (conhecida personalidade do teatro e da cultura, que foi assessor da CM neste último ano e agora integra a lista da CDU para o executivo municipal) e João Barros Duarte (actual presidente da Câmara e de novo candidato ao cargo) falaram sobre o trabalho dos eleitos da coligação, responderam às críticas dos adversários e apelaram ao voto na CDU para dar continuidade à gestão autárquica virada para o desenvolvimento do concelho e para a resposta aos anseios dos munícipes.

incomoda e retira aos nossos adversários qualquer possibilidade de, sem recurso à mentira, à calúnia e à demagogia, nos desacreditarem junto do eleitorado».

Depois de denunciar a política central de asfixia financeira, Barros Duarte recordou que, «segundo o exemplo do Governo, que não cumpre a Lei das Finanças Locais e vai retirar ao concelho, em 1994, 156 mil contos, PS e PSD juntaram os votos na AM da Marinha Grande e recusaram à CM a cobrança de 50 mil contos da derrama».

Mas as várias dificuldades surgidas não obstaram à execução de inúmeras e importantes obras neste mandato, sublinhou o autarca comunista, desafiando um rol onde, entre outras, incluiu a zona industrial, a remodelação da avenida José Gregório, construção e reparação de estradas e arruamentos por todo o concelho, a construção do estádio municipal, a aquisição do palácio dos Barosas para instalar o museu municipal, a nova escola C+S, o Plano Director Municipal (concluído e posto em discussão pública).

Carlos Carvalhas, cuja intervenção encerrou o comício, referiu que a campanha da CDU está a desenvolver-se com grande dinamismo por todo o País, a coligação tem recebido muita simpatia das populações e muitas adesões de jovens, o que leva o secretário-geral do PCP a concluir que «estamos em condições de conseguir os objectivos» definidos.

Como nas intervenções de outros candidatos (nomeadamente de Carla Margarida), foi condenada por Carlos Carvalhas a carga policial sobre os estudantes frente à AR e a atitude dos ministros da Educação e da Administração Interna. O dirigente comunista acusou ainda o PS de ter duas caras na atribuição de responsabilidades a câmaras municipais e ao Governo (candidatos socialistas continuam a apontar a câmaras CDU responsabilidades que são do Governo central, como em concelhos de maioria socialista outros autarcas do PS afirmam).

Comentando afirmações de Cavaco Silva e dirigentes do PSD acerca das ilações que se podem tirar dos resultados das eleições autárquicas, Carlos Carvalhas contrapôs que, se eventualmente o PSD não sofresse a mais que certa derrota que vai sofrer em 12 de Dezembro, o Primeiro-Ministro não deixaria de vir dizer que, afinal, não era tão grande o descontentamento popular e estava ali uma prova do apoio de que o Governo disfrutaria para prosseguir a sua política.

As intervenções foram frequentemente interrompidas por aplausos e palavras de ordem de apoio à CDU. A festa, animada com a música de Jorge Lomba, prosseguiu pela noite dentro.

■ DM



Marinha Grande — o apoio à CDU

Alenquer

Que nenhum voto falte!

“Que nenhum voto falte!” é o apelo insistente repetido por Carlos Carvalhas nos vários contactos havidos com populares em diferentes localidades ribatejanas, numa curta digressão que culminaria na sessão de apresentação de candidatos realizada no auditório Damião de Goes em Alenquer.

Um apelo que passa pela compreensão das dúvidas de cada um — “já votámos muitas vezes e nada muda...” — mas aposta na capacidade de convencimento dos exemplos concretos da actividade dos eleitos da CDU. “Água mole em pedra dura... E nós nem sequer somos apenas água mole”.

Num fim de tarde gelado, a caravana CDU zigzagueou, de aldeia em aldeia, por campos verdes, que a cidadãos como nós nada dizem da crise que lavra pela agricultura. Breves encontros em Casal Branco, Atalaia, Abrigada, que acabaram, noite feita, no Carregado.

No jantar que decorreu em restaurante de camaradas em Pereiro de Palhacana, Álvaro Diniz, candidato à presidência da Câmara Municipal, refere uma política ruinosa (no caso, da responsabilidade do Partido Socialista), que se traduz em carências gritantes. “Metade da população não dispõe de sistema de esgotos. Não há actividade cultural para os nossos jovens”. Carlos Carvalhas, que caracteriza a política actual como “errada e injusta”, também pela concentração de riqueza que promove, refere dados que só por si bem reflectem o conteúdo e objectivos da política do PSD.

Um quadro de crise, em que a CDU se afirma como “alternativa, coligação unitária, espaço de democracia”.

Porque aposta numa “democracia directa”, na “resolução dos problemas, com as populações”.

Porque, “se nos reforçarmos, estamos a abrir perspectivas para uma política que sirva o país e o povo, para uma alternativa democrática”, como sublinhou Carvalhas em breve intervenção em Abrigada.

Razões de sobra para que se aposte numa “grande batalha”, como diria Álvaro Diniz. Batalha “de esclarecimento e de convencimento”.

A ausência de redes completas de esgotos e de água, o péssimo estado das estradas, o trânsito caótico, o desinteresse pela situação escolar das crianças ou a necessidade de espaços verdes (transformados em parques de estacionamento...), foram algumas das carências referidas por Nazaré Gonçalves, candidata à presidência da Junta de Freguesia de Triana. Carências “comuns a quase todas as freguesias” da zona, como sublinhou.

Uma situação que impõe a urgência da mudança, referida por Vladimiro Matos, candidato à presidência da Assembleia Municipal de Alenquer, que caracterizou a política do PS no concelho como uma política “centralista e irrealista”, marcada por uma “enorme falta de diálogo com as populações”.

Em alternativa, a CDU propõe-se abrir ao diálogo e à participação das populações, nomeadamente pela descentralização, por todas as freguesias, das reuniões de Câmara e Assembleias Municipais, pela criação de uma Comissão Municipal da Juventude.

■ LC

Peniche: uma lista unitária e dinâmica

O carácter amplamente unitário das listas da CDU para os órgãos autárquicos de Peniche, com 60 por cento de independentes, foi sublinhado pela candidata a presidente da Câmara. No jantar da passada sexta-feira, que juntou cerca de 200 pessoas e contou com a presença de Carlos Carvalhas, Margarida Taveira saudou ainda o dinamismo dos candidatos e apoiantes da coligação, que tem estado à frente do PSD, do PS e do CDS nas iniciativas desenvolvidas: a CDU, recordou aquela advogada (ela própria sem filiação partidária), foi a primeira força a apresentar publicamente os cabeças-de-lista para os órgãos municipais, em 16 de Julho; foi também a CDU quem primeiro apresentou as listas completas dos candidatos aos órgãos do concelho e das freguesias e, neste caso, fazendo o que mais nenhuma força ali fez — apresentar os candidatos em cada uma das sedes de freguesia.

Margarida Taveira contrariou a argumentação que candidatos laranja têm usado, de que seria mais fácil, com o PSD também nas autarquias, conseguir apoios e colaboração do Governo. «Ao longo

destes últimos dois mandatos, vimos bem que isso não é verdade», afirmou a candidata da CDU, que fez severas críticas à actuação da maioria PSD na Câmara e apontou a coligação PCP-PEV como a única alternativa verdadeira para implantar no município uma gestão apontada ao desenvolvimento e à resolução dos problemas das populações.

Carlos Carvalhas salientou na sua intervenção a importância das eleições de 12 de Dezembro. Na análise da situação política nacional, o secretário-geral do PCP dete-

ve-se, entre outros pontos que marcaram as suas intervenções públicas neste fim-de-semana, nos problemas dos sectores que mais peso têm no concelho de Peniche, apontando as responsabilidades do Governo PSD no agravamento da situação da agricultura, do turismo e particularmente das pescas, onde se tem verificado uma acentuada diminuição das capturas de pescado e a passagem de importantes unidades pesqueiras para as mãos de armadores estrangeiros.

■ DM



Alenquer — que não falte um voto!



Peniche — a alternativa

Carlos Carvalho no Distrito de Santarém

■ Henrique Custódio

Este projecto merece continuar!

Foi em Benavente, o único município português com duas piscinas aquecidas cobertas e o maior índice de desenvolvimento da sub-região em que se insere, que o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, iniciou a jornada do passado domingo por terras ribatejanas. Seguiu-se Coruche, o Concelho que, à volta do seu Vale do Sorraia, se pode orgulhar de possuir das mais férteis zonas agrícolas e poderosas tradições revolucionárias do País, e Abrantes, onde a política ruinosa do cavaquismo está a deixar cada vez mais "tudo como dantes". Pelo meio, e extra-programa, passou por Alpiarça a dar uma palavrinha à grande festa CDU marcada para esse dia. Entre encontros, comícios e convívios à volta da mesa, o Secretário-Geral do PCP mais uma vez mobilizou multidões e desencadeou o mesmo entusiasmo em diferentes geografias políticas do Distrito de Santarém, neste caso tendo o "território CDU" de Benavente e Coruche por um lado e, por outro, a "incongruência PS/PSD" de Abrantes.

Começando pelo fim, temos a tal "incongruência PS/PSD" de Abrantes, definição não afirmada na visita de Carlos Carvalho mas inferida dum quadro económico, social e político com expressões concretas.

Abrantes - a lendária "Aurantes" romana das pesquisas de ouro pelas margens do Tejo - é um Concelho onde a agricultura e a indústria tiveram desenvolvimentos qualificados que conduziram a gestões autárquicas PS; estas, ao arrepio duma confiança repetidamente de esquerda da sua laboriosa população (reforçada por sólidas, embora minoritárias, posições da CDU), tão desastrosamente responderam aos problemas e expectativas das populações que o PSD acabaria (para sua própria surpresa) a conquistar o município nas últimas eleições autárquicas. À incompetência PS somou-se a do PSD e os resultados estão à vista: um Concelho economicamente

poderoso onde os atrasos se acumulam a partir da própria infra-estrutura básica.

A passagem de Carlos Carvalho por Abrantes fez-se pelo Tramagal, Freguesia industrial erguida à volta da Metalúrgica Duarte Ferreira, hoje a braços com um despedimento colectivo de muitas centenas de trabalhadores, enquanto o Concelho é vergastado pela crise cavaquista. Num jantar-convívio previsto para 140 pessoas que teve de ser alargado para cerca de 200, o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Abrantes, o médico e, até agora, deputado do PCP Luís Peixoto deixou bem claras as razões da confiança da CDU num reforço nas próximas eleições autárquicas, contrapondo a eficácia do trabalho dos eleitos da Coligação no Concelho, apesar de se encontrarem em situação de minoria, com a incompetência acumulada das gestões do PS e do PSD. O entusiasmo dos convivas e o



José Ganhão, presidente da Câmara Municipal de Benavente, no uso da palavra em Samora Correia



Manuel Brandão, presidente da Câmara Municipal de Coruche, durante o comício do Couço

sucesso da iniciativa confirmaram, calorosamente, as palavras do candidato da CDU.

De Benavente a Coruche passando pelo Couço

Mas, como dissemos, a jornada do passado domingo de Carlos Carvalho pelo Distrito de Santarém começou no Concelho de Benavente, mais concretamente na importante Freguesia de Samora Correia. O

encontro com a população deu-se frente às recém-inauguradas piscinas municipais (que se juntaram às piscinas de Benavente, abertas ao público no princípio do ano, o que transformou Benavente no único município nacional dotado com duas piscinas cobertas, aquecidas e com capacidade para a competição desportiva). José Ganhão, o prestigiado presidente da autarquia e de novo candidato, pegou no slogan da CDU local - "Mais desenvolvimento, melhor futuro" - e afirmou: "Após criar-



Pormenor do comício do Couço



O jantar do Tramagal (concelho de Abrantes) excedeu as expectativas

mos todas as infraestruturas ao longo de quatro mandatos, encontramos-nos em condições de avançar para outras questões. Estão lançadas as bases para o desenvolvimento industrial e estamos prontos para a desconcentração, sem que isso venha a significar desordenamento ou poluição. Quem for expulso da grande cidade, há-de encontrar aqui qualidade de vida". Na verdade o Concelho de Benavente está a registar um fenómeno singular - o do regresso e fixação de habitantes - encabeçando todos os índices de desenvolvimento na sub-região em que está integrado, factos devidamente assinalados por José Ganhão, que acrescentou, sempre muito ovacionado:

"Aqui não há corrupção nem compadrio. Os eleitos da CDU nunca traíram os munícipes nem os seus interesses, apresentamo-nos de mãos limpas, com obra feita e à vista de todos, quer se fale dos pequenos lugares, como a aldeia do Peixe, ou das grandes concentrações urbanas. Sempre praticámos uma gestão participada e aberta e se temos médicos e escolas em todo o Concelho, estradas a garantir-lhe as comunicações, foi em resultado do nosso trabalho em estreita ligação com as populações, cujos interesses são a razão de ser da nossa intervenção autárquica. Este projecto merece continuar!"

A visita de Carlos Carvalho ao Concelho de Benavente prosseguiu com um breve comício no largo 25 de Abril da vila, um almoço-volante na Barrosa, num magnífico largo adstrito ao complexo social com que, já há anos, a Câmara dotou esta pequena Freguesia de 600 eleitores, onde nada falta (póidesportivo, escolas, pré-primária, jardim infantil, etc), e um rápido encontro com a população da Freguesia de Santo Estêvão.

Dali o Secretário-Geral do PCP seguiu para o Couço, Freguesia rural do Concelho de Coruche, uma aldeia lendária da resistência antifascista e

da construção do Portugal de Abril. Aguardava-o uma grande multidão num largo onde nem a ameaça da chuva arrefeceu o entusiasmo. Havia festa e os dois ranchos folclóricos da terra (um do Couço e outro de Santa Justa) estavam a terminar a sua actuação. Joaquim José Dias, candidato à presidência da Junta de Freguesia do Couço, fez uma breve intervenção inicial de vigoroso empenho no trabalho autárquico, seguindo-se o presidente do Município e de novo candidato ao cargo, Manuel Brandão que, num discurso vibrante, falou da riqueza agrícola do Concelho, atravessado pelo Vale do Sorraia, do labor e combatividade dos seus habitantes, da "estagnação da produtividade imposta pela política ruinosa do Governo", do trabalho autárquico à frente de um município onde "com orgulho vos represento". Foi de novo com música e festa que o comício terminou.

Nas suas intervenções, o Secretário-Geral do PCP criticou frequentemente o slogan com que o PSD se apresenta a estas eleições ("Vamos ganhar o futuro"), perguntando: "Como se pode ganhar o futuro quando se está a destruir o presente?". O PS também não ficou ao abrigo das críticas do Secretário-Geral do PCP, nomeadamente pela sua falta de escrúpulos ao responsabilizar (correctamente) o Governo por questões que são da sua competência (como a habitação ou as acessibilidades) quando fala em autarquias PS, e assacar essas responsabilidades à CDU quando discursa no terreno desta. Carlos Carvalho deu ainda particular relevo à importância destas eleições, tanto pelo que significam para os interesses mais próximos das populações, como para a abertura de uma alternativa democrática à desastrosa política do Governo do PSD, fazendo um veemente apelo ao voto na CDU e à mobilização de todos e de cada um para esse objectivo.

Vila Franca de Xira

Confiança na renovação do mandato da CDU

A apresentação pública dos candidatos efectivos e suplentes da CDU à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no último dia 23, na sede da Sociedade Euterpe Alhandrense, constituiu uma imponente e expressiva manifestação do enraizamento político e social da Coligação Democrática Unitária no concelho.

Nas mesas do belo salão da Euterpe, que foi pequeno para uma mais folgada arrumação dos 750 apoiantes e algumas dezenas de democratas especialmente convidados para o jantar-convívio de apresentação da lista, reinou a alegria e a confiança na renovação do mandato da CDU no concelho.

Entre entusiásticas aclamações, a presidência da mesa, onde se encontravam os candidatos e outros destacados membros da CDU, enunciou a composição pessoal da lista - democratas

com provas dadas ao serviço da população do concelho onde o balanço dos trabalhos realizados, apesar do espartilho financeiro do Governo cavaquista imposto às autarquias locais, é francamente positivo.

Fizeram intervenções políticas Daniel Branco, actual Presidente da Câmara e da Junta da Área Metropolitana de Lisboa e cabeça de lista para as eleições de 12 de Dezembro, e o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, que teceram considerações apropriadas sobre o significado local e nacional das eleições autárquicas.

Daniel Branco, numa breve prestação de contas do seu mandato e de um activo de trabalho da CDU, aproveitou para entregar à Direcção da Euterpe um cheque de mil contos em nome da AECOD, como contribuição para a compra de instrumentos da colectividade que tem desempenhado no concelho e na Vila de Alhandra, de ricas tradições democráticas, um papel de excepcional relevo.

Daniel Branco informou ainda que no actual mandato da CDU a AECOD subsidiara com 6 500 contos outras 15 colectividades do concelho.

Carlos Carvalho encerrou os discursos numa intervenção em que reafirmou o objectivo de manter sob a direcção da CDU a Câmara de Vila Franca de Xira, garantia de que a autarquia continuará sem desfalecimentos ao serviço da sua população.

Da iniciativa de Alhandra a causa da CDU e a crença numa nova vitória saíram visivelmente reforçadas.



Álvaro Cunhal nos distritos de Faro, Beja e Évora



Recuperar a Câmara de Alvíto (na foto), perdida há 7 anos para o PSD, é um dos objectivos da CDU. Ainda neste concelho, Álvaro Cunhal encontrou-se com a população de Vila Nova da Baronia



No concelho de Beja para além do almoço com activistas, realizaram-se encontros nas freguesias de Salvada, Cabeça Gorda (na foto) e Beringel. A jornada de Sábado terminaria em Cuba

Beja

A obra está à vista – é preciso continuar

No distrito de Beja a CDU detém actualmente a maioria das gestões autárquicas. Numa região em que é conhecida a influência e implantação dos comunistas, a Coligação Democrática Unitária apresenta nas suas listas mais de 50 por cento de candidatos que não são militantes do PCP, uma das maiores percentagens a nível nacional.

Para José Manuel Carreira Marques, que se recandidata à Câmara Municipal de Beja, este facto demonstra a abertura e a capacidade de ouvir da CDU, disse no decorrer de um almoço com perto de meio milhar de pessoas, realizado nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Beja, e que contou com a presença de Álvaro Cunhal.

A composição nas listas do concelho revela ainda a preocupação de integrar pessoas com uma grande diversidade de pro-

fissões, bem como mulheres e jovens, de forma a permitir contacto mais directo dos órgãos autárquicos com os diversos sectores da sociedade.

Novidade em Beja foi o acordo estabelecido com a UDP, que possibilitou a integração de militantes seus em lugares elegíveis.

Carreira Marques não deixou de comentar a campanha do PS que procura confundir o eleitorado com a ideia de que pelo menos irá retirar a maioria absoluta à CDU na Câmara de Beja. Recordando a grande obra realizada, o candidato da CDU perguntou: «há alguma razão para não termos confiança; foi porventura cometido algum erro grave que tenha posto em risco o desenvolvimento do concelho?» e continuou referindo que «estamos a fazer uma campanha limpa, não só porque acordá-

mos em manter a cidade limpa e não sujar as paredes com propaganda», mas também porque «não fazemos da campanha eleitoral uma feira de promessas. Sabemos que nos exigem o cumprimento dos nossos programas, por isso fazemos propostas responsáveis».

Antes do almoço, Álvaro Cunhal, acompanhado de Carreira Marques e de António Vitória, do CC e responsável pela organização regional do Partido, tinham estado em três freguesias do concelho de Beja: Salvada, Cabeça Gorda e Beringel.

Em Beringel soubemos que o PSD não concorre às eleições, abrindo assim caminho ao PS. Achámos o facto estranho mas logo compreendemos o que estava por detrás. É que o PS tem a Junta de Cabeça Gorda e a sua gestão foi de tal forma ruínoza que a única forma que encontrou para tentar manter a freguesia foi chegar a acordo para que o PSD não apresentasse listas naquela freguesia. Em troca aceitou não concorrer em Beringel, onde a CDU é maioritária.

No Alvíto – concelho para onde se dirigiu depois de almoço Álvaro Cunhal – o PSD governa a Câmara há sete anos. Antes a autarquia era gerida pela CDU e a obra realizada ainda hoje recorda.

Pelo contrário, do programa eleitoral apresentado pela lista laranja há quatro anos atrás, pouco ou nada foi feito. Como realçou o candidato Lopes Guerreiro, autarca experiente que pertenceu ao executivo da CM de Beja, entre muitas promessas «os candidatos PSD comprometeram-se nas últimas eleições a darem parte dos seus salários a instituições com carácter social». Vergonhosamente, porém, nem sequer esse compromisso foi respeitado. Praticamente findo o mandato nem um tostão foi doado.

Cumprir as promessas e realizar bom trabalho foi a mensagem deixada pelos candidatos CDU no encontro com a população de Vila Nova de Baronia, onde Maria Teresa Serrão é a cabeça de lista da CDU.

A jornada de Álvaro Cunhal no distrito de Beja terminou com uma sessão em Cuba, num agradável auditório do Centro Cultural inaugurado pela Câmara há cerca de um ano, e que hoje é criticado por alguns partidos por ser na sua opinião, imagine-se, «demasiado luxuoso» para a população de Cuba. Refiriu-se a propósito que neste espaço está exposto o espólio do escritor Fialho de Almeida, que terminou os seus dias em Cuba.

Provavelmente para esses, serão também excessivas e quicá supérfluas as numerosas obras realizadas pela Câmara a que preside e se recandidata António São Brás. O concelho está coberto a 100 por cento por saneamento básico. Como referiu o candidato, «em Cuba não há nenhuma casa que fique pronta para habitar sem que tenha já concluídos os arruamentos e as respectivas infraestruturas de água e saneamento. A autarquia custeou a construção de 20 fogos para realojamento das famílias mais carenciadas, bem como entendeu colocar sete apartamentos à disposição dos técnicos de saúde que se quisessem fixar no concelho.

Por outro lado, a obra da câmara não se resume à sede do concelho: «em todos as freguesias foram construídos polidesportivos, bem como todas dispõem de estações de tratamento de águas residuais, designadas habitualmente por ETAR's. Acresce a tudo isto a excelente situação financeira em que a Câmara se encontra: «Não temos dívidas», afirma António São Brás.

Foi de resto a boa saúde financeira de que a autarquia goza que permitiu resolver, sem subsídios do Governo, o grave problema do abastecimento de água que afectou o concelho no passado verão, em consequência do grande período de seca que se fez sentir em todo o Alentejo.

A Câmara atacou o problema e, em mês e meio, resolveu-o com novas condutas e captações que orçaram em cerca de 30 mil contos.

A capacidade de realização da autarquia em muito se deve ao grande quadro de pessoal. É a maior entidade empregadora do concelho, mas respondendo a alguns membros do Governo que acusam as câmaras de ter pessoal a mais, São Brás desafiou-os a mostrarem melhor gestão dos dinheiros públicos, afirmando que «a administração directa tem dado resultados positivos mesmo em termos de produtividade». E eles estão à vista – a população sabe-o e por isso vota CDU.

Barlavento algarvio com confiança na CDU

Uma hora antes da chegada de Álvaro Cunhal, já a sede de campanha da CDU em Lagos se tornava pequena para o grande número de pessoas que ali acorrera.

Era o primeiro encontro com candidatos e activistas da CDU no barlavento algarvio, onde se deslocou, sexta-feira passada, Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP, acompanhado de Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política do PCP e responsável pela organização regional do Partido.

Seguiram-se iniciativas em Lagoa e Portimão, concelhos onde a CDU apresenta ao eleitorado candidatos prestigiados e conhecidos das populações. Entre eles a grande percentagem de independentes, mulheres e jovens confirma o projecto aberto e unitário que a coligação reclama como património seu.

Maria Luísa Teixeira é licenciada em Direito, reside no concelho há 13 anos, onde é conservadora do Registo Civil. Jorge Sequeira é médico, director do Centro de Saúde de Lagos. Ambos não têm filiação partidária, mas tal não impediu que, no seio da CDU, encabeçassem as listas, respectivamente, à Câmara e Assembleia Municipal de Lagos e assim participar na batalha para afastar o PSD da gestão dos destinos do concelho.

Álvaro Cunhal, depois de responder a sucessivas perguntas dos jornalistas que de imediato o rodearam de gravadores

e o bombardearam com flashes, dirigiu algumas palavras aos presentes salientando precisamente o grande número de candidatos independentes que integram as listas da CDU – mais de 35 por cento a nível nacional. Contudo, esta participação de candidatos sem «opção partidária» não decorre exclusivamente da maior ou menor implantação do Partido. O dirigente comunista recordaria que no distrito de Beja, onde é inegável a forte influência dos comunistas, mais de 50 por cento dos candidatos são independentes.

Entusiasmo e sala cheia fomos encontrar também em Lagoa onde mais de duas centenas de pessoas enchiam por completo o restaurante onde a CDU promoveu um jantar de apoiantes e activistas.

Perante os numerosos presentes Carlos Couto, candidato à presidência do Município, não conteve uma palavra de satisfação pela adesão à iniciativa, manifestando-se confiante no resultado eleitoral da CDU.

A última iniciativa prolongou-se até cerca da meia-noite na colectividade de Portimão Boa Esperança. Foi uma participada sessão em que foi dada a palavra à assistência para colocarem perguntas aos cabeças de lista.

Para Rui Sacramento, candidato à Câmara de Portimão, o momento exige uma mudança qualitativa na gestão do município, à frente do qual se encontra o PS há 17 anos.

Face a um concelho com múltiplas necessidades estruturais e carências sentidas pela população, a CDU surge em Portimão com um programa claro que pretende melhorar a qualidade de vida, promover o desenvolvimento económico e dinamizar a vida cultural.

Preconizando a resolução de inúmeros problemas, os candidatos defendem a aprovação de um plano director municipal e de planos sectoriais para o concelho, bem como intervenções na recuperação das pescas e agricultura com introdução de novas tecnologias, e a definição de políticas sectoriais de turismo, cultura e desporto.



Álvaro Cunhal encontrou-se com activistas e candidatos da CDU nas cidades de Lagos (na foto), Lagoa e Portimão

PCP



No jantar que reuniu mais de 500 pessoas, em Vendas Novas, Álvaro Cunhal considerou a participação dos democratas independente nas listas da CDU como «uma grande riqueza»



O povo de Cabeção, com gloriosas tradições de luta, encheu o Largo 1.º Maio para escutar Álvaro Cunhal



No Ciborro foi recordada a imensa obra realizada pela Câmara que modificou a face do concelho

Um presente com garantia de futuro!

Mais desenvolvimento económico

O aprofundamento da gestão democrática, com uma maior aproximação dos eleitos às populações e o reforço da descentralização de competências às freguesias, valorizando simultaneamente o trabalho colectivo dos diversos órgãos, constituem linhas privilegiadas de actuação dos candidatos CDU aos diferentes órgãos autárquicos no concelho de Mora. O anúncio foi feito por João Saraiva, no almoço que reuniu na freguesia de Brotas mais de centena e meia de apoiantes da Coligação, a quem expressou igualmente o compromisso de prosseguir a acção de desenvolvimento integrado do concelho, tendo em vista o seu correcto ordenamento, a salvaguarda da qualidade ambiental, a defesa e valorização do património, o reforço do apoio ao ensino e à formação profissional e a dinamização do processo de desenvolvimento económico.

Num concelho onde é particularmente visível a notável obra da CDU, operada ao longo de mandatos em que foi sucessivamente reiterada em sufrágio a confiança das populações, a questão do desenvolvimento económico surge também como um desafio a vencer pela equipa dirigida por João Saraiva. A este propósito, salientou ser sua aposta a "criação de novos postos de trabalho estáveis", bem como o aumento da riqueza gerada no concelho, objectivos que passam pelo apoio à "valorização do tecido produtivo instalado" e pela "divulgação e promoção das nossas potencialidades de atracção ao investimento exterior".

A continuação da luta por "uma alternativa à política de desenvolvimento regional do Governo" - a quem João Saraiva acusou de privilegiar de "forma afrontosa o investimento no litoral" - e o recurso a todas as fontes de financiamento disponíveis, designadamente aos fundos comunitários, constituem dois outros campos de acção futura a privilegiar pela CDU, única força política a apresentar listas completas a todos os órgãos autárquicos do concelho.

Uma diferença fundamental

Com uma "imensa obra que transformou a face do concelho", como lembrou na freguesia do Ciborro num encontro com a população o cabeça de lista pela CDU à Câmara, Pinto de Sá, também em Montemor-o-Novo o clima existente é de grande confiança na obtenção de um bom resultado eleitoral.

Acabar o pouco que falta em termos de saneamento básico, implementando ao mesmo tempo um projecto de gestão que tem como vectores fundamentais a defesa do ambiente, a qualidade de vida e a solidariedade social (apoio aos reformados, pensionistas e idosos), constituem, por sua vez, os grandes objectivos inscritos no programa da CDU para o próximo mandato.

O estímulo à participação popular em todos os órgãos do Poder Local continuará a ser, por outro lado, como assinalou Pinto de Sá, uma linha de intervenção a reforçar, de modo a prosseguir aquela que é em sua opinião "uma dife-

rença fundamental" da CDU relativamente a outras forças políticas, ou seja, a "íntima ligação dos seus eleitos com as populações".

Comentandas por aquele professor da Universidade de Évora foram também as propostas defendidas na campanha eleitoral pelo PSD e pelo PS. No primeiro caso, frisou, trata-se de um plágio relativamente às propostas subscritas pela CDU, à excepção da proposta laranja de privatização dos serviços de recolha do lixo, a qual, no seu entender, reproduziria no concelho o que o partido do Governo tem feito no País, isto é, aumentar o desemprego e acelerar o processo de desertificação do interior.

Não menos duras foram as críticas de Pinto de Sá às propostas do PS, designadamente aquela que tem por base a ideia de que a Câmara deveria limitar-se a desempenhar funções administrativas, deixando todas as restantes competências actuais (por exemplo a administração directa em áreas como o saneamento básico), o que levou o candidato comunista a afirmar com ironia que o PS "acha que a câmara tem trabalhado demais".

Que ninguém fique em casa

"Mais desenvolvimento, mais progresso, mais bem-estar", é, por seu turno, o grande lema que anima a campanha da CDU no concelho de Vendas Novas. Num concorrido jantar que reuniu mais de 500 pessoas no amplo salão do centro sócio-cultural - um magnífico equipamento erguido durante a gestão CDU no executivo camarário - aqueles grandes objectivos foram recordados por João Teresa Ribeiro, que se recandidata à presidência do Município pela CDU.

A exemplo do que se passa em Mora e Montemor-o-Novo, nesse dia visitados por Álvaro Cunhal, também em Vendas Novas, como de resto no conjunto do distrito de Évora, os comunistas e outros democratas independentes seus aliados, encaram com grande confiança a batalha eleitoral de 12 de Dezembro próximo.

"O trabalho realizado em favor da população", como assinalou João Teresa Ribeiro, constitui uma das mais sólidas credenciais que concorrem para este optimismo, no caso vertente sustentado igualmente no elevado número de candidatos independentes (cerca de 42,5 por cento do total). É um sinal inequívoco de que o PCP não está isolado, simultaneamente revelador de que os comunistas estão interessados em trabalhar com todos os que estão apostados em defender os interesses das populações, assinalou o primeiro nome da lista CDU à Câmara Municipal.

Depois de recordar que as listas da CDU têm uma composição ampla, integrando gente de todas as profissões, João Teresa Ribeiro deixou o apelo para que "ninguém fique em casa" no dia 12, uma vez que o perigo, advertiu, pode vir da abstenção, ou seja, do facto de haver quem pense, por excesso de optimismo, que "não vale a pena votar porque a CDU já ganhou".

■ JC

Que ninguém falte...

Estamos em Vendas Novas. 18.30 horas. Chove copiosamente e o fim de tarde apresenta-se frio. O salão está literalmente cheio. Cá fora, debaixo do alpendre, em frente à porta principal, em pequenos grupos, formados ao acaso, revêem-se amigos, trocam-se impressões. À hora prevista, Álvaro Cunhal entra no

recinto. Irrompe uma enorme salva de palmas. Depois, entre alas, vencidas a custo, com gritos de CDU em pano de fundo, são os habituais cumprimentos, os beijos e abraços, os gestos de simpatia, as palavras de amizade e respeito, expressões de confiança.

Uma cena, envolvendo o dirigente comunista, que se repetiria duas horas depois, na freguesia da Landeira, no salão do seu Rancho Folclórico, a exemplo do que já sucedera, ao longo de todo o dia, em terras do distrito de Évora, mais exactamente nos concelhos de Mora, Montemor-o-Novo e Vendas Novas, por onde andou no último domingo o Presidente do Conselho Nacional do PCP.

Foi a passagem por oito freguesias, de três municípios, a Norte do distrito, onde a receptividade foi invariavelmente marcada pelo entusiasmo, pela elevada participação popular e pela reiterada confiança na obtenção de um bom resultado eleitoral em 12 de Dezembro próximo.

Características que, em vésperas da abertura oficial da campanha, não podem deixar de assumir um elevado significado, constituindo simultaneamente um eloquente testemunho do ambiente que envolve as candidaturas da CDU, a concitarem apoios das mais variadas proveniências.

Privilegiando o contacto directo com as populações, trata-se agora, nos dias que faltam, como salientou Raimundo Cabral, do Conselho Nacional do PCP, em declarações ao "Avante!", de "ouvir, esclarecer e convencer" os eleitores da importância do voto na CDU.

Isto é naturalmente válido quer para os concelhos onde comunistas e seus aliados detêm a maioria (como é o caso dos três concelhos visitados), quer para aqueles no distrito de Évora onde o PS obteve a presidência da Câmara nas últimas eleições (Viana do Alentejo, Estremoz, Vila Viçosa e Reguengos de Monsaraz), iniciando uma gestão considerada desastrosa pela generalidade dos observadores locais.

A este facto não têm sido insensíveis as popula-

ções - foi ainda Raimundo Cabral a lembrá-lo -, que assim tiveram ensejo de "experimentar" as diferenças entre a má gestão actual conduzida por autarcas socialistas e o trabalho positivo das anteriores gestões de maioria CDU nesses concelhos.

Um trabalho globalmente positivo que está, de resto, bem patente em qualquer dos concelhos que acolheram no domingo o Presidente do Conselho Nacional do PCP e por este considerado como uma valiosa obra, realizada em estreita ligação com as populações, que se afirma como uma "credencial" de mérito dos eleitos da Coligação Democrática Unitária.

É, aliás, este invejável capital de realizações que está na base do clima de confiança que se respira na região relativamente ao próximo acto eleitoral, em que o principal adversário dá pelo nome de abstenção. Para este mesmo aspecto chamou Álvaro Cunhal a atenção nos vários locais onde discursou, pondo o acento tónico na necessidade de evitar que qualquer excesso de confiança possa levar, como já sucedeu em eleições anteriores, a que haja pessoas que fiquem em casa no dia das eleições no convencimento de que a vitória da CDU é um dado adquirido.

"É preciso que ninguém falte no dia 12", apelou várias vezes o dirigente comunista, sem nunca deixar de realçar a importância que representa uma derrota do PSD e uma forte votação na Coligação, quer para o prosseguimento do trabalho em defesa das populações, quer pela influência determinante que poderá ter nos desenvolvimentos futuros da política nacional.

Álvaro Cunhal referia-se concretamente à necessidade de "cortar o passo", as palavras são suas, ao projecto de cariz fortemente autoritário do Governo de Cavaco Silva, que tão maus resultados tem trazido ao País, uma questão cujo aprofundamento remeteu para ulteriormente, ou seja, para depois das eleições.

■ JC

Um Orçamento restritivo que não serve o País

Com a apreciação das propostas relativas às despesas, primeiro na comissão especializada e posteriormente em plenário, ficou concluído terça-feira o processo de aprovação do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1994. A rejeição sistemática de praticamente todas as propostas de alteração subscritas pelas bancadas da oposição - e foram muitas, com destaque para as apresentadas pela formação comunista -, constituiu o dado mais relevante a reter da apreciação do Orçamento em sede de especialidade. Quanto ao mais, nenhuma novidade a acrescentar relativamente àquelas que são as grandes linhas definidas pelo Governo quanto à sua actuação em matéria de política económica. Significa isto, no fundamental, que em nada não se alterou a análise anteriormente feita ao conteúdo do Orçamento, designadamente quanto ao seu carácter restritivo, quanto à sua falta de credibilidade e quanto à natureza das suas orientações, no essencial apostadas em sacrificar sectores estratégicos para a economia e para o País, como sejam, designadamente, a Educa-

ção, a Ciência e a Tecnologia.

Confirmada no decorrer do debate na especialidade foi ainda a ideia de que o Governo continua a não ter soluções para os grandes problemas com que se defronta o País. Já anteriormente defendida pela bancada comunista, esta tese remete para aquilo que em sua opinião configura "a questão central" que no momento presente se coloca à sociedade portuguesa, ou seja, o que está verdadeira e definitivamente posto em causa, como assinalou Octávio Teixeira no encerramento do debate na generalidade, "é o próprio Governo a a maioria PSD", e não apenas os "dois documentos formalmente sujeitos a votação".

Uma ideia fulcral que voltou a ser reafirmada na passada semana em conferência de imprensa pelo Grupo Parlamentar do PCP, que acusou o Governo de não ter "soluções convincentes para a profunda crise económica e social que atravessa a vida nacional".

O slogan alimentado por vários membros do Executivo de que a economia portuguesa estaria já a sair da recessão foi também objecto

de um comentário de Lino de Carvalho, que a este propósito assinalou que ele não tem qualquer fundamento, como bem demonstram as "estatísticas e os factos".

Por outro lado, as audições da Comissão de Economia não trouxeram nenhuma explicação adicional capaz de desmentir o conteúdo restritivo do Orçamento, quando o que se impunha, conforme foi assinalado na conferência de imprensa, "era um Orçamento que constituísse uma alavanca que permitisse dinamizar a economia e dar resposta aos decorrentes e graves problemas sociais".

Do mesmo modo, ainda segundo o Grupo Parlamentar do PCP, "nenhum elemento adicional veio alterar a falta de credibilidade" deste Orçamento, verificando-se mesmo, pelo contrário, como sucede em matéria de Juventude e da Ciência e Tecnologia, que os valores respectivos apresentados pelos membros do Governo não tinham qualquer correspondência nos valores do OE apresentado à Assembleia da República.

Pior ainda, acentuaram-se as "preocupações quanto às restrições de dotações orçamentais em sectores estraté-

gicos", recordando a formação comunista a este respeito o "caso paradigmático" das dotações para os organismos públicos financiadores e executores de Investigação e Desenvolvimento (I&DE), onde os orçamentos de financiamento respectivos sofreram um corte drástico de cinco milhões de contos, correspondentes a 20 por cento das suas necessidades.

Reafirmada pela formação comunista foi igualmente a ideia de que não haverá nenhum aumento do rendimento disponível em um ponto percentual decorrente da actualização dos escalões do IRS, como o Executivo quer fazer crer, sublinhando os parlamentares do PCP que a "actualização das deduções e abatimento nem sequer atinge a taxa de inflação que o próprio Governo aponta".

Inaceitável, para o PCP, é também a insistência do Governo do PSD em penalizar as autarquias locais com a não aplicação da Lei das Finanças Locais e com o estabelecimento de uma transferência do Fundo de Equilíbrio Financeiro para 1994 inferior em cerca de 6 por cento em termos reais em relação ao FEF de 1993.

PCP contra o financiamento dos Partidos por empresas

A Assembleia da República aprovou no passado dia 26 de Novembro (sexta-feira) a nova lei relativa ao financiamento dos Partidos Políticos e das campanhas eleitorais, com os votos favoráveis do PSD e os votos contra de todos os Partidos da Oposição.

Como foi afirmado em declaração de voto, proferida pelo deputado António Filipe, o Grupo Parlamentar do PCP votou contra esta lei por considerar inadmissível a disposição aprovada pelo PSD, pelo PS e pelo CDS (que votaram favoravelmente na especialidade) que elimina a proibição actualmente existente de financiamento de Partidos Políticos por parte de empresas privadas.

O Grupo Parlamentar Comunista chamou ainda a atenção para a gravidade desta disposição, «tendo em conta que a finalidade que preside à constituição e ao funcionamento das empresas privadas é a obtenção de lucros».

Nesse sentido, para a bancada comunista, torna-se evidente que a decisão empresarial de financiamento de Partidos «não assenta em convicções políticas ou ideológicas — que só os empresários individualmente considerados poderão ter — mas em juízos de carácter negocial».

«A empresa que financia um Partido não o faz desinteressadamente», acrescentou António Filipe, antes de observar: «Realiza um investimento que espera rentabilizar através do favorecimento político que lhe possa resultar do exercício do Poder por parte do Partido financiado.»

Na opinião do PCP, o financiamento dos Partidos por empresas abre assim a porta ao tráfico de influências pelas formas mais perversas.

Por forma a assegurar a transparência dos donativos atribuídos por pessoas colectivas aos Partidos Políticos, o PCP propôs que a respectiva listagem fosse inserida na apresentação de contas anual a apresentar pelos Partidos, que os donativos de pessoas colectivas para as campanhas eleitorais fossem publicitados em anexo à apreciação das contas pela Comissão Nacional de Eleições e que as Contas Anuais dos Partidos fossem publicadas em «Diário da República». O PSD recusou todas estas propostas.

Este diploma, que o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, apelidou de «amnistia encapotada», fixou entretanto os limites de despesas a realizar nas campanhas eleitorais, abrangendo já as próximas eleições autárquicas. Este facto foi considerado como positivo pelo Grupo Parlamentar do PCP. Embora os limites fixados sejam mais elevados do que os propostos pelo PCP, a sua fixação «constitui um elemento moralizador e permitirá pôr cobro a excessos despesistas».

Foi ainda atribuída ao Tribunal Constitucional a competência para a fiscalização das contas dos Partidos Políticos. O PCP defendeu como mais adequada a atribuição dessa competência ao Tribunal de Contas, porém, tomada a decisão, considerou indispensável que o Tribunal Constitucional seja dotado com os meios indispensáveis para o seu desempenho.

Apresentadas pelo PCP para combater os aspectos mais gravosos do Orçamento

As propostas que o PSD rejeitou

Com vista a minorar os aspectos mais gravosos do Orçamento para 1994, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou propostas de alteração que atingiam, incluindo o reforço de dotações para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), os 76,2 milhões de contos.

Para financiar este acréscimo de despesas, conforme foi explicado em conferência de imprensa, o PCP propôs que 44,1 milhões saíram da Dotação Provisional que, em sua opinião, «sem qualquer justificação», aumenta para o próximo ano em 30 por cento relativamente ao ano de 1993. O restante, defendem os deputados comunistas, traduzir-se-ia num agravamento do défice em 0,25 por cento, percentagem que consideram «mínima quando confrontada com a necessidade de revitalizar a economia e evitar uma maior degradação das áreas sociais».

Cobrindo as áreas da Ciência e Tecnologia, Educação e Ensino, Habitação, Agricultura e Pescas, Direitos das Mulheres, Juventude, Saúde e Toxicodependência, Finanças Locais, Fiscalidade, enumeramos de seguida as propostas de alteração do Orçamento subscritas pelos parlamentares comunistas, que a maioria PSD entendeu rejeitar.

Na área da Ciência e Tecnologia

— Reforço em 5 milhões de contos nas dotações do Orçamento de Funcionamento dos organismos públicos financiadores e executores de I&DE. Esta verba corresponde à diferença entre as propostas dos diversos organismos e o que está consignado em Orçamento.

Na área da Educação e Ensino

Reforço da dotação em 2,6 milhões de contos para os estabelecimentos de Educação do Ensino Básico e Secundário com vista a

nos actos e contratos notariais.

Por outro lado, e tendo em conta que o programa de «erradicação de barracas» não abrange todas as situações que exigem programas de habitação social, propõe-se uma dotação de 2 milhões de contos para o programa de promoção directa.

Na área da Agricultura e Pescas

Reforço em 630 000 contos das dotações para as

indemnizações compensatórias fonte importante de compensação da quebra de rendimentos os agricultores e que, inexplicavelmente baixam 20% em relação ao que foi efectivamente pago durante todo o ano de 1992 e mobilização de verbas necessárias para efeitos de indemnização aos agricultores vítimas das fortes intempéries de Outubro e Novembro.

Nomeadamente, a isenção do imposto de selo sobre os juros relacionados com a construção e aquisição de habitação, a isenção

Na área dos Direitos das Mulheres

Inscrição de uma dotação de 14 900 contos para a

Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, na tutela do Ministério do Emprego e que inexplicavelmente não é alvo de nenhuma verba orçamental o que inviabilizaria a sua actividade.

Na área da Juventude

Reforço de 175 000 contos no apoio ao associativismo juvenil.



Lino de Carvalho e José Manuel Maia

Na área da Saúde e da toxicodependência

Inscrição de uma verba de 380 000 contos e outra de 140 000 contos, respectivamente, para as comunidades terapêuticas na luta contra a toxicodependência e para o reforço dos meios que permitam que se proce-

da à instalação de centros de atendimento para toxicodependentes.

Na área das Finanças Locais

Um reforço do Fundo de Equilíbrio Financeiro de molde a ser cumprida a Lei das Finanças Locais, no montante de 50,4 milhões de contos conforme os cálculos elaborados pela Associação Nacional de Municípios.

Na área da Fiscalidade

Realce para a actualização em 5% das deduções e abatimentos para efeitos de IRS com vista a manter-se a lógica do sistema que é o da actualização destes parâmetros pelo menos com base na taxa de inflação oficialmente esperada pelo Governo, tal como sucedeu nos anos anteriores.

Trata-se aqui, fundamentalmente, de defender um princípio básico do IRS, tendente a impedir o chamado «imposto inflação».

Com o objectivo de dar maior transparência e verdade ao Orçamento, foi igualmente proposto que o empréstimo-fantasma de 118 milhões à Segurança Social seja eliminado e passe para encargo do Ministério das Finanças como despesa excepcional.

Luta universitária

O feitiço virado contra o feiticeiro

Uma greve geral de alunos das universidades portuguesas, cumprida terça-feira passada, oito dias antes de uma grande manifestação marcada para o próximo dia sete e que envolverá estudantes de todo o País, foi o resultado, nas escolas e nas ruas, obtido pelo ministro da Educação e pelo Governo ao permitir uma brutal carga policial sobre estudantes que se manifestavam, frente à Assembleia da República, no passado dia 24, já não sómente contra o aumento das propinas, mas por uma mudança qualitativa de todo o sistema de ensino superior. Um feitiço que se terá virado contra o feiticeiro, pois a mobilização para nova manifestação - realizada no dia seguinte aos acontecimentos violentos que todo o País viu pela televisão - os resultados da greve de terça-feira e a condenação pública do Governo por todas as Associações de Estudantes, mesmo aquelas que haviam assinado no ano lectivo passado um acordo com o Ministério - entretanto denunciado - revelaram uma nova capacidade de mobilização dos estudantes que

poderá transformar este movimento no mais importante, desde há largos anos, em torno dos problemas do ensino e num dos mais significativos dos que hoje em dia ocorrem em protesto pela política dirigida por Cavaco Silva. É que a carga policial, absolutamente gratuita, sobre os estudantes, fez cair toda a máscara de diálogo sustentada durante meses por Couto dos Santos e criou a unanimidade entre universitários sobre a necessidade de fazer terminar todo o processo pelo ministro empreendido de subversão da lógica do ensino superior público.

A primeira manifestação teve como motivo próximo a medida do Governo de impor uma automática anulação da matrícula caso os alunos se recusassem a pagar as novas propinas, numa tentativa algo desesperada de impedir o que aconteceu no ano lectivo transacto: muitos não pagaram o aumento pretendido pelo Ministério da Educação. Com os acontecimentos de São Bento, o apoio do PSD e do Governo à carga policial em contraponto à condenação generalizada - do Presi-



dente da República a todos os partidos da oposição, inúmeras forças sociais e opinião pública - da actuação violenta das forças de segurança, parece não ser difícil prever que, em torno do movimento que exigia a anulação da lei das propinas, acabe por acontecer a generalização da exigência de demissão de Couto dos Santos e uma mudança radical de toda a política de Educação seguida pelo PSD há mais de uma dezena de anos.

Reuniões Gerais de Alunos, tomadas de posição de Associações de Estudantes, condenação dos acontecimentos violentos por parte das reitorias, greves às aulas, colocação de faixas negras nas fachadas das faculdades, audiências de representantes dos alunos com partidos políticos e órgãos de soberania - Presidente da República e Presidente da Assembleia da República - fazem o resumo dos acontecimentos da última semana a culminar na greve geral de terça-feira, cuja adesão em massa torna evidente o mais que previsível gigantismo da manifestação nacional convocada para a próxima semana.



A violenta carga policial sobre os estudantes, unicamente justificada pelo Governo e pelo PSD, teve como resultado a união de todos os estudantes, mesmo os que até agora ainda acreditavam na possibilidade de dialogar com o Ministério, contra a política educativa dos últimos anos (fotos de Sérgio Morais)

AS UNIVERSIDADES FACE AO GOVERNO

1. A profunda crise universitária que o País atravessa ficou marcada, nos últimos dias, pela inadmissível carga policial contra os estudantes em frente da Assembleia da República, pela indignação e o protesto generalizados contra tais acontecimentos e pela massiva disposição manifestada em relação ao prosseguimento da luta contra a política educativa do Governo do PSD.

Constituem dados novos e expressivos a realização de inúmeras reuniões gerais e outras reuniões de alunos amplamente participadas, as múltiplas tomadas de posição ao nível dos órgãos escolares e dos docentes, o encerramento de numerosas escolas do ensino superior e a decisão das Associações de Estudantes do ensino superior de convocarem uma jornada nacional de luta para 30 de Novembro e uma manifestação nacional para o próximo dia 7 de Dezembro, com apelo à participação dos órgãos escolares e dos docentes do superior e também dos estudantes do ensino secundário.

2. Estes factos dão a dimensão do descontentamento muito profundo e generalizado em relação à situação existente no ensino superior. Mas ilustram, igualmente, a emergência de um forte, unido e combativo movimento estudantil, os passos que estão a ser dados ao nível do movimento docente, as crescentes posições críticas adoptadas por órgãos escolares no quadro da autonomia universitária, e a importância crescente que a sua convergência assume.

Para além das reivindicações específicas dos vários secto-

res, a exigência da revogação da Lei nº 20/92 do aumento das propinas e a reclamação de outra política para o ensino superior assumem-se, cada vez mais, como o denominador comum da posição das universidades face ao Governo.

É neste contexto que ganha importância a definição mais concreta dos objectivos reivindicativos unificadores, a alcançar no espaço de debate e de autonomia democrática das próprias instituições e com respeito pela dinâmica e objectivos próprios das várias forças que nelas se manifestam.

A recente realização de uma reunião do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e das Associações de Estudantes, em que foi saliente a convergência crítica em relação à regulamentação da lei do aumento das propinas aprovada pelo Governo, marca um passo nesse sentido, que a outros níveis importa, também, desenvolver.

3. A urgência de ser posto fim à política do PSD em relação ao ensino superior, como responsável pelo profundo descontentamento e pela crise existente neste importante sector educativo, e pela sua desadequação relativamente às necessidades do desenvolvimento do País, constitui uma questão que a Comissão do Ensino Superior do PCP considera da maior importância sublinhar.

Do que se trata basicamente é de pôr fim à crónica asfixia orçamental do ensino superior público e aos impedimentos colocados à sua indispensável expansão, nomeadamente através da eliminação das restrições quantitativas globais no aces-

so (numerus clausus). De promover a qualidade científico-pedagógica do ensino e o melhoramento das condições para o sucesso escolar. De implementar um novo e mais justo regime de acesso ao ensino superior. De pôr fim à política de apoio activo à proliferação de estabelecimentos e cursos privados, na grande maioria dos casos sem quaisquer condições e requisitos de qualidade. Do cumprimento do preceito constitucional da progressiva gratuidade do ensino público (o que impõe a revogação da Lei nº 20/92) e da significativa elevação do número de alunos abrangidos pela acção social escolar e dos quantitativos dos apoios. E, por último, mas não menos importante, de defender e aperfeiçoar as autonomias das universidades e dos estabelecimentos do ensino superior politécnico face ao continuado ataque de que são alvo por parte do Governo.

Assumimos firmemente a conclusão que é indispensável e possível implementar outra política nacional, uma política educativa de orientação democrática que concretize as linhas fundamentais consagradas na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

É neste contexto que inteiramente se justifica exprimir o apoio e a solidariedade à luta dos estudantes, à intervenção dos docentes e dos órgãos escolares, e à sua convergência, pela revogação da Lei nº 20/92 e por uma profunda alteração de política em relação ao ensino superior.

30/11/93

A Comissão do Ensino Superior do PCP

INTERNACIONAL

Indonésia

Segundo dados oficiais, a Indonésia conta actualmente com 29 milhões de desempregados, o equivalente a 39 por cento da população activa, divulgou há dias o jornal de língua inglesa "Jacarta Post", citando o ministro do Trabalho, Abdul Latief.

De acordo com o ministro, o índice de desemprego aumentou em quase 10 por cento nos últimos cinco anos, devido ao que considera a 'injusta distribuição das oportunidades de trabalho', já que a maior parte da indústria indonésia está concentrada na ilha de Java.

Falando numa reunião da associação de economistas indonésios, Latief classificou o problema do desemprego no país de "bomba relógio". Recordava-se que a Indonésia conta com 180 milhões de habitantes, distribuídos por um arquipélago de 13 500 ilhas.

Guiné

A União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau (UNTG) promoveu, no passado sábado, uma jornada de luta em Bissau contra o aumento do custo de vida.

Segundo informações da Lusa, a jornada terminou com uma concentração junto ao porto de Bissau e teve como objectivo protestar contra os preços especulativos dos bens de primeira necessidade, como o arroz, que aumentou cerca de 400 por cento no último mês.

Entretanto, os funcionários judiciais guineenses entregaram um pré-aviso de greve de 40 dias, a iniciar a 1 de Dezembro e a vigorar até 9 de Janeiro de 1994; caso o governo não responda positivamente às suas reivindicações - melhoria das condições de trabalho, aumentos salariais e dignificação das carreiras profissionais - os funcionários judiciais afirmam-se dispostos a prosseguir a greve até 25 de Março do próximo ano.

Guatemala

Os eleitores guatemaltecos pronunciam-se no próximo dia 30 de Janeiro, em referendo, sobre as 43 reformas constitucionais aprovadas pelo Congresso em 17 de Novembro passado. O referendo, convocado pelo Supremo Tribunal Eleitoral da Guatemala na quinta-feira, visa legitimar a reforma constitucional, que inclui entre outras medidas a redução em um ano do período de mandato do presidente, do vice-presidente e dos deputados, os quais passarão a ser eleitos por quatro anos em vez dos actuais cinco.

A serem aprovadas, as reformas entrarão em vigor sessenta dias após o referendo. A partir dessa data, o Supremo Tribunal Eleitoral tem quinze dias para convocar eleições para um novo Congresso.

Rússia

A campanha eleitoral na Rússia é cada vez mais uma 'sala-da-russa' a que não faltam sequer ingredientes como a chantagem, a ameaça ou a mais completa demagogia. Desde críticas às reformas por (hoje) candidatos que (ontem) as implementaram enquanto membros da equipa governamental, a promessas de casas para os militares e vodka ao preço da água, há de tudo um pouco. Ainda na sexta-feira o presidente russo, Boris Ieltsin, ameaçou os dirigentes dos 13 partidos ou coligações concorrentes às eleições do próximo dia 12 de Dezembro, reunidos no Kremlin, de acabar com os 'tempos de antena' se continuassem a usá-lo para "atacar o chefe de Estado", ou seja, ele próprio.

Segundo um porta-voz do Kremlin, Ieltsin disse que não permitiria que os 'tempos de antena' fossem utilizados para "denegrir" a (sua) constituição ou a sua pessoa, citando, nomeadamente, Stanislav Govoroukhine, um dos dirigentes do Partido Democrático da Rússia, centrista, que, segundo Ieltsin, o apresentou como um criminoso durante uma intervenção na televisão.

Honduras

Dirigentes do Partido Nacional das Honduras, no Poder, reconheceram a derrota nas eleições gerais realizadas no domingo naquele país. O presidente hondurenho, Rafael Callejas, felicitou o seu sucessor, o candidato do Partido Liberal, na oposição, Carlos Reina, pela vitória alcançada, e congratulou-se pelo facto de as eleições terem decorrido pacificamente.

De acordo com as primeiras projecções, divulgadas segunda-feira, Carlos Reina lidera os resultados com 54 por cento dos sufrágios contra 40 por cento para Oswaldo Soto, do Partido Nacional.

Ilegalização

Milhares de curdos manifestaram-se sábado em várias cidades da Alemanha contra a ilegalização do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) decidida pelas autoridades alemãs.

O PKK foi ilegalizado sexta-feira, juntamente com 34 outras organizações afectas ao movimento separatista curdo porque, alegadamente, utiliza "a violência para os seus objectivos, viola leis, dirige-se contra o entendimento entre os povos e faz perigar a segurança interna na Alemanha".

Segundo as forças de segurança alemãs, o PKK - fundado em 1978, na Turquia e em luta, desde 1984, por um Estado curdo - é responsável por uma série de atentados de extremistas curdos na Alemanha, tem cerca de quatro mil militantes e conta com o potencial apoio de 40 mil dos 450 mil curdos que vivem na Alemanha.



EUA insistem no cerco a Cuba

Os EUA persistem nos seus ataques a Cuba. Desta vez, propõem-se apresentar um projecto de Resolução sobre a "situação dos direitos humanos" em Cuba, na Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Face ao anúncio desta iniciativa - mais uma - a reacção cubana não se fez esperar. Num comunicado da embaixada de Cuba em Lisboa, sublinha-se que "as frequentes discussões nos últimos anos em organismos internacionais, e particularmente na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, deixam claro que é o governo dos EUA o principal promotor das tentativas de aprovar resoluções acusatórias contra o governo de Cuba por supostas violações dos direitos humanos".

Para os representantes cubanos, tal insistência, "acompanhada de intensas campanhas de difamação contra as autoridades cubanas e de deturpações da realidade de Cuba, bem como de pressões diplomáticas e políticas para que outros governos se juntem às manobras das autoridades norte-americanas", revela que os EUA continuam a não aceitar que Cuba tenha escapado ao seu controlo desde o triunfo da Revolução de 1959.

Para as autoridades cubanas, por outro lado, é evidente que os norte-americanos não estão preocupados com os direitos humanos em Cuba, pois persistem no "cruel, desumano e ilegal bloqueio económico, comercial e financeiro a Cuba", apesar de tal acção ter sido condenada por mais de uma vez na Assembleia Geral da ONU por "violar os princípios básicos reconhecidos na sua Carta de Constituição".

Para as autoridades cubanas, a insistência dos EUA em tentar condenar Cuba revela que o que está em causa não são os direitos humanos mas sim "o carac-

ter agressivo e hostil da política norte-americana através do qual o governo desse país procura constantemente por todos os meios subverter a ordem institucional em Cuba e a criação de condições que lhe permitam restabelecer os mecanismos de dominação quase colonial que manteve

consumo, do emprego, transportes, electricidade, etc., o que noutros países está a provocar protestos, greves, repressão policial - de se encontrar num processo de "aperfeiçoamento do seu sistema político".

Por isso mesmo as autoridades cubanas consideram que "a designação de

Na opinião dos cubanos, a injustiça de tal medida é provada pelo facto de "nenhuma das informações apresentadas pelo chamado relator especial demonstrar a existência de um quadro de violações que justifique o seu mandato". Pelo contrário, como refere o comunicado da embaixada cubana em Lisboa, os referidos informes apenas denotam "um interesse parcializado, não objectivo e selectivo, onde se arrogam o direito da exclusiva competência do povo cubano de decidir sobre o seu sistema político, Constituição e legislação nacional".

E por estas razões que Cuba repudia a manobra dos EUA e considera que "o mandato ao chamado relator especial é nulo e carece de qualquer validade política e moral", ao mesmo tempo que "reconhece e agradece o repúdio pela pretensão norte-americana de conseguir nos organismos internacionais a aprovação de resoluções acusando Cuba no campo dos direitos humanos, as quais só contribuiriam para estimular a continuação dessa política de hostilidade, agressão e guerra fria contra o povo cubano".

Solidariedade

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista de Cuba a mensagem que a seguir se transcreve:

Perante as notícias sobre o grande temporal que provocou numerosas vítimas e grandes destruições em várias regiões do vosso país, transmitimo-vos os sentimentos de profundo pesar e fraternal solidariedade dos comunistas portugueses. Uma tal tragédia exige da comunidade internacional medidas urgentes de apoio material a Cuba e torna ainda mais premente que seja posto termo ao criminoso bloqueio imposto pelos EUA, de acordo aliás com as pertinentes resoluções da ONU.

sobre Cuba desde que a ilha foi ocupada pelas tropas norte-americanas em 1898 e durante mais de meio século de existência republicana sujeita aos ditames de Washington".

Defender a Revolução

Como salienta o comunicado a que nos vimos reportando, "até os mais acérrimos inimigos de Cuba têm de reconhecer os notáveis êxitos da Revolução cubana ao garantir aos seus cidadãos, sem excepção, o direito à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho, à alimentação, à velhice, aos direitos económicos e sociais". Êxitos que o bloqueio norte-americano, nas difíceis condições em que Cuba se encontra, procura pôr em causa.

Por isso mesmo Cuba se orgulha - num momento em que as dificuldades afectam todos os sectores e obrigam à redução dos níveis de

um relator especial para Cuba, medida essencialmente aplicada para os casos das mais graves e massivas violações dos direitos humanos, é uma decisão de carácter arbitrário e discriminatório".

Dia Nacional da Palestina

O Dia da Palestina foi assinalado no Centro Cultural da Mala Posta, na passada segunda-feira, por iniciativa conjunta do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), os Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação - Movimento ZLAN, delegação em Portugal da Organização de Libertação da Palestina (OLP) e o Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal.

Para além do 'Porto de Honra' oferecido aos inúmeros convidados, a iniciativa incluiu ainda a apresentação de uma exposição fotográfica sobre as crianças palestinas nos territórios ocupados, da norte-americana Clara Pascal, bem como a exibição de um diaporama e outros audiovisuais sobre a vida do povo palestino e uma mensagem dos promotores da iniciativa.

Lutas na Europa contra plano "anticrise"

Na Bélgica, como por toda a Europa, os trabalhadores lutam pelos seus direitos

A Bélgica viveu, no passado dia 26, a primeira greve geral desde 1936. Uma greve geral convocada pelas duas principais organizações sindicais do país e que abarcou tanto os serviços públicos como o sector privado. Em causa um plano governamental de saneamento das finanças públicas e de melhoria da produtividade das empresas exportadoras, em que os sacrificados são, como de costume, os trabalhadores. Os sindicatos denunciam os "grandes sacrifícios" impostos por este plano, sem que ofereça tão poucas perspectivas adequadas de criação de emprego.

O plano "anticrise" aprovado pelo governo belga prevê a indexação dos salários à taxa de inflação, o que equivale ao seu congelamento, a redução dos subsídios sociais e o aumento dos impostos.

Na véspera da greve geral realizaram-se uma série de greves nos transportes, telecomunicações, escolas e comércio. A região de Bruxelas ficou praticamente paralisada, sem metro, comboios e autocarros e com as estações de correios e ministérios encerrados.

Entretanto o jornal "Le Soir" fala de "sismo social" provocado pelos despedimentos de metade dos trabalhadores de uma grande empresa siderúrgica,

"Boel", da região de Liège, no centro do país.

Até 1995 serão suprimidos 1068 dos 2448 postos de trabalho existentes na "Boel". O "Le Soir" afirma que o plano para viabilizar a empresa representa um catástrofe para uma região onde o desemprego atinge os 30 por cento.

O plano de reestruturação da "Boel" obedece aos critérios estabelecidos pela CE para reduzir a produção de aço.

Também em Espanha se registaram nestes dias grandes movimentos de protesto laboral.

Quinta-feira passada centenas de milhar de pessoas saíram à rua por todo o país, contra as medidas socioeconómicas e laborais do governo. A imprensa noticiou o dia de luta como de "maciço apoio popular ao protesto dos sindicatos contra a reforma laboral".

Em 50 cidades espanholas realizaram-se desfiles e manifestações, com uma participação particularmente significativa nas zonas urbanas e industriais que atravessam maior crise. Em Madrid o protesto reuniu cerca de cem mil manifestantes.

De há muito que a tensão social se vinha a acentuar, mas o clima de mobilização subiu nos últimos dias, depois de o governo ter dado um prazo até 30 de Novembro para a conclusão das negociações sobre a reforma



do mercado laboral. Face ao êxito do movimento e à gravidade das decisões governamentais, a direcção das Comissões Obreras decidiu já convocar uma greve geral antes do Natal.

Os - contestados - planos do governo espanhol centram-se em áreas tão sensíveis como a mobilidade no emprego dos trabalhadores, estrutura dos salários, flexibilidade do horário de trabalho e reforma do Instituto

Nacional de Emprego. Propõem-se, nomeadamente, contratos de aprendizagem para menores de 25 anos com salários mais baixos, ampliação do conceito de justa causa dos despedimentos, flexibilização da autorização prévia para despedimentos colectivos, um aumento irrisório de pensões (3,5%), congelamento dos salários dos funcionários públicos, não pagamento de subsídio a desempregados

que não possam demonstrar não ter nenhum outro rendimento.

Entretanto, dia 24, em França, a repressão de manifestações de trabalhadores das minas de carvão da Bacia da Lorena (região do leste da França) provocou cerca de 20 feridos.

Estas manifestações realizaram-se no âmbito de uma jornada nacional de acção dos mineiros, convocada pelos sindicatos que protes-

tam contra a "ausência de vontade governamental de empreender uma verdadeira negociação sobre o futuro das indústrias mineiras e associadas".

Entre 1984 e 1993, a indústria carbonífera da França perdeu 35 000 postos de trabalho. As minas de carvão da Bacia de Lorena, as mais importantes do país, empregam ainda 13 000 assalariados, mas deverão fechar em 2005.

Emigrantes portugueses Uma situação cada vez mais difícil

O Organismo Coordenador na Europa do PCP (OCE), reunido em Bruxelas no passado dia 25 de Novembro, analisou a situação e os problemas dos emigrantes portugueses na Europa e a evolução da política que lhes é dirigida pelo Governo do PSD. No final da reunião foi divulgado um comunicado, que transcrevemos na íntegra:

1. Emigrantes duplamente penalizados com o Orçamento de Estado (OE)/94

No referente à emigração, o OE para 94 proposto pelo Governo, foi aprovado na Assembleia da República, com uma defesa empolgada por parte dos deputados da emigração eleitos pelo PSD que foram ao ponto de distorcer a realidade dos valores orçamentados.

Com efeito, agarrando nos valores directamente atribuídos às comunidades portuguesas (Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério da Educação) e as alterações nas taxas do IRS, constatamos que o Governo pretende reduzir de facto o já parco apoio prestado. Eis alguns exemplos:

- Sem dúvida que uma das medidas mais gravosas é a da redução da bonificação sobre a taxa do IRS cobrada nos juros de depósitos das contas poupança-emigrante e em moeda estrangeira. Com esta alteração os emigrantes vão passar a pagar de IRS 12,5%, em vez dos 7,5% actuais. Só com esta diferença de 5 pontos percentuais, o Governo irá tirar dos bolsos dos emigrantes mais 10 milhões de contos.

- As verbas do MNE para as Comunidades portuguesas sofrem uma redução que ultrapassa os 30 mil contos, redução agravada se tivermos em conta a inflação.

- Para o ensino do português aos filhos dos emigrantes, através do Ministério da Educação, é atribuído somente um aumento de 1,7%. Um sector que de ano para ano tem vindo a ser desprezado pelo Governo e que este ano lectivo sofreu

novamente reduções no número de professores e de cursos.

Entretanto, continuam a ser orçamentadas verbas para a exposição fantasma que tem o pomposo nome "Portugal-Portugal" (mais de 60 mil contos em 92 e outro tanto em 93; para 94 são mais 3 mil contos), exposição esta que foi apresentada ao público no verão de 91, ano de eleições.

Por tudo isto é pois com muita apreensão que o OCE do PCP tomou conhecimento da anunciada reestruturação do MNE, onde desde logo sobressai a decisão de acabar com o Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas.

2. Agrava-se a situação dos trabalhadores emigrantes na Europa

A entrada em vigor do Tratado de Maastricht não alterou, nem deixa antever, qualquer modificação que trave a precarização do trabalho e ponha termo aos ataques dos Governos e do patronato aos direitos sociais dos trabalhadores. Bem pelo contrário.

O patronato usa e abusa da contratação, ao abrigo da livre prestação de serviços, de mão-de-obra em Portugal, nomeadamente para França, Alemanha e Luxemburgo onde se acentuam as situações de grande precariedade: baixos salários, número de horas superiores às autorizadas pela legislação em vigor em cada país, ausência do direito de acesso aos serviços de saúde em caso de doença ou acidente de trabalho, falsos contratos.

São estes alguns dos exemplos que se repetem cada vez em maior número.

A não se tomarem medidas de correcção a esta situação, estamos na iminência de ver a livre circulação de trabalhadores transformada na panaceia do patronato para melhor explorar os trabalhadores.

Constatamos também com grande preocupação que alguns Governos da União Europeia estão a dificultar, através de expedientes administrativos, a renovação de autori-

zação de estadia, mesmo para os que aí residem há mais de 15 anos (caso da França).

Alguns países, como por exemplo a França e a Holanda estão a reduzir subsídios às associações de emigrantes portugueses, sob o pretexto de que são cidadãos comunitários e já não emigrantes.

Particularmente injusta é a situação dos cerca de 40 mil portugueses que se encontram na Suíça ao abrigo do estatuto temporário. Entre Novembro e Dezembro, estes trabalhadores terminam o contrato e por isso são obrigados a regressar a Portugal, ficando, porém, sem o subsídio de desemprego para o qual descontaram durante o período de trabalho na Suíça. Actualmente cabe ao Governo português a total responsabilidade pela não resolução deste problema, porque recusou uma proposta da Suíça, feita em Julho, sem que até agora tenha avançado qualquer alternativa.

Esta situação é tanto mais absurda quando é sabido que trabalhadores temporários italianos e espanhóis já recebem o subsídio, porque os respectivos Governos chegaram a acordo com as autoridades suíças.

3. É necessária uma outra política de emigração

Perante tão graves situações, constata o OCE do PCP que na política de emigração do Governo PSD impera a demagogia.

Continuamos a considerar ser de grande importância e urgência a realização de um debate nacional a promover pela Assembleia da República que aborde a problemática da emigração.

Consideramos de grande importância a existência de uma estrutura representativa das comunidades portuguesas, impondo-se para isso a revisão do Decreto-Lei 101/90 que criou os Conselhos de País. Como na devida altura alertámos e a realidade tem vindo a demonstrar, estes não funcionam.

VIDREIROS EM MARCHA DA MARINHA ATÉ LISBOA

O sindicato vidreiro convocou para hoje e amanhã uma marcha para Lisboa em que se integrariam cerca de uma centena de trabalhadores, em representação de todas as empresas vidreiras da Marinha Grande. A iniciativa, segundo disse o dirigente sindical Durval Gaspar à agência Lusa, seria levado a cabo se, até hoje, não chegasse uma resposta do Governo às exigências apresentadas no dia 18 de Novembro ao Governador Civil de Leiria, nomeadamente a criação de uma linha de crédito, com juros bonificados, destinada ao pagamento de salários, e a possibilidade de acesso aos fundos comunitários por parte das empresas do sub-sector de cristalaria

PRIVATIZAR SAÍ CARO

Organizações representativas dos trabalhadores do sector empresarial do Estado anunciaram segunda-feira que vão promover no início de 1994 uma reunião para combater a ofensiva do Governo contra o SEE, que «põe em causa o interesse nacional, os direitos dos trabalhadores e os utentes de bens e serviços públicos». Esta decisão da CGTP e das coordenadoras das CTs de Lisboa (CIL) e da Banca foi tomada considerando que o Orçamento de Estado para o próximo ano prevê uma receita de privatizações de ordem dos 200 milhões de contos. Num comunicado de imprensa aquelas estruturas recordam que «o Governo tem vindo a subavaliar as empresas que são objecto de privatização, pelo que a este valor deverá corresponder um montante real do património a alienar bastante superior». «Por outro lado», acrescentam, «o Governo limita-se a quantificar as receitas resultantes da venda de empresas do sector público sem, de igual modo, calcular as despesas: perda de património público, perda de receitas, como lucros, etc.» e «não tem sequer em conta que, com as privatizações, deixa de ter um instrumento fundamental para efectuar uma política de desenvolvimento económico e social de que o País tanto carece».

Estas consequências «fazem-se já sentir em áreas essenciais para o Estado, como é o caso da Defesa Nacional, para o nível de vida da população em geral e no que respeita à prestação de serviços públicos», afirmam os representantes dos trabalhadores do SEE, renovando a sua exigência de parar para reflectir sobre os efeitos das privatizações já efectuadas.

CENTREL PAROU

As empresas do grupo Centrel pararam na passada sexta-feira, devido à greve convocada pelo SIESI e que teve forte adesão dos trabalhadores. Esta forma de luta, que levou ainda duas centenas de trabalhadores da Sistel, Telequipo, Fraep, EID e STE a deslocarem-se às sedes da Marconi e do IPE, teve por objectivo exigir a viabilização das empresas através do investimento de capitais. «Não compreendemos que o Governo anuncie apoios ao desemprego no valor de 52 milhões de contos e não queira salvar os cerca de mil postos de trabalho» daquelas cinco unida-

des do grupo Centrel, onde o Estado detém 48 por cento do capital, comentou à Lusa Eusebio Tomé, do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.

IBEROMOLDES

A administração da empresa Aníbal H. Abrantes, do grupo Iberomoldes, apresentou queixa em tribunal contra a direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do distrito de Leiria, revelou a Lusa, citando fonte sindical. O argumento da AHA é que comunicados do sindicato seriam responsáveis pelos prejuízos elevados que a empresa registou em 1991 e 1992. Nesses comunicados o sindicato denunciava que na AHA estavam a ser aplicados três valores diferentes para o subsídio de alimentação (80, 250 e 300 escudos, conforme o salário) e que os reformados estavam há 3 anos sem aumentos.

O sindicato dos Metalúrgicos de Leiria entende que o único objectivo desta acção em tribunal é o alargamento do ambiente de terror instalado na empresa e crítica o empresário Henrique Neto (líder do grupo Iberomoldes e porta-voz do PS para a Indústria) de querer esconder os seus crimes contra as liberdades democráticas no interior das empresas camuflando-se atrás de uma posição de ministro-sombra.

SIDERURGIA

Os trabalhadores da Siderurgia Nacional reunem hoje de manhã em plenário, no clube do pessoal, em Paio Pires, para analisarem a anunciada reestruturação da SN, a posição de bloqueio assumida pela administração na revisão do acordo de empresa e as acções a desenvolver - anunciou a federação dos Metalúrgicos.

TABACOS

Em votação realizada no dia 25, os sócios do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Tabacos decidiram aprovar a integração desta estrutura no Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação do Sul e Tabacos. Na votação participaram 61,6 por cento dos inscritos nos cadernos eleitorais e, dos 352 votos expressos, 331 foram favoráveis à integração - revela um comunicado da direcção onde os trabalhadores da Tabaqueira são alertados para os últimos desenvolvimentos do processo de transferência de pessoal para a SG Gráfica.

Realçando a convergência de todas as estruturas sindicais

Plataforma da Função Pública definiu novas acções para Dezembro

Os sindicatos da administração pública subscritores da plataforma reivindicativa para 1994 fizeram no dia 25 um balanço da preparação do plenário nacional e da manifestação de anteontem e das reuniões havidas com os sindicatos da UGT (FESAP e STE).

Na reunião foram definidas as orientações para o desenvolvimento do processo negociado (tendo em conta a

marcação de reunião com o Governo para 7 de Dezembro) e o prosseguimento da luta em defesa das reivindicações sindicais.

O plenário da passada quinta-feira considerou indispensável para o êxito da reunião com o Governo que este respeite o compromisso assumido em 8 de Outubro, enviando aos sindicatos a sua contraproposta salarial antes da reunião de 7 de Dezembro. Exigem que o executivo manifeste uma efectiva vontade negociada, que se traduza num aumento real dos salários e na garantia de que o salário mínimo da Função Pública (índice 100) não será inferior ao salário mínimo nacional que vier a ser fixado para 1994; na suspensão dos processos de reestruturação de serviços e de criação de despedimento de contratados e outros trabalhadores com vínculo precário; e na concretização de um calendário de negociação



Depois da participação no dia nacional de luta da CGTP (foto da chegada do desfile de dia 18 de AR), os trabalhadores da administração pública manifestaram-se anteontem em Lisboa

Professores: Provedor vai intervir sobre contagem do tempo de serviço

O Provedor de Justiça informou na semana passada o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa de que está disposto a, até final do ano, acionar os mecanismos para a fiscalização preventiva da constitucionalidade da não contagem integral do tempo de serviço dos docentes.

Em audiência solicitada após um apelo de professores que permanecem no 7º escalão apesar de terem condições para transitar para o 8º, o SPGL obteve ainda do Provedor o compromisso de voltar a intervir ainda durante este mês relativamente ao problema do exame de Estado.

Numa nota de imprensa que divulgou sexta-feira passada, o SPGL informa que abordou ainda outros problemas da classe docente na audiência de dia 25 com o Provedor de Justiça, o qual «reafirmou, uma vez mais, as suas preocupações sobre os assuntos expostos, preocupação essa, aliás, bem expressa nos pareceres e recomendações que enviou oportunamente ao Ministério da Educação e que agora reforçará com novas intervenções».

Plenário na Setenave/Solisnor recusa venda de postos de trabalho

Os representantes dos trabalhadores da Setenave/Solisnor, nas várias reuniões solicitadas pela administração da empresa, tomaram conhecimento das intenções que visam a «reestruturação da indústria naval» e suas implicações, nomeadamente para a Lisnave (Margueira) e Setenave/Solisnor. Estas, a serem levadas à prática, traduzir-se-iam no essencial em concretizar milhares de despedimentos, subverter as relações de trabalho e atentar contra os direitos dos trabalhadores. A Comissão de Trabalhadores e a Comissão Intersindical da Setenave/Solisnor, numa nota de imprensa divulgada na semana passada, após um plenário de trabalhadores na Mitrena, afirmam categoricamente que não discutirão nem pretendem discutir com quem quer que seja a venda de postos de trabalho ou outras medidas que não sirvam os trabalhadores.

No documento recorda-se que os trabalhadores e os

Aposentados

Situações de grande injustiça social foram denunciadas no 1º Congresso Nacional dos Professores Aposentados, que reuniu no dia 26, em Lisboa, mais de 600 participantes vindos de todo o Continente e das regiões autónomas.

Na iniciativa, promovida pela Federação Nacional dos Professores, foram especialmente criticadas as grandes diferenças, que se têm acentuado nos últimos anos, entre as pensões de reforma e os salários. Mário David Soares disse a propósito à agência Lusa que docentes aposentados entre Julho de 1979 e 1 de Janeiro de 1986 auferiam pensões que representavam entre 70 e 80 por cento dos vencimentos de um professor no activo, enquanto as pensões que hoje recebem equivalem a 35 ou 40 por cento do salário.

No mesmo nível ou grau de ensino, referiu aquele dirigente da Fenprof, já há 4 ou 5 anos havia diferenças de 40 contos entre pensões e vencimentos ou entre pensões de anos diferentes; mas, actualmente, o leque alargou-se para 100 a 200 contos.

seus representantes têm, ao longo dos anos, apresentado propostas com a consciência de que «defendem os interesses de todos quantos aqui trabalham, tendo sempre como objectivo defender os postos de trabalho, combater o emprego precário e a sua exploração desenfreada e por uma melhor distribuição da riqueza criada pelos trabalhadores em benefício destes e não cada vez mais do patronato».

Os trabalhadores da Setenave/Solisnor, reunidos no dia 24 de Novembro de 1993, repudiaram e rejeitaram tais intenções, afirmando-se «certos de que, com a sua unidade, firmeza e capacidade de resistência na luta, continuarão a tudo fazer para a defesa do seu emprego como direito inalienável e consagrado na Constituição da República», e responsabilizando a administração e o Governo pelas consequências sociais e económicas que poderiam advir dos despedimentos de milhares de pessoas.

das restantes matérias constantes das propostas apresentadas pelos sindicatos.

O plenário realçou a convergência verificada entre todos os sindicatos da administração pública, na sequência das reuniões já realizadas com os sindicatos da UGT, e, em particular, quanto aos principais objectivos reivindicativos e quanto à disponibilidade de todos para o prosseguimento da luta em sua defesa.

O plenário reafirmou a firme determinação de prosseguir a luta em defesa das suas reivindicações, combatendo a redução salarial, a degradação dos serviços públicos e a restrição dos direitos dos trabalhadores. Nesse quadro e tendo em conta a discussão do Orçamento de Estado na Assembleia da República e a reunião de dia 7/12 com o Governo, decidiu realçar e reforçar a mobilização dos trabalhadores para a grande jornada nacional do dia 30 de Novembro, considerando que o seu êxito será decisivo para o resultado das negociações com o Governo e a satisfação das reivindicações sindicais.

Foram discutidas novas acções a desenvolver em Dezembro e que serão divulgadas e concretizadas no caso de o Governo não alterar a sua atitude de intransigência quanto aos aumentos salariais, à defesa do emprego público e à negociação das restantes matérias reivindicativas.

O plenário de sindicatos aprovou uma moção condenando o Governo pela brutal repressão policial sobre os estudantes que se concentraram dia 24 frente à Assembleia da República.

TAP volta a parar segunda e dia 16

As onze organizações que integram a estrutura sindical da TAP convocaram para os dias 6 e 16 de Dezembro greves de cinco horas (entre as 10 e as 15, em cada um dos dias). A decisão foi tomada na passada quinta-feira, numa reunião em que os sindicatos analisaram as negociações com a administração da transportadora aérea nacional, e tem por objectivo exigir que sejam garantidos os direitos dos trabalhadores caso seja concretizada uma divisão da TAP em várias empresas.

Os sindicatos, segundo disse José Brás, dirigente do SNPAC, à agência Lusa, mantêm-se disponíveis para prosseguir as negociações com vista à substituição do regime sucedâneo (interrompidas dia 23 de Novembro), mas aguardam que a administração convoque nova reunião.

Entretanto, a estrutura sindical vai efectuar plenários sectoriais dentro da empresa, ao mesmo tempo que vai fazer uma nova exposição ao ministro dos Transportes e desenvolver contactos com a CGTP e a UGT.

A proposta de acordo levada pela administração à reunião de dia 23 foi na altura considerada pelos representantes dos trabalhadores como um «regime sucedâneo-2».

Motoristas

Os motoristas da Carris e de outras empresas rodoviárias trabalham até à exaustão, em condições ilegais, desumanas e perigosas - acusa o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro numa carta que enviou recentemente ao Provedor de Justiça e a diversos organismos da administração central e local. A Lusa, que deu a notícia, refere que para o sindicato a perigosidade da condução aumentou também com a prática do regime de agente único nos autocarros (sem cobrador), que os motoristas foram forçados a aceitar devido ao complemento que isso representa para os seus salários irrisórios. É também a exiguidade dos salários que os leva a aceitar a prestação diária e sistemática de horas extraordinárias, respondendo a solicitações ilegais das empresas.

«Fumos» na CP

A comissão de trabalhadores da CP denuncia, num comunicado que fez chegar à nossa redacção, «uma onda de rumores que configuram já uma negra nuvem de fumos de corrupção» na empresa e manifesta a sua estranheza perante o «silêncio fínebre» do conselho de gerência.

Reiterando as suas posições de defesa da CP como empresa una e indivisível, aquela estrutura afirma que «a confusão quase caótica que se vive em grande parte à criação de mais de uma dúzia de empresas afiliadas, todas elas sustentadas pela CP».

Todos contra a política «desastrosa» de Arlindo de Carvalho Médicos confirmam razões para a greve de hoje e amanhã

A Federação Nacional dos Médicos considerou hoje que a «desastrosa» política de saúde do Governo conseguiu unir na mesma luta todos os sindicatos e organizações médicas que têm tido divergências.

«A greve vai ter uma adesão maciça», sublinhou segunda-feira à Lusa João Proença, a propósito da greve nacional dos médicos portugueses convocada para hoje e amanhã pelos três sindicatos reunidos na FNAM e pelo Sindicato Independente dos Médicos.

Segundo o mesmo dirigente, os médicos em greve vão mostrar que a situação «caótica» actual «não pode continuar», acrescentando que em todas as reuniões efectuadas nos hospitais e centros de saúde os médicos deram o apoio total à luta, limitando-se a questionar «porque só agora?».

Os dirigentes da FNAM, em conferência de imprensa, acusaram o ministro da Saúde, Arlindo de Carvalho, de «mentir descaradamente aos portugueses dizendo que não há razões para a greve».

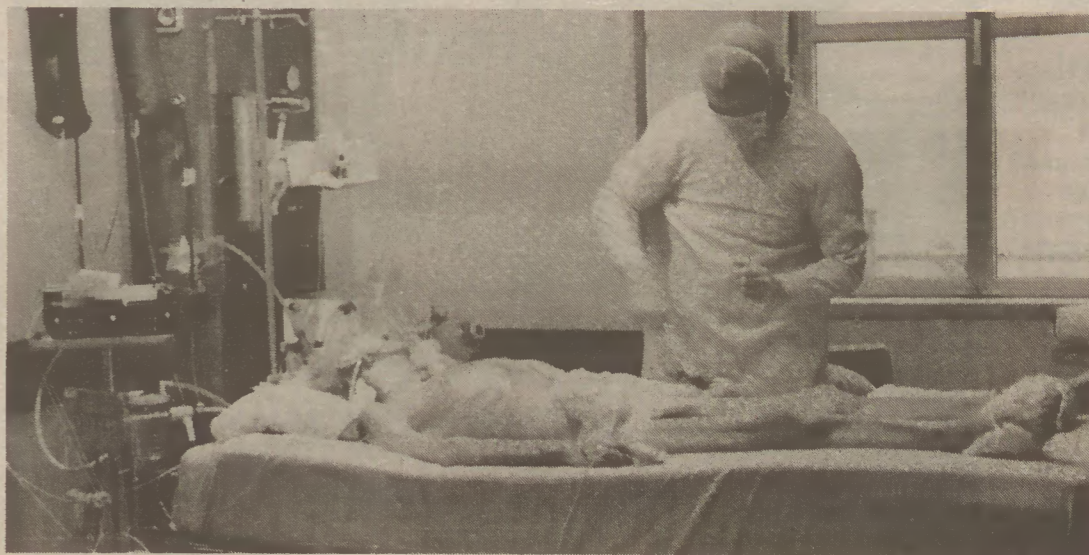
«Este ministro é desonesto e mente com grande facilidade», sublinhou nomeadamente João Proença, acusando o ministro de não estar interessado no diálogo, mas somente «em tentar enganar os médicos».

Os dirigentes referiram que Arlindo de Carvalho reconheceu, em ofício mandado à Ordem dos Médicos, não ter havido avanço nas negociações com a classe, com problemas salariais e de carreira a arrastar-se há anos.

O caderno reivindicativo apresentado em Janeiro só mereceu ao Ministério a primeira reunião em Outubro e, de um conjunto de 34 pontos, só foram discutidos três. Para os sindicalistas, Arlindo de Carvalho «sofre de surdez política», tal como Leonor Belza, mas enquanto a ex-ministra «é inteligente, com este é mais difícil», pois «não percebe as coisas ou não quer perceber». «O ministro é incompetente, não sabe, não conhece os "dossiers"», afirmaram.

Segundo os dirigentes da FNAM, «esta política desastrosa e caótica tem de mudar radicalmente».

A revogação da lei da gestão hospitalar, a titulação única, as carreiras, o pagamento de dívidas de «muitos milhares de contos» que se têm acumulado desde 1988 nomeadamente nos escalões, horas extraordinárias e subsídios de fixação, são algumas das razões invocadas para esta greve.



Arlindo de Carvalho é incompetente para tratar dos males de que a saúde sofre, acusam as organizações dos médicos (foto de arquivo)

Greves aumentaram no primeiro trimestre de 1993

Houve uma «inequívoca subida» do número de greves realizadas no primeiro trimestre de 1993 relativamente aos três meses anteriores, revelou na segunda-feira o departamento de estatística do Ministério do Emprego e Segurança Social. Segundo o balanço trimestral agora distribuído por aquele departamento, também foram superiores ao verificado no último trimestre de 1992 o número de trabalhadores envolvidos e os dias de trabalho perdidos em paralisações durante o período normal de trabalho.

Os números oficiais registam, no primeiro trimestre deste ano, 72 greves, envolvendo 25163 trabalhadores e implicando a perda de 25425 dias de trabalho, contra, respectivamente, 51, 14836 e 12137 para o final de 1992.

Foi registado um decréscimo do número de greves e do número de trabalhadores envolvidos, em comparação com os dados homólogos de 1991 (85 greves, 33235 trabalhadores) e 1992 (190 greves, 59911 trabalhadores). Os dias de trabalho perdidos são ligeiramente superiores aos do primeiro trimestre de

1991 (25369 dias) e menos de metade dos do primeiro trimestre de 1992 (65772 dias).

O número médio de dias de trabalho perdidos por cada greve nos primeiros três meses de 1993 (353) é superior ao verificado nos trimestres homólogos (298 dias em 1991 e 346 em 1992) e também no último trimestre de 1992 (238 dias).

Os sectores com maior número de greves no primeiro trimestre de 1993, segundo os números do MESS, foram as indústrias metalúrgicas de base (fabricação de produtos metálicos, equipamentos e material de transporte) e as indústrias têxteis, do vestuário e do couro. O departamento de estatística dá ainda especial relevo ao sector das comunicações, com um número muito elevado de trabalhadores em greve relativamente ao número de greves registadas.

Por distritos, Setúbal, Porto e Lisboa registam os maiores valores absolutos. Mas, tendo em conta o emprego total de cada distrito, surgem também a Guarda, Santarém e Leiria.

Protestos marcaram inauguração do Centro de Emprego de Setúbal

Centenas de trabalhadores, com cartazes e palavras de ordem protestando contra o aumento do desemprego e a insegurança que se vive em muitas empresas do distrito, aguardavam o ministro Silva Peneda quando, na passada quinta-feira, esteve em Setúbal para inaugurar as instalações do Centro de Emprego.

Na ocasião o ministro recebeu uma delegação da União dos Sindicatos de Setúbal, dirigida pelo respectivo coordenador, Rui Paixão, que à saída do encontro reafirmou que as «40 medidas» anunciadas recentemente pelo Governo nada trazem de novo ao combate ao desemprego.

Na véspera da visita do ministro, a USS tinha divulgado uma nota de imprensa em que afirmava que «o que é indispensável é inaugurar uma política económica que permita inaugurar empregos». A união exige para o distrito de Setúbal medi-

das urgentes de excepção para promover o emprego, em vez das medidas do Governo que «não trazem novidade nenhuma e já estão testadas sem resultados visíveis, porque não passam de medidas de mera gestão do desemprego».

No fim de Setembro, referia a nota de dia 24 da União dos Sindicatos de Setúbal, havia no distrito 41280 desempregados registados, e perspectiva-se a perda de 4 mil postos de trabalho na Lisnave e 3 mil na Siderurgia Nacional, enquanto empresas como a Movauto, Quimigal, Torralta e várias do sector têxtil, entre outras, atravessam situações críticas. Para a USS, «as situações excepcionais exigem medidas excepcionais, não sendo tolerável a recusa do Governo na adopção de medidas de manutenção e criação de emprego para os trabalhadores da indústria naval» e «não é também tolerável continuar-se a assistir passivamente à derrocada das empresas».

Marcada concentração para amanhã à tarde no Terreiro do Paço

Trabalhadores denunciam objectivos da «reestruturação» nas comunicações

No dia 18 de Novembro reuniu em Lisboa o 2º Encontro das Organizações Representativas dos Trabalhadores das comunicações. A iniciativa, como noticiámos no número anterior, foi promovida pela federação sindical do sector (FCTA) e terminou com uma deslocação ao Ministério da tutela e a integração no desfile do Rossio para a Assembleia da República, no dia nacional de luta realizado pela CGTP. No encontro foi aprovada por unanimidade uma resolução em que, além da decisão de preparar uma concentração de trabalhadores dos CTT, da Telecom, dos TLP, da Marconi e da TDP (que está marcada para amanhã, às 16 horas, frente ao Ministério das Comunicações), se faz uma análise do sector e se denuncia a situação hoje vivida naquelas empresas e também na comunicação audiovisual.



Sequeira Braga quer todo o serviço internacional, os TLP querem manter a sua identidade. Os interesses nacionais, dos utentes e dos trabalhadores, para eles, pouco ou nada contam, comparados com os seus interesses pessoais – acusa-se na resolução.

Os representantes dos trabalhadores afirmam que nenhuma das reestruturações anunciadas tem minimamente em conta os direitos e garantias dos trabalhadores, os interesses do sector globalmente considerado, as necessidades dos agentes económicos e em particular os da comunidade e dos denominados

Para os representantes dos trabalhadores, a política de reestruturação que o Governo e as suas administrações estão a levar a cabo tem graves consequências para o pessoal das empresas, para a qualidade do serviço prestado e para os interesses nacionais.

As sucessivas reestruturações têm-se traduzido na tentativa de retirar direitos e regalias e na degradação da qualidade do serviço, pondo em causa a natureza social do serviço prestado às populações, afirma-se na resolução, que considera ser tal política «uma actuação irreflectida, de consequências desastrosas e que requer da parte das ORTs e dos trabalhadores medidas enérgicas e urgentes».

A disputa travada pelos grandes grupos económicos, quer nacionais quer estrangeiros, visa fundamentalmente obter a todo o custo o controlo de um sector tão importante e estratégico como o das comunicações, visando num futuro próximo a privatização das empresas, no todo ou em parte – denuncia-se na resolução.

Os representantes dos trabalhadores afirmam a necessidade de tudo fazer para pôr travão, enquanto é tempo, ao agravamento da crise já instalada, e apontam como objectivos de luta a garantia dos direitos e regalias dos trabalhadores, o direito ao trabalho e a segurança no emprego.

Telecomunicações

Nas principais empresas do sector de telecomunicações (Telecom, TLP e Marconi) a situação é dominada pelas chamadas reestruturações, cujo objectivo fundamental é criar as melhores condições para facilitar a privatização do sector anunciada pelo Governo. Na resolução afirma-se que é em nome desse objectivo que a administração da Telecom move uma campanha de intimidação contra os trabalhadores, anunciando despedimentos, intimidando e usando como castigo a transferência sem respeito pelas regras e como arma o terror psicológico.

Reduzir encargos salariais e os resultados das responsabilidades de natureza social das empresas tem sido o meio preferencial dos senhores administradores para reduzir os custos de operação das empresas, para as tornar mais apetecíveis aos senhores do capital. Ao mesmo tempo, os administradores tentam levar a água ao moinho dos seus interesses e dos grupos de amigos de que são testas-de-ferro, acusam os ORTs, concretizando: é assim que Todo-Bom quer a fusão das empresas,

clientes residenciais, a salvaguarda da soberania nacional e a qualidade global dos serviços prestados.

No documento aprovado dia 18 analisa-se cada um dos projectos já conhecidos:

— a proposta de **Todo-Bom**, de fusão da Telecom, dos TLP e da Marconi a curto prazo pretende servir para aquele administrador se guindar a presidente da empresa que daí resultaria, se entretanto não conseguir ser nomeado ministro; por outro lado, visa criar as condições indispensáveis para a privatização do sector, transferindo também para os cofres do Estado, já até finais de 1994, cerca de 125 milhões de contos. Este é um projecto que, para os ORTs, não tem em conta as diversidades culturais de cada uma das empresas e dos seus trabalhadores, não tem como base objectivos económicos realistas nem salvaguarda os direitos e interesses dos trabalhadores e que está obviamente condenado ao fracasso.

— o projecto de **Sequeira Braga** aponta para a separação de comunicações nacionais e internacionais, o que conduziria ao desequilíbrio económico e financeiro acentuado do sector (com lucros avultados nas comunicações internacionais e dificuldades para as nacionais, precisamente aquelas que maior investimento têm de realizar na implementação das redes locais e regionais de cabos, centrais de comutação, etc.). Os eventuais embaratecimentos dos custos das chamadas internacionais, só para servirem os grandes clientes, seriam acompanhados pelo encarecimento das taxas de assinatura e das chamadas nacionais, daí resultando o encarecimento do serviço para a generalidade dos clientes residenciais (a grande maioria).

O documento critica ainda as **reestruturações internas** que se têm verificado nas empresas e que se caracterizam por ausência de planeamento e de aproveitamento integral dos trabalhadores e da sua capacidade funcional, por deficiente organização interna do trabalho nas empresas, pelo recurso a empreiteiros cujo serviço é de duvidosa qualidade, pela implementação de novos sistemas de telecomunicações importados do estrangeiro e não testados totalmente à rede nacional, e ainda pela apatia e desmotivação dos quadros e dos trabalhadores, devido aos salários praticados e à evolução nas carreiras profissionais.

Correios

O facto de o presidente da administração dos Correios ter declarado publicamente que se prevê 800 mil contos de lucro para 1994, uma redução de pessoal sem problemas e uma boa imagem junto do público não significa que exista paz social nos CTT, nem significa que a qualidade do serviço tenha melhorado – afirma-se na resolução do 2º Encontro de ORTs do sector das Comunicações.

O atendimento foi melhorado com a informatização das estações, mas a redução de pessoal anulou a possível redução dos tempos de espera, sendo frequente encontrar estações em que a maior parte dos guichets está fechada e se alongam até à rua as filas de espera frente aos poucos que funcionam. Por outro lado, acrescentam os ORTs, a melhoria da imagem das estações remodeladas nas capitais de distrito não compensa as inúmeras estações encerradas e o atendimento entregue a juntas de freguesia e a particulares, o que tem como uma das consequências mais graves a fuga de serviços (designadamente os vales de pagamento das reformas).

A redução de comunicações nas zonas do interior contribui para uma maior concentração de

Propostas alternativas

Os representantes dos trabalhadores das empresas de comunicações apontam soluções alternativas às medidas do Governo e das administrações para o sector.

1. Devem ser reforçadas a coordenação e a concretização de estratégias integradas das empresas (Telecom, TLP, Marconi, CTT e TDP). Devem ser criados mecanismos de relacionamento a nível dos órgãos de gestão técnico-económica e de recursos humanos das empresas, com conhecimento prévio das ORTs no sentido de harmonizar os interesses e objectivos de cada empresa e dos seus trabalhadores, tendo em conta as respectivas culturas.

2. O capital social da Telecom e dos TLP deve manter-se inteiramente público, tal como deve manter-se a parte pública do capital social da Marconi.

3. A gestão de **recursos humanos** deve ter por objectivos pôr fim imediato a política de redução de efectivos a qualquer preço, o cumprimento dos acordos de empresa em vigor, a racionalização de métodos e processos de actuação para rentabilizar os recursos humanos, o investimento na formação e reciclagem dos trabalhadores e a adopção de políticas de motivação profissional, em vez de campanhas de intimidação.

Como **orientações gerais**, a resolução de 18 de Novembro propõe:

— ter em conta o carácter social dos serviços de telecomunicações e correios, o que exige a prestação do serviço a regiões e clientes menos favorecidos e susceptíveis de representarem encargos que devem ser suportados;

— ter sempre presente a preocupação da qualidade global dos serviços prestados, facilitando o desenvolvimento económico e satisfazendo as necessidades humanas e sociais da colectividade;

— adoptar taxas razoáveis para todos os serviços e o princípio da subsidiariedade de serviços socialmente justificáveis, mesmo que deficitários, à custa de outros necessária e suficientemente rentáveis;

— salvaguardar, mesmo no actual contexto, a soberania e a independência nacionais.

EM FOCO



empresas e serviços no litoral e nas grandes áreas metropolitanas. Nos últimos oito anos, aumentaram 10 estações em Lisboa e diminuíram 98 a nível nacional. A distribuição piorou claramente. Em 1985, 85% do correio era entregue no dia seguinte, o que colocava os correios portugueses em segundo lugar a nível europeu; os ORTs contrariam as declarações públicas dos responsáveis da empresa e afirmam que, em comparação com os dados de 1985, actualmente só 35,4% do correio é entregue no dia seguinte. Inúmeras localidades rurais têm distribuição apenas uma vez por semana.

Assim, comenta-se na resolução, se houver lucros nos CTT em 1994, isso resultará do aumento da publicidade pelo correio (provocado pela crise actual), dos aumentos das tarifas acima da inflação e de uma exploração desenfreada dos trabalhadores.

«Sucessivas, permanentes e desorientadas» reestruturações têm alterado o funcionamento dos serviços e a organização nos locais de trabalho, afectando a produtividade e desgastando o pessoal, destruindo a solidez, a estabilidade e uma forte cultura de empresa. No último ano, refere-se no documento, alterou-se de alto a baixo a estrutura, centralizando as funções, separando o atendimento da distribuição e centralizando centros distribuidores... para os quais se prepara novamente uma descentralização.

Neste quadro, os trabalhadores dos CTT têm visto agravar-se as suas precárias condições de trabalho. A resolução de dia 18 de Novembro denuncia alguns problemas concretos:

— transferências e deslocações compulsivas de uma localidade para outra, e obrigatoriedade de rodízio nos giros postais;

— ritmos de trabalho tão violentos que levaram o pessoal dos centros de distribuição a entrar em greve às horas extraordinárias;

— utilização da junta médica da empresa para obrigar a ficar em casa, com parte de doente, trabalhadores que, em consequência de doença ou acidente, se encontravam em serviços moderados e que são substituídos por pessoal com contratos a termo;

— mais de 2 mil contratados a termo, em postos de trabalho permanentes e muitos com estágio de admissão concluído, aguardam há anos a admissão e têm os contratos ilegalmente interrompidos por uma semana ou menos, para fugir à lei;

— há um clima «agressivo e ditatorial» na gestão de recursos humanos, com actualização de salários por via administrativa, invenção de excedentes onde há falta de pessoal, falta de resposta às reclamações dos trabalhadores, atraso de pagamentos e generalização de um tratamento «prepotente e grosseiro» por parte da gestão.

Comunicação audiovisual

O encontro de 18 de Novembro pronunciou-se detalhadamente sobre os problemas que hoje são vividos nas empresas do sector audiovisual, dedicando-lhes um capítulo da resolução aprovada por unanimidade. É esse capítulo que aqui reproduzimos.

RDP e Rádio Comercial

Quer na RDP, EP quer na Rádio Comercial, agora privatizada, o clima laboral tem-se vindo a deteriorar, com as várias medidas que têm vindo a ser aplicadas.

A seguir à privatização da Rádio Comercial, a Delegação do Porto foi pura e simplesmente fechada, ficando dezenas de trabalhadores sem os seus postos de trabalho e a actual Administração pretende reduzir ainda mais o número de trabalhadores, já que consideram haver muitos excedentários.

Na RDP, também a respectiva Administração tem vindo a implementar um conjunto de medidas visando a redução de postos de trabalho.

Até há bem pouco eram 2000 trabalhadores, cifrando-se hoje o seu número em 1400.

No entanto, a respectiva Administração ainda não está satisfeita e já afirmou publicamente que irão baixar até aos 1100/1200, utilizando para esse efeito as reformas antecipadas.

O clima de trabalho é, neste momento, de grande tensão entre os trabalhadores, não só pela redução de postos de trabalho, mas também os baixos salários praticados, a que se junta um problema que afecta a todos, empresa e trabalhadores — as baixas audiências verificadas.

RTP

O quadro legislativo criado pelo Governo para a Televisão, nomeadamente a abertura de canais à iniciativa privada, a passagem da RTP a sociedade anónima, a criação da Tele-difusora de Portugal (por espoliação de homens e equipamentos à RTP), a prevista alienação do arquivo audiovisual e o agora mais que provável desmembramento do sector de produção, não tiveram, nem vão ter qualquer vantagem para o público que faz da televisão o seu entretenimento quotidiano e ainda menos se vislumbra qualquer melhoria no serviço público a prestar.

Todo o quadro anteriormente referido em conjugação com a decisão, de duvidosa constitucionalidade, de extinção das taxas, a diminuição da publicidade resultante não só da existência da concorrência, mas fundamentalmente da grave crise económica que o país atravessa, que obviamente provoca reduções no investimento publicitário, para além do Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão, quanto a nós gravemente atentatório da dignidade do mesmo, aliados às más gestões de sucessivos Conselhos de Administração, vieram, como infelizmente prevíamos, colocar a RTP numa situação económica grave:

● A alienação da rede de emissão e feixes hertzianos, sem uma compensação minimamente justa, medida esta tomada em benefício exclusivo de um dos canais privados.

● A compra massiva de programas, sem espaço nas horas de emissão ou com mau planeamento da sua exibição.

● Encomenda excessiva de programas ao exterior em detrimento do aproveitamento dos meios internos ou de empresas participadas pela RTP.

● Bloqueamento da produção interna de forma a justificar o recurso a empresas externas, algumas delas com estreitas ligações no interior da RTP.

● Uso e abuso das ligações via satélite sem previsão nem noção dos custos.

● Aumentos selectivos e discricionários de remunerações sem respeito pelo Acordo de Empresa.

● Caso de provável corrupção que as auditorias realizadas pela própria RTP quer por empresa externa poderiam eventualmente comprovar se não tivessem pura e simplesmente sido arquivadas.

A estes quase que «lugares comuns» temos a acrescentar o Contrato de Concessão de Serviço Público pomposamente assinado pela Administração da RTP e pelo único accionista, o Estado. Deste contrato podemos destacar os serviços suportados pelo erário público, a saber:

a) O diferencial existente nos custos entre o Canal 1 da RTP e o canal privado com maior cobertura. A emissão do Canal 2 é totalmente suportada pela RTP.

b) Os custos de transmissão da RTP Internacional.

c) O défice anual das regiões autónomas.

d) O mecenato do Teatro S. Carlos.

e) O diferencial custos-receitas do Arquivo Audiovisual (uma nota — as televisões privadas não têm pago este serviço à RTP).

f) Cooperação com os PALOPS.

Nestas seis alíneas estão referenciados todos os pontos sobre os quais a RTP é comparticipada e pode facilmente concluir-se que as indemnizações compensatórias pagam apenas serviços decorrentes da existência da RTP como empresa e não do serviço público que lhe está atribuído. Toda a programação do Canal 1, TV2 e RTP Internacional é suportada pelas receitas de publicidade.

Assim cada vez menos nos podemos admirar do abaixamento da qualidade dos programas, da concorrência feroz entre canais públicos e privados sem nenhum benefício para o telespectador. Como facilmente se tem podido constatar, tem havido um nivelamento por baixo na qualidade da programação emitida pelos diversos canais.

Decorrendo naturalmente deste quadro prevê-se que o ano económico de 93 vai terminar com um prejuízo de cerca de oito milhões de contos que como é evidente vai obrigar a restrições que estamos já a ver quais serão, e já estão a ser.

Dado que à partida não rejeitamos que haja uma reestruturação, apesar de saber que as anteriores não conduziram a nenhuma melhoria dos serviços da empresa, exigimos que:

a) Seja respeitada a Lei 46/79, Lei das Comissões de Trabalhadores, que obriga ao parecer prévio da CT sobre qualquer reestruturação.

b) Que todos os trabalhadores sejam constantemente activos e participantes da reestruturação em curso.

c) Que seja posto termo à política de redimensionamento e redução de efectivos a qualquer preço.

d) Que sejam rentabilizados os meios humanos e materiais de que a empresa dispõe, nomeadamente nas áreas técnica e de produção.

e) Fim ao escandaloso pagamento de cachets e avenças, e subsídios sem correspondência de trabalho efectivo.

f) Fim aos aumentos discricionários a jornalistas e redobrada atenção à sangria de técnicos que não se encontram depois no mercado de trabalho.

g) Discussão e aprovação urgente de um regulamento de carreiras profissionais, que estimule e incentive à criatividade dos trabalhadores e à sua permanência na empresa.

Estamos conscientes de que é preciso reorganizar a empresa, mas com a indispensável colaboração de todos, com sacrifícios igualmente partilhados, se for caso disso, e não com custos humanos e sociais que repudiamos pois não fomos, em caso algum, os autores da situação actual.



Centenas de trabalhadores da Telecom - a quem o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, expressou a solidariedade da central - concentraram-se sexta-feira frente ao edifício Picoas. A greve geral convocada para aquele dia em toda a empresa teve, segundo a Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual, uma adesão de 70 por cento. Os trabalhadores e as suas organizações manifestaram a sua disposição de prosseguir a luta contra a privatização e a política dos «excedentes», pela defesa dos postos de trabalho e dos direitos dos utentes dos serviços da companhia.

Autarquias/93

Medos que afligem o PS e o PSD

A campanha autárquica em curso — pela forma como está a ser tratada pela generalidade dos órgãos de comunicação social e pela forma como nela estão a intervir alguns partidos (designadamente o PS e o PSD) — tem trazido à luz do dia a utilização de práticas que tendem a introduzir no debate eleitoral nacional elementos de deplorável e perigosa degradação e aviltamento. Para aqueles dois partidos vale tudo.

O PSD utiliza abusivamente em seu proveito, com fins eleitorais, o facto de ser Governo (e assim continua a sua caminhada para a total fusão partido-Estado e Estado-partido, criando cada vez mais situações em que é impossível destrinçar onde acaba o partido e começa o Estado e vice-versa). Os seus novos candidatos às câmaras onde hoje detém as presidências não fazem outra coisa senão sacudir a água do capote em relação aos malefícios praticados pelos seus antecessores no actual e em anteriores mandatos; os candidatos reincidentes seguem o rasto de Isaltino, que utiliza a máquina e os fundos camarários para promover a sua imagem, mentindo ou dizendo meias mentiras sobre o trabalho (não) feito. E a tendência será para todas estas tropelias se acentuarem daqui até 12 de Dezembro na medida em que, reflectindo tal comportamento, entre outras coisas, o medo com que o PSD está das autárquicas, esse medo crescerá na proporção directa do descontentamento e do protesto dos trabalhadores, das populações, dos estudantes — e com o crescimento desse medo aumentarão ainda mais as medidas repressivas, as cargas policiais sobre trabalhadores e estudantes... e aumentará naturalmente a manipulação eleitoral.

O PS começou por largar sobre os mais importantes concelhos da Área Metropolitana de Lisboa uma série de pára-queidistas que os órgãos de comunicação (particularmente os que actuam como seus órgãos oficiosos) se encarregaram de divulgar amplamente, carregando-os de capacidades e potencialidades — não porque tais candidatos tivessem qualquer especial experiência ou vocação para o trabalho autárquico, não por trazerem consigo qualquer projecto autárquico, mas apenas e só por serem pára-queidistas. Depois o PS começou a encomendar sondagens que indicassem vitórias para esses candidatos. Sondagens que, tal como os candidatos, foram também amplamente divulgadas e como se de coisa séria se tratasse. Quanto aos candidatos, esses têm vindo a comportar-se como se esperava. Em Loures, António Costa utiliza a Coligação por Lisboa de forma abusiva, desonesta e condenável e chega ao descaro máximo de utilizar, no seu apelo ao voto, a fotografia de um membro do Comité Central do PCP que integra a lista da Coligação com Lisboa.

Em Almada, Marques da Costa acusa a Câmara CDU de não ter feito as obras que ao Governo compete fazer e compromete-se a resolver tudo, deixando no ar a dúvida sobre se estará a candidatar-se à presidência da Câmara de Almada ou ao cargo de Primeiro-Ministro. Em Sintra, Edite Estrela exhibe exuberantemente a sua completa ignorância sobre a problemática autárquica e demonstra sem margem para quaisquer dúvidas que não tem nem virá a ter nunca as condições mínimas para vir a ser presidente seja de que órgão autárquico for.

Em Cascais, Judas, num acesso de humor nele pouco usual, declara a sua candidatura «independente» e encomenda sondagens vitoriosas. Mas, infelizmente para ele, a verdade é que qualquer cidadão medianamente informado associa automaticamente a sua candidatura «independente» a nomes como Stanley Ho, OPCA, etc., etc. E há quem diga que a candidatura «independente» de Judas é o primeiro passo, a primeira arrancada descarada para um processo de italianização do Poder Local no nosso País. Entretanto, e como é natural, estes candidatos têm presença diária certa e assegurada na comunicação

social — nessa mesma comunicação social que ignora, esconde ou deturpa o trabalho, a honestidade, a competência, as provas dadas pelos candidatos da CDU, e nomeadamente por Demétrio Alves, em Loures, Maria Emília Sousa, em Almada, Lino Paulo, em Sintra e Carlos Sota, em Cascais.

Para além de tudo isto e do muito mais que haveria a dizer sobre o conteúdo da intervenção eleitoral, quer do PS, quer do PSD há que recordar ainda a guerra das transferências (que, sabe-se lá porquê, não fez correr tanta tinta como seria de esperar), ou seja: esse espectáculo lamentável que foi a compra e venda de candidatos e que, apesar de não ter atingido os montantes das grandes transferências futebolísticas, atingiu por vezes os milhares de contos — tudo isto configurando uma concepção de intervenção eleitoral e um conceito de exercício do poder que ferem profunda e gravemente o respeito pelos eleitores e a democracia.

Assiste-se, paralelamente, a uma intervenção intensa e inusitada da comunicação social nesta campanha eleitoral para as autárquicas. Este facto seria positivo e útil se tal intervenção fosse feita no sentido do esclarecimento do eleitorado, da informação sobre a realidade que é cada concelho, sobre as atribuições e competências das autarquias, sobre a legislação existente e como ela (não) é cumprida pela política de direita, sobre o trabalho realizado pelos eleitos de cada força política, os métodos de gestão utilizados, etc., etc., etc. Não é, todavia, nesse sentido que a maior parte dos órgãos de comunicação social tem vindo a actuar. Numa ânsia provinciana e bacoça de copiar esquemas usados noutros países, a comunicação social portuguesa, com algumas honrosas excepções, tem vindo a transformar a campanha eleitoral num carnaval, numa sucessão de mascaradas que constituem autênticas agressões à inteligência dos cidadãos. Algumas bagunçadas promovidas por algumas TVs são exemplo típicos disso. E acontece ainda que, destes processos pseudo modernos e pseudo inovadores de atrair audiências para melhor servir determinados interesses político-partidários, emergem por vezes comportamentos individuais que se desejavam impossíveis de acontecer. Veja-se o degradante e degradado papel desempenhado por Cáceres Monteiro no último De Caras: disfarçado de jornalista independente mas apoi-



JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

Hoje são muitas as pessoas que, apesar de política e ideologicamente afastadas da CDU, reconhecem o trabalho, a honestidade e a competência exemplares dos eleitos da CDU

ando despudoradamente um partido (o PS) e atacando desonestamente outro (o PCP); deixando que à sua condição de jornalista se sobrepujassem as suas opções político-partidárias; desrespeitando e insultando participantes no programa e telespectadores — Cáceres Monteiro envergonhou a sua profissão, e merece ser eleito o jornalista ideal para uma campanha eleitoral com as características referidas.

O conteúdo e as formas que esta campanha eleitoral tem vindo a assumir reflectem muito claramente o receio que, quer o PS, quer o PSD têm da CDU e do exemplo que ela é no Poder Local. Eles temem o confronto entre as suas habituais e caducas práticas de exercício do poder e o projecto autárquico da CDU — um projecto assente numa gestão participada, democrática e que tem como preocupação prioritária permanente a resolução de problemas das populações; o projecto de uma força que quer o poder para servir as populações e não para se servir das populações. Não tendo o direito de utilizar os métodos que usam, PS e PSD têm de facto razões para recear a CDU.

Hoje são muitas as pessoas que, apesar de política e ideologicamente afastadas da CDU, reconhecem o trabalho, a honestidade e a competência exemplares dos eleitos da CDU; são muitas as pessoas que respondem a todo o alarido que por aí vai com uma simples frase («nas autarquias eu voto CDU») e irão agir em conformidade.

Por isso a CDU não tem razão para recear as eleições de 12 de Dezembro e, pelo contrário, tem muitas razões para as encarar com optimismo e confiança. Especialmente se continuar a levar por diante uma campanha forte, dinâmica, de amplos contactos com as populações; uma campanha capaz de fazer chegar ao maior número possível de pessoas em cada concelho o que fizeram e o que se propõem fazer os candidatos da CDU; uma campanha de verdade e de respeito pela inteligência e a sensibilidade dos cidadãos.



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Itália: o colapso da Democracia Cristã

As eleições locais parciais de 21 de Novembro, realizadas nalgumas das maiores cidades italianas (Roma, Palermo, Génova, Veneza, Trieste) e em numerosos outros centros menores englobando cerca de 11 milhões de eleitores, saldou-se por um autêntico terramoto político de consequências ainda imprevisíveis.

A crise política e eleitoral dos velhos "partidos do regime" que desde a Segunda Guerra Mundial conduziram os destinos do país não constitui já uma novidade. As investigações judiciárias que, sob o nome de "Operação Mãos Limpas", lançaram no descrédito os partidos (e grandes empresas) do sistema haviam já levado em anteriores consultas eleitorais, como as eleições locais parciais de 6 de Junho deste ano, ao quase desaparecimento do Partido Socialista Italiano e dos pequenos partidos da maioria governamental (PRI, PSDI, PLI) e às grandes quebras da Democracia Cristã, o partido que — graças também ao apoio norte-americano, do Vaticano e em muitos casos das várias mafias italianas — havia representado o fulcro do sistema político nos últimos 48 anos. Mas a extensão da derrocada da DC nas eleições de 21 de Novembro ultrapassou todas as expectativas e torna praticamente certo o desaparecimento da DC, pelo menos na forma e com o papel que detinha até aqui. Nos mais 70 concelhos onde se votou, a DC desceu dos 34,7% de votos nas últimas eleições autárquicas (1989) para apenas 12,1% (na votação para as Assembleias Municipais). Recorde-se que ainda nas eleições gerais de 1992 a DC alcançara 29,8% dos votos nesses mesmos concelhos. O desaire democrata-cristão foi ainda agravado pelo facto de nas eleições para as presidências de Câmara — que, de acordo com a nova lei eleitoral são de tipo presidencial, sendo o restante executivo camarário escolhido pelo presidente — a DC não ter visto nenhum dos seus candidatos nas grandes cidades passar à segunda volta, ficando assim arredada da gestão dos principais centros urbanos de Itália.

Os socialistas e restantes partidos do sistema foram completamente varridos do mapa. Nos 13 concelhos onde concorreu com o seu símbolo, o PSI (que ainda em 1992 conseguira 16,1% dos votos) não foi além de 1,7%.

É por demais evidente que o voto do eleitorado italiano foi determinado, de forma decisiva, por considerações de âmbito muito mais geral do que o das meras questões autárquicas. Tratou-se de um voto explícito de condenação global do sistema de governo e das personalidades e partidos que ao longo das últimas décadas conduziram os destinos deste nosso parceiro comunitário. Um sistema onde tudo era permitido — desde a corrupção generalizada a todos os níveis e o poderio das sórdidas organizações mafiosas, que eram cada vez mais parte integrante do sistema, até aos mais bárbaros actos terroristas, quantas vezes perpetrados com a conivência (ou, segundo alegações recentes, por iniciativa directa) das chefias dos serviços secretos — tudo, desde que garantisse a perpetuação do sistema e a exclusão do poder do antigo PCI.

Mas se é evidente que a 21 de Novembro os italianos deram um enorme voto de protesto contra o sistema vigente, não é ainda evidente a natureza e os contornos do que se seguirá. A par de elementos positivos e promissores, há resultados alarmantes que apontam para o perigo de soluções de cariz autoritário.

Positivo e promissor é o reforço da votação nas forças de esquerda e progressistas. O Partido da Refundação Comunista reforça a sua votação, no seguimento da tendência já verificada nas autárquicas parciais de Junho e alcança votações importantes para as Assembleias Municipais das grandes cidades (8,9% em Nápoles, 9,3% em Génova, 7,1% em Roma). Também o Partido Demo-

crático de Esquerda inverte o processo de declínio que se seguiu à sua criação e, embora longe das percentagens do antigo PCI, recupera posições relativamente às eleições gerais de 1992 nas maiores cidades onde se votou. O afluxo de votos provenientes da área socialista e da abstenção terá assim permitido ao PDS compensar os votos perdidos à sua esquerda, em favor do PRC.

As características da eleição dos presidentes de Câmara favoreciam o surgimento de amplas alianças no apoio aos vários candidatos. Nalgumas cidades (Nápoles, Veneza, Palermo, Tasanto, Pescara, Macerata) essa aliança traduziu-se numa autêntica frente de forças progressistas e democráticas (Partido da Refundação Comunista, PDS, o partido "La Rete", etc.) com resultados muito positivos pois em todos os casos os respectivos candidatos são os mais votados, mesmo nas cidades do Sul onde as forças de esquerda sempre foram minoritárias. O resultado alcançado em Palermo, capital da Sicília, é digno de nota: o dirigente do Partido "La Rete", Leoluca Orlando — que já fora há alguns anos presidente da Câmara de Palermo pela DC, tendo-se salientado desde o início do seu mandato por uma firme vontade de combater o controlo que a mafia exercia sobre grande parte das actividades camará-

vas Câmaras irão disputar a segunda volta no domingo, 4 de Dezembro. E é arriscado excluir a possibilidade de uma sua vitória (em particular na capital) pois há já sinais de que uma parte significativa do mundo empresarial e político, assim como personalidades ligadas à criminalidade organizada, preferem esse desenlace. Registe-se, a título de exemplo, o apoio público que o secretário-geral do MSI, Gianfranco Fini, que passou à segunda volta em Roma com 35,5% dos votos, recebeu já de Silvio Berlusconi, senhor da televisão privada italiana (é dono de três canais nacionais), do grupo editorial Mondadori e do clube campeão do futebol italiano, Milão. E saliente-se que Berlusconi foi durante a última década grande amigo pessoal e político do "patrão" dos socialistas italianos (e bombo da festa da Operação Mãos Limpas), Bettino Craxi.

A ascensão do MSI (sobretudo no Centro e Sul, mas também na cidade de Trieste, junto à fronteira com a ex-Jugoslávia) é, à semelhança da ascensão da Liga Norte, reflexo da derrocada da DC. Sectores da pequena e média burguesia que sempre procuraram segurança e estabilidade na Democracia Cristã sentem-se hoje traídos e inseguros perante a derrocada do sistema político na Itália. Os apelos à "ordem" e à autoridade do Estado encontram sempre terreno fértil em momentos de grande crise. E muitos expoentes do sistema em derrocada parecem agora apostados em jogar a cartada MSI.

São muitas as incógnitas que pairam hoje sobre o futuro de Itália, e apenas algumas terão resposta já a 4 de Dezembro quando se saberão ao certo quem serão os novos presidentes das Câmaras. As repercussões políticas destas eleições são enormes e o actual Governo e Parlamento ficaram totalmente deslegitimizados. Os partidos que apoiam o Primeiro-Ministro, Ciampi, não alcançaram mais de 18% dos votos nas eleições de 21 de Novembro, e quer o PDS quer a Liga Norte (como também o Partido da Refundação Comunista) já vinham exigindo eleições gerais antecipadas a curto prazo. A menos que haja manobras de última hora, tais eleições deverão realizar-se na próxima Primavera. A nova lei eleitoral para o Parlamento, de cariz maioritário, numa única volta, vai favorecer os grandes blocos eleitorais. Haverá ainda tempo para as tentativas de criar uma nova força centrista (como defende, por exemplo, o patrocinador do referendo que levou à alteração das leis eleitorais, Mário Segni)? Será que (como parece considerar Carlo Benedetti, o patrão da Olivetti) o PDS estará disponível para assumir o papel de "gestor responsável" do sistema capitalista neste momento de forte crise económica e dá já as "garantias" suficientes para desempenhar (mesmo que transitóriamente) essa função?

Ou será que as forças mais retrógradas e reacçãoárias da sociedade italiana irão recusar qualquer alteração no sistema

de poder que lhes tem garantido lucros fabulosos?

As muitas interrogações sobre a evolução política há ainda que acrescentar a crise económica e as grandes tensões sociais que ela provoca, tensões que a política anti-popular do Governo Ciampi tem vindo a agravar (veja-se o artigo do "Avante!" de 14.10.93). A capacidade de resposta que vier a ser revelada pelas lutas operárias e populares terá uma influência que se pode revelar decisiva no evoluir dos acontecimentos.

Desde já se avizinham meses conturbados em Itália. E não é de excluir que, à semelhança do que tem acontecido nos últimos 25 anos, o grande polvo (nacional e internacional) que tem controlado esse nosso parceiro da União Europeia recorra novamente à "estratégia da tensão" e da violência terrorista para procurar perpetuar o seu domínio tentacular.



rias e cidadinas, e que fora após uma feroz campanha afastado pelos seus colegas de partido e pelo PSI — retoma as rédeas da autarquia palermitana através duma eleição directa à primeira volta com mais de 75% dos votos. Nas restantes grandes cidades, onde o PDS preferiu alianças de natureza mais "centrista", com a exclusão dos comunistas, os candidatos de tais alianças também alcançaram bons resultados, mas necessitarão do apoio do PRC — já prometido — para vencerem na segunda volta.

O traço muito preocupante destas eleições é o fortíssimo ascenso da extrema-direita, quer na sua versão setentrional, populista e separatista com a Liga Norte, quer na sua versão centro-meridional através dos fascistas do Movimento Social Italiano. O MSI torna-se o maior partido em Roma e Nápoles, com cerca de um terço dos votos, e os seus candidatos às presidências das respecti-

Por uma reforma democrática dos serviços de saúde Com trabalhadores e utentes um sistema de saúde para todos

A Comissão Nacional para as Questões de Saúde elaborou o documento intitulado «por uma reforma democrática dos serviços de saúde» - assegurando a contribuição de médicos, enfermeiros, outros profissionais da saúde e utentes - e que na semana passada foi publicamente apresentado, assumidamente como primeiro contributo para um debate mais profundo e alargado sobre o tema da mudança, que se tornou imperiosa, no sistema de saúde em Portugal. Sendo uma simples proposta de trabalho, o documento apresenta cinco pontos que deverão, necessariamente, integrar uma futura reforma do sistema: desgovernamentalização, descentralização, autonomia e financiamento suficientes do Serviço Nacional de Saúde (SNS); promoção da sua eficácia; gestão democrática e participada pelos trabalhadores da saúde e pelas populações; correcta avaliação da qualidade em saúde e humanização dos serviços. Estes cinco pontos são depois largamente desenvolvidos, na parte substancial do documento, e resumem o essencial das propostas apresentadas, das quais aqui fazemos uma breve síntese.

O recenseamento das causas da degradação do SNS, a crítica às concepções neoliberais e mercantilistas que estão inconstitucionalmente a conduzir à progressiva desprotecção da população portuguesa no domínio da saúde pública - numa altura em que tais concepções têm vindo a ser abandonadas em muitos países pelas consequências nefastas que tiveram no domínio social e até no plano financeiro - são objecto de análise num capítulo intitulado «a situação actual», onde se afirma que «ao longo dos últimos 14 anos, o país sofreu as consequências da hegemonia da direita na direcção da política de saúde».

A asfixia financeira do SNS, a desvalorização acentuada da área dos cuidados de saúde primários, o generoso e volumoso apoio às multinacionais dos medicamentos e dos equipamentos ou às grandes empresas construtoras de instalações e o apoio à penetração dos interesses capitalistas no domínio da prestação de cuidados de saúde, são alguns dos traços marcantes dessa política.

Destruição do sistema

A par disso, outras características dominantes da actual governação do sistema de saúde passam pela destruição da identidade própria e da autonomia do SNS e das instâncias de participação democrática dos trabalhadores da saúde e das populações na gestão dos serviços, bem como pela governamentalização de todas as decisões - incluindo as de índole técnica - através de uma cadeia de comando centralizada no ministro da Saúde, com nomeações cujo critério apenas depende da confiança partidária ou do compadrio pessoal.

Uma grave crise de eficácia, a completa ausência de planeamento e a desvalorização da saúde pública, o atraso organizativo, a inadequada estrutura administrativa e de métodos de gestão e, sobretudo, uma grave crise financeira, resumem a situação actual dos serviços de saúde portugueses, cuja inteira responsabilidade vai para a orientação política seguida pelo Governo PSD/Cavaco Silva, a quem o documento elaborado pela Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP acusa de apresentar, como traço mais recente «a subordinação a lobbies capitalistas interessados na exploração de cuidados de saúde».

Estas algumas das muitas razões que levam à necessidade de um debate, no país, sobre estas questões e de uma intervenção activa de combate a esta política. No primeiro capítulo deste trabalho, intitulado «um debate necessário», alerta-se para as opções que o Governo pretende institucionalizar (seguros de saúde, generalização das convenções, privatizações de hospitais, centros de saúde e

outros serviços públicos ou entrega da sua gestão a entidades privadas) cujas consequências, como a prática noutros países o demonstrou, acabarão por dar em maiores despesas para o Estado e para os cidadãos e na desigualdade no acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde.

Financiamento

A fixação de uma cota mínima de indexação do Produto Interno Bruto (PIB) para o financiamento do SNS que nos aproxime da média europeia; a distribuição regional das verbas (com base em critérios bem definidos (demografia, características epidemiológicas, recursos a sustentar, programas a desenvolver, etc.); regras que permitam responder a necessidades especiais de financiamento das

regiões, com base em prioridade de saúde ou de desenvolvimento; definição de montantes para rubricas especiais, como investimento, formação de pessoal e investigação, são propostas avançadas para incluir numa futura Lei das Finanças da Saúde.

A regionalização dos serviços de saúde (com a divisão do país em áreas), sua descentralização e autonomia com financiamento suficiente do SNS é defendida no documento com a necessária articulação e tutela gover-

das, com estabelecimentos, serviços ou grupos de trabalho, para tarefas concretas.

O projecto prevê estímulos financeiros às unidades e aos profissionais que promovam de forma conjugada os factores de qualidade e eficácia e uma utilização intensiva da capacidade produtiva já instalada, em vez do actual subaproveitamento de recursos.

Modernizar

Uma especial atenção aos avanços tecnológicos que tenderão a modificar a organização dos serviços de saúde é dada neste documento, propondo-se, entre outras medidas, que sejam estudados protocolos de organização do trabalho hospitalar para responder a necessidades prementes de inovação técnica, a propor pela direcção clínica ou por grupos de profissionais, onde se agrupem diversas especialidades fora da estrutura convencional dos serviços de acção médica.

Uma articulação estreita entre os cuidados diferenciados e cuidados primários e assegurar a independência técnica dos profissionais de saúde são outros objectivos desta proposta de trabalho.

A gestão democrática e responsável do SNS surge neste documento como instrumento essencial para uma modificação positiva do actual sistema. Assegurar a participação dos trabalhadores da saúde na gestão dos estabelecimentos e das populações na elaboração de planos sanitários locais é o objectivo, cumprindo aliás recomendações nesse sentido da

Organização Mundial de Saúde.

Qualidade

Críticas à actuação da Inspecção Geral de Saúde, «que se trata de uma corrente de transmissão do ministro da Saúde na tentativa de abafar os ilícitos cometidos pelos funcionários da sua confiança», como recentemente aconteceu com o caso da hemodiálise em Évora, são feitas neste documento que prevê a criação de um Instituto de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Saúde, independente, e com capacidade para atestar, mediante avaliações periódicas e sem aviso, da qualidade de exercício de serviços e estabelecimentos de saúde. O objectivo não será punitivo, mas sim a infomar da qualidade do desempenho e, eventualmente, propor medidas de correcção. Uma necessidade para melhorar o desempenho do SNS e, em geral, dos cuidados de saúde no país.



Para além de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e de Edgar Correia, membro da Comissão Política, a mesa que apresentou este documento foi composta por membros da Comissão Nacional para as Questões da Saúde: Durão de Carvalho, engenheiro; Fernanda Dias, enfermeira (que integra também a Comissão Nacional de Enfermeiros do PCP); João Camilo, médico, membro da DORL e suplente do Comité Central do PCP; João Fróis, médico; Luís Peixoto, médico, deputado à Assembleia da República, e da Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP; Marília Villaverde Cabral, membro da DORL e do Comité Central do PCP; Orlando Leitão, professor, director do Serviço de Neurologia do Hospital Egas Moniz; Paulo Fidalgo, médico; Paulo Tabor, técnico de farmácia; Rui Pinhão, professor catedrático jubilado da Universidade de Lisboa, e da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP

namental. Neste âmbito, propõe-se para a administração central a elaboração de um Plano Nacional de Saúde e de normas técnicas e de funcionamento do SNS; a realização de estudos e propostas que entender necessários ou que lhe sejam solicitados; planeamento e coordenação da formação e aproveitamento dos profissionais de saúde; direcção dos estabelecimentos e institutos de âmbito nacional do SNS; condução de experiências de novas formas de organização dos serviços e planeamento do investimento estratégico em instalações e equipamento.

Eficácia

Sobre o problema da eficácia dos serviços de saúde, as propostas apresentadas visam a autonomia da gestão de serviços e estabelecimentos de saúde com uma ideia que se avança, a concretizar numa primeira fase a título experimental: para além da estrutura convencional de organização dos serviços de saúde, poderiam ser estabelecidos contratos de prestação de serviços, de regras bem defini-

Humanização

Finalmente, no que diz respeito à humanização dos serviços, propõe-se uma política continuada, com propostas de soluções elásticas, isto é, adaptadas ao tipo e à gravidade dos problemas, às características do hospital e da população que serve (seus hábitos, tradições, etc.).

Uma das formas possíveis de organização avançada seria «a institucionalização, em cada estabelecimento prestador de cuidados de saúde, de comissões específicas com representantes dos trabalhadores e dos utentes, a quem caberá proceder à análise das situações criadas e apreciar as reclamações recebidas, proceder ao inventário dos problemas existentes, elaborar planos anuais de actuação (instalações, funcionamento, formação de pessoal, etc.), controlar a sua execução e resultados (nomeadamente através de inquéritos regulares a doentes)». Outras ideias e o estudo de legislação própria, são avançados neste capítulo do documento.

■ Pedro Tadeu

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Reportagem na TV

Violência sobre estudantes.
Polícia sempre a arrear.
São (pensei) imagens de antes
o vinte e cinco chegar.

Bastonadas, repressão.
Para mais revolta e dor
eu só então reparei
que eram imagens a cor...

Monopolarização

Diz a TV que sempre é
muito isenta e assim parece
se leva o PSD
leva a seguir o PS...

Pluralista, pois, aquece
os seus olhos, já se vê
pois quando leva o PS
logo atira o PSD...

Nata tem de quê.
Ninguém mais merece.
Só, só, o PSD
e dê, dê, só o PS...

Ou seja: nesta TV
cada vez mais sonsa e triste
é-se PS ou PSD
pois se não for... não existe...

OK, dizem eles

Os espanhóis têm já o Totta todo.
O polvo à porta débil mete a chave.
A Banca, a bronca, a tranca, o brinco, o
[bodo].

Pronto. OK, não é grave...

Só se come estrangeiro à nossa mesa
até de vinhos outros se enche a cave.
Vejam só que a batata é holandesa.
Pronto Ok, não é grave...

Terra a quem demos o primeiro beijo
e a luz nos deu primeiro, a primeira ave,
vende-se aos estrangeiros, no Alentejo.
Pronto OK, não é grave...

Dias soturnos são os que vivemos.
Treme no alto mar a antiga nave.
A alma, se for preciso, venderemos.
Pronto. OK, não é grave.

Isto diz o governo torto e gordo.
Levante o braço, quem estiver de acordo!

Ocasão

Débeis fitas cortar Cavaco adora.
Não há nada que o faça mais feliz.
Porém, quando ele chega, o povo diz:
«Não te queremos, Cavaco, vai-te embora!»

Bandeira negra

Ele treme na áspide de um ai.
Mas ir-se embora, ná, isso não vai.
Gosta de estar em cima do cavalo.

Ir-se? Moita, carrasco. Não convém.
Como as coisas estão, o povo tem
mesmo não querendo ele, de obrigá-lo...

O despeito

Espantosa foi a entrevista que
Herman José fez a Vasco
Pulido Valente nos
"Parabéns" do passado
sábado.

Demonstrou, primeiro, que a
língua viperina de Pulido
contra tudo o que mexe na
literatura, no cinema, no
teatro e, em geral contra tudo
o que é português, não é só
uma questão de fígado. É
também despeito.
Herman empurrou o
convencido iconoclasta para
uma longa e trémula auto-
justificação deste despeito
que resulta, como se
percebeu, de lhe "faltar a
técnica" para realizar uma
das maiores ambições da sua
vida: "escrever um
romance".

Herman mostrou ainda como
o difícil sujeito pode ser
domesticado com uns
charutos. E "não são dos
mais caros, eram para o
Pulido Valente..." revelou
mais à frente quando o
falhado romancista já estava
no bar.

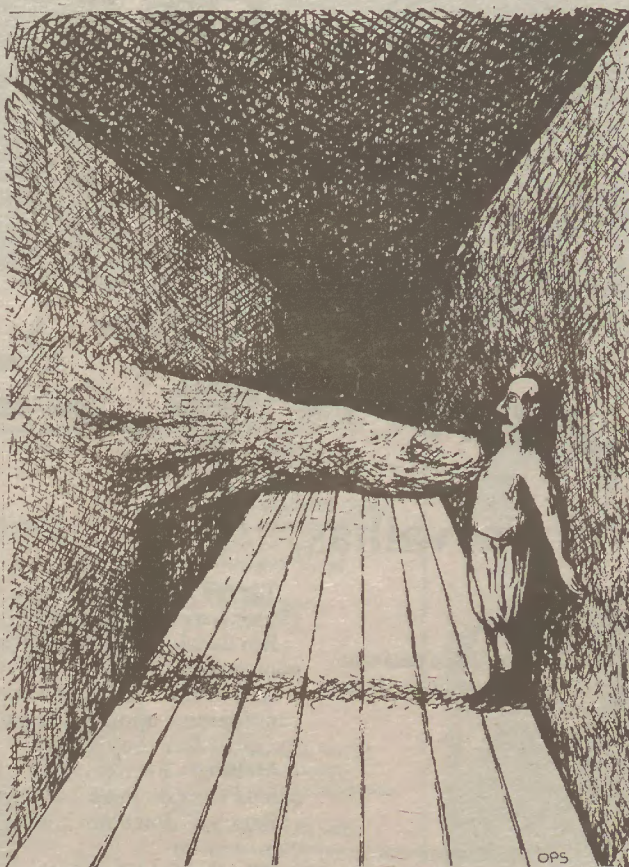
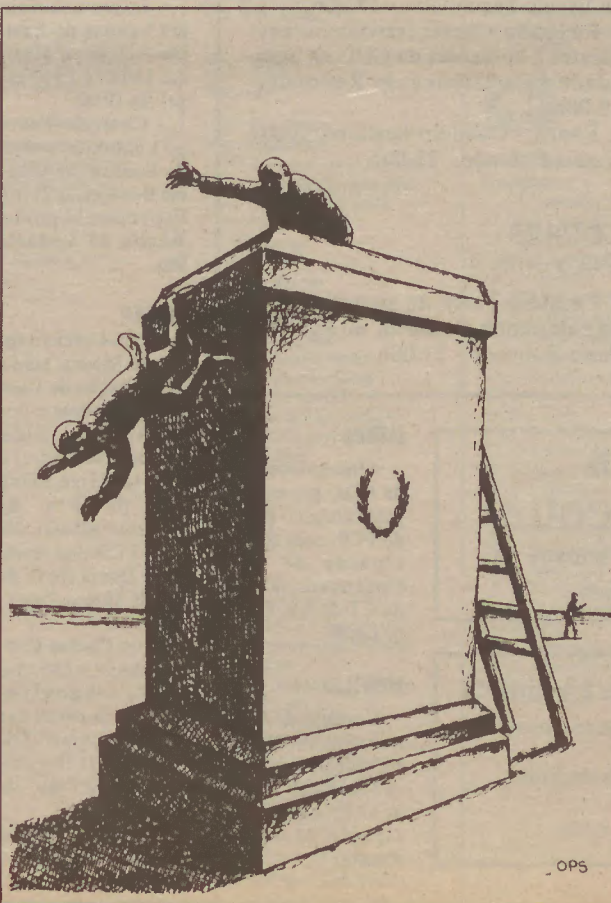
Donde se confirma o
provérbio: "todo o burro
come palha, é preciso é saber
dar-lha."



O avanço

É chocante como certos
indivíduos, para tratarem da
vidinha atropelam as regras
mais elementares da
decência... e da disputa
democrática.

Foi o caso do locutor da RTP,
Luís Pires que, antes de
iniciar o programa "De
Caras" dedicado aos
concelhos de Oeiras, Loures
e Sintra, resolveu ouvir dois
dos assistentes ao debate.



Por acaso, por acaso, eram (é
claro) do PSD e do PS.

O primeiro com algum recato
indicou a sua confiança em
Isaltino. O segundo, às
descanaras, lançou-se num
frenético apelo ao voto em
António Costa, sob o olhar
benevolente do locutor.
Assim, sem salvar sequer as
aparências, Luís Pires dava
um ilegítimo avanço a duas
candidaturas em detrimento
de todas as outras.

Diga-se, no entanto, que em

Loures e Sintra.

O jovem candidato do PS
está mesmo a rivalizar com
Macário Correia na luta pelo
cepro do mais ridículo da
campanha.

Vai ficar nos anais daquilo
que não se deve fazer perante
uma assistência tão
heterogénea, o desafio
lançado por Costa para que se
pusse de pé quem ousasse
duvidar da sua palavra sobre
os gastos da campanha.
É claro, a sala inteira

Perdeu-o a sua ambição por querer cruzar a galinha
dos ovos de ouro com um elefante



relação a António Costa nem
o avanço o salvou...

O veredicto da sala

António Costa revelou-se
particularmente desastrado
no já referido "De Caras"
sobre os concelhos de Oeiras,

levantou-se num veredicto
esmagador! (Nem se
percebeu que os apoiantes de
Costa tinham ficado
sentados).
E o candidato com um
risinho amarelo abanava a
cabeça como quem diz:
"quando for grande hei-de
aprender estas coisas."

Hipocrisia

O inevitável Vicente Jorge
Silva lá saltou no seu poleiro
para se insurgir contra a
visita a Portugal do
Presidente da República
Popular da China, seguindo
submissamente as instruções
dos meios mais reccionários
da União Europeia, de Bona,
Bruxelas etc....

Para ele nem mesmo Macau
ou Timor devem merecer
cuidados a Portugal, senão
cuidar dos "direitos
humanos" na China, segundo
a concepção muito própria do
director do "Público".
Mas que rematada hipocrisia!
Como se pode atrever a falar
de quaisquer direitos
humanos quem exaltou e
aplaudiu, recentemente, os
esmagamento dos resistentes
do Parlamento Russo a tiro
de canhão e quem festeja a
perseguição e a eliminação
de comunistas da Rússia pelo
ditador Ieltsin?
Deixe-se de lérias, Vicente!

frases
da
Semana

"A onda de pessimismo
que vai por aí - e que já
leva muita gente a pôr
em dúvida a nossa capa-
cidade para competir na
Europa do Mercado
Único - não augura uma
saída airosa."

☞ (Francisco Sarsfield
Cabral - «Semanário»,
27.11.93)

"Cavaco Silva veio
comiciar ao Porto,
depois de ter declarado
que não entrava nas
autárquicas. Entrou de
rompante, como quem
se prepara para meter a
chave à fechadura e
ouve o telefone a tocar.
Ele lá sabe porquê."

☞ (José Valente - «Públi-
co», 25.11.93)

"Ieltsin é um ditador
iluminado."

☞ (Hélène Carrère D'
Encause, soviétóloga
francesa - «Expresso-
Internacional», 27.11.93)

"Não se pode medir
diariamente e ao mili-
grama o carácter demo-
crático de cada decisão
do Presidente russo."

☞ (Helmut Kohl, chancel-
ler alemão, citado em
«Expresso-Internacio-
nal», 27.11.93)

"Na política, enquanto
exercício do poder, não
posso deixar de reco-
nhecer que sou um per-
dedor."

☞ (José Luís Judas -
«Público Magazine»,
28.11.93)

"Na vida acontecem
muitas vicissitudes. Por
vezes, ganha-se, por
vezes, perde-se."

☞ (Macário Correia -
«Semanário», 27.11.93)

"Gostei de ser um aju-
dante de ministro do
prof. Cavaco Silva. E,
mais, eu assumo com-
pletamente a expressão
ajudante de ministro."

☞ (António Taveira -
«Semanário», 20.11.93)

"Santana Lopes é um
excelente actor."

☞ (Filipe La Féria -
«Público», 25.11.93)

"Meia dúzia de anos é
mais do que suficiente
para em definitivo aca-
bar com as barracas em
Lisboa."

☞ (Macário Correia -
«Semanário», 27.11.93)

"Acreditem naquilo
que eu digo. Eu falo
verdade. (...) É um
sonho que eu tenho."

☞ (Marques Mendes -
«Público», 22.11.93)

"As pessoas têm direito
a gostar de programas
leves e de entretenimen-
to puro, como são, por
exemplo, os de câmara
indiscreta. Quando se
chega a casa cansado
depois de um dia de tra-
balho, não se quer uma
maçada intelectual e
profunda."

☞ (Francisco Pinto Bal-
semão - «Expresso-
Revista», 27.11.93)

ALANDROAL

Sessões de esclarecimento com a participação dos candidatos à CM em Casas Novas (sábado às 20.30, na Sociedade) e em Venda (domingo, às 20.30, no Centro Cultural).

ALCOCHETE

Iniciativas da CDU com a participação do camarada Álvaro Cunhal, sábado, dia 4: almoço no Restaurante Gonçalves, às 13.30; encontro com a população, às 15.30.

AMADORA

Mina - Sessão da CDU com a participação dos candidatos à freguesia, no Clube Desportivo de Careque, domingo, às 15.30.

Brandoa - Noite de Fado, com apresentação dos candidatos à freguesia: sábado, às 21.30, no Polivalente da Brandoa.

Falagueira - Noite de Fados: sábado.

Buraca - Festa-Convívio promovida pela CDU, no Salão da Junta de Freguesia da Buraca: sábado às 21.30; sessão de esclarecimento no Alto do Moinho: domingo às 21.00; sessão de esclarecimento no salão da Junta de Freguesia da Buraca: quarta-feira, dia 8, às 21.30.

AZAMBUJA

Vista de Carlos Carvalhas ao concelho: sexta-feira, a partir das 17.00, passagem em Vila Nova da Rainha, Aveiras de Baixo, Vale Paraíso, Aveiras de Cima, Alcoentre, Manique, Vila Nova de S. Pedro; às 21.30, sessão com a participação de Carlos Carvalhas e dos candidatos da CDU à CM e AM, no Salão dos Bombeiros da Azambuja.

CASCAIS

Sessão-debate em S. Domingos de Rana (na Assoc. de Educação Popular do Zambujal), com a participação dos candidatos Carlos Sota, Vitor Silva e João Camilo: hoje, dia 2, às 21.30.

Reunião de candidatos e de ativistas organizados e residentes em Cascais para organização da participação na campanha eleitoral: hoje, dia 2, às 20.30, no CT do PCP de Cascais.

ÉVORA

Sessões com Reformados: quinta-feira, dia 2, em Canaviais (Casa do Povo, 15h.00), Graça do Divor (Casa do Povo, 16.30), Guadalupe (15.00), Boa-Fé (16.30); sexta-feira, dia 3, em S. Miguel de Machede e em N.ª Sr.ª de Machede (ambas às 15.00); ainda dia 3, em Valverde, com a participação de Abílio Fernandes (Casa do Povo, 15.00).

Convívio dos trabalhadores da CM de Évora, com a participação dos candidatos: sexta-feira às 17.30.

Convívio da Juventude: sexta-feira, às 21.30, na Soc. Joaquim António de Aguiar, com a participação de Abílio Fernandes.



Carlos Carvalhas

LISBOA
Quinta-feira, 2

Encontro com candidatos autárquicos e dirigentes e ativistas sindicais no C.T. Vitória - 17.30h

SESIMBRA
Quinta-feira, 2

Alfarim - Jantar de candidatos e apoiantes da CDU no restaurante "Alfa 2" - 20.00h
Zambujal - Comício Festa na ACRUTZ - 21.30

AZAMBUJA
Sexta-feira, 3

Vila Nova da Rainha - Encontro com a população - 17.00h
Aveiras de Baixo - Encontro com a população - 17.30h
Vale Paraíso - Encontro com a população - 18.00h
Alcoentre - Encontro com a população - 18.45h
Manique - Encontro com a população - 19.15h
Vila Nova de S. Pedro - Encontro com a população - 19.45h
Maçussa - Encontro com a população - 20.15h
Azambuja - Sessão de apresentação dos candidatos da CDU no Salão dos Bombeiros - 21.30h

CASCAIS
Sábado, 4

Visita ao mercado de Tires - 11.00h

OEIRAS
Sábado, 4

Almoço convívio de candidatos e apoiantes da CDU no Grupo Recreativo da Tercena - 13.00h

SINTRA
Sábado, 4

Cacém - Festa da CDU no Espaço CDU - 16.30h
Queluz - Jantar convívio de candidatos e apoiantes da CDU no restaurante "O Poço" - 20.00h
Rio de Mouro - Comício Festa no Auditório da Nova Igreja de Rio de Mouro - 22.00h

Distrito de SETÚBAL
Domingo, 5

Alcácer do Sal - Encontro com a população - 10.00h

Torrão - Encontro com a população no Largo do Mercado 11.30h
Rio de Moinhos - Encontro com a população no Largo da Igreja 12.45
Grândola - Almoço convívio de candidatos e apoiantes da CDU no Pavilhão de Feira - 13.30h
Melides - Encontro com a população na Casa do Povo - 16.00h
Brescos - Encontro com a população - 16.45h
Vila Nova de Sto. André - Encontro com a população - 17.30h
Sines - Jantar convívio de candidatos e apoiantes da CDU no Salão do Povo - 19.00
Santiago - Jantar convívio de candidatos e apoiantes da CDU no Pavilhão da Feira - 20.45h

Distrito de BEJA
Terça-feira, 7

Pias - Encontro com a população - 14.30h
Vale de Vargo - Encontro com a população - 15h30
Vila Nova de S. Bento - Encontro com a população - 16h30
Mina de S. Domingos - Encontro com a população - 17.30h
Mértola - Encontro com a população - 18.30h
Beja - Comício na Casa da Cultura - 21.00h

Distrito de ÉvORA
Quarta-feira, 8

Viana do Alentejo - Encontro com a população - 10.30h
Granja/Mourão - Encontro com a população - 12.00h
Mourão - Encontro com a população no Jardim Público - 12.45h
Reguengos de Monsaraz - Almoço convívio de candidatos e apoiantes da CDU - 13.30h
Santiago/Alandroal - Encontro com a população de Aldeia da Venda - 15.00h
Alandroal - Encontro com a população de Alandroal na Praça da República - 16.00h
Estremoz - Sessão Festa da CDU, na Escola Secundária - 17.00h
Redondo - Jantar convívio de candidatos e apoiantes da CDU na Sociedade Filarmónica do Redondo - 19.00h
Évora - Comício Festa no Teatro Garcia Resende - 21.00h

LOURES
Quinta-feira, 9

Comício-Festa de encerramento da campanha eleitoral, no Pavilhão Paz e Amizade - 21.00h

Junto ao PCP de Alhandra
CAMPANHA'S BAR CDU
Aberto das 14 às 24h, ao fim-de-semana feriado e vésperas de feriados

BANCA DE NATAL da Festa do «Avante!»
Artesanato da China • ex-URSS • Cuba e outros países da América Latina
Rum cubano • Edições e recordações da Festa
Av. António Serpa, 26, 2.ª Esq.
Dias úteis, das 10 às 13 e das 14 às 18.30h

LISBOA

Almoço-convívio da CDU promovido pela célula do Metro do PCP, com a participação de José Casanova: sábado, no CT da Av. Duque de Loulé.

MONTIJO

Comício da CDU, no Refeitório dos Trabalhadores da Câmara Municipal: sábado, às 17.00, com a participação de Álvaro Cunhal.

Agenda

OEIRAS

Almoço-volante no Grupo Recreativo da Tercena com a participação de Carlos Carvalhas e de Tavares da Cruz e outros candidatos às autarquias do concelho: sábado às 13.00.

PALMELA

Com presença de candidatos aos órgãos autárquicos do concelho: espectáculo CDU com Tony Costa, sexta-feira, dia 3, às 21.30, na SFUA; baile no Bairro da Margaça (Marateca), sábado, às 21.30; baile em Cabanas, com o conjunto "Contágio", sábado às 21.30.

REDONDO

Sessão de esclarecimento eleitoral com a participação dos candidatos: sábado, às 16.00, na Casa do Povo

RIO TINTO

Debate CDU sobre problemas locais: sexta-feira, às 21.00, na Esc. Prim. da Venda Nova.

Almoço-convívio de candidatos e apoiantes na Esc. Prep. de Rio Tinto: sábado às 13.00. No mesmo local, às 21.00, Café Concerto da Juventude.

Debates CDU sobre problemas locais: terça-feira, dia 7, às 21.00, na Esc. Prim. da Ponte de Rio Tinto e, na quarta-feira, dia 8, às 21.00, na Esc. Prim. da Triana.

SESIMBRA

Com a participação de Carlos Carvalhas, quinta-feira, dia 2:
- Jantar CDU no Restaurante Alfa 2, em Alfarim (às 20.00);
- Comício no Zambujal - na ACRUTZ, às 21.30.

SETÚBAL

Convívio CDU em Praias do Sado: no Praiense, sexta-feira, às 21.30.

Com a participação de Álvaro Cunhal, sábado, dia 4:
- Jantar-convívio em Vendas de Azeitão (no Grupo Musical União e Progresso), às 19.00;
- Comício-Festa no Centro Comercial do Bonfim (ex-Cinema Bocage), às 21.30. Espectáculo com a Banda do Andarilho.

SINTRA

Festa-Comício em Rio de Mouro, com a participação de Carlos Carvalhas e dos candidatos Lino Paulo (CM Sintra) e Maria Alice Silva (JF de Rio de Mouro): sábado, dia 4, às 21.30, no Auditório Igreja Nova de Rio de Mouro. Espectáculo.

Com Carlos Carvalhas, no sábado: visita a Aguilva-Cacém (a partir das 16.30); jantar CDU em Queluz (no restaurante "O Poço", às 20.00).

Cacém - Convívio Musical no espaço

Álvaro Cunhal

TORRES VEDRAS
Sexta-feira, 3

Torres Vedras - Encontro com a população no Lg. de S. Pedro - 17.30h

Maceira - Jantar de candidatos e apoiantes da CDU, no Centro Social - 19.30h

A-dos-Cunhados - Sessão de esclarecimento, na Associação de Socorros - 21.30h

Distrito de SETÚBAL
Sábado, 4

Alcochete - Almoço de apoiantes da CDU, no Restaurante "Gonçalves" - 13.30h; encontro com a população - 15.30h

Montijo - Comício, no refeitório dos Trabalhadores da CM - 17.00h

Vendas de Azeitão - Jantar-convívio, no Grupo Musical União e Progresso - 19.00h

Setúbal - Comício-festa no Centro Comercial do Bonfim (ex-Cinema Bocage) - 21.30h

LOURES
Domingo, 5

Ramada - Encontro com a população, no Lg. da Ramada de Baixo - 11.00h

S. Julião do Tojal - Visita às novas instalações da Junta de Freguesia - 12.00h

Zambujal - Almoço convívio nos Bombeiros Voluntários - 13.00h

S. João da Talha - Encontro com a população, na S. C. Sanjoanense - 17.00h

Sta. Iria da Azóia - Encontro-convívio com a Juventude, na Casa da Cultura - 18.30h; Jantar volante no Centro de Dia dos Reformados - 19.30h

Camarate - Sessão de esclarecimento no G. D. Águias de Camarate - 21.45

SINTRA
Terça-feira, 7

Montelavar - Jantar de apoiantes e candidatos da CDU, na Soc. Filarm. Boa União Montelavarense - 19.30h

Queluz - Comício, na Casa de Os Belenenses de Queluz - 22.15h

CANEÇAS
Quarta-feira, 8

Almoço CDU, na Esc. Prep. dos Castanheiros - 13.00h

Almoço-convívio da Célula do Metropolitano de Lisboa

Sábado, no CT Duque de Loulé, com a participação do camarada José Casanova

CONVÍVIO-MAGUSTO do Sector de Transportes da ORL

CT Vitória — sexta-feira, às 18.30h com a participação do camarada Jerónimo de Sousa



Televisão

Quinta, 2

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.05 Forças Especiais
14.30 Viajante no Tempo
15.25 Mortalmente Perigosa
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Agora Escolha!
18.25 Caderno Diário
18.30 Roda da Sorte
19.05 Verão Quente
19.45 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.40 Isto... Só Vídeo!
22.10 Isto Só Vídeo
23.10 Vietnam
24.00 24 Horas

- 11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Safaris do Mundo
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.00 O Rebelde do Cabo
15.00 Ponto por Ponto
16.00 Força Bruta
16.55 O Grupo da Esquina
17.15 Temas e Teimas
18.00 Vamp
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Magazine "Viver com Saúde"
20.25 Desporto - Basquetebol
22.00 Deus nos Acuda
23.00 TV2 Jornal
23.30 RTP - Financial Times
23.45 Remate
24.00 Sinais do Tempo
01.00 O Vigilante da Estrada

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara

Sexta, 3

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 A Escola Assombrada
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Desportos Fantásticos
14.30 Viajante no Tempo
15.20 A Ronda
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Agora Escolha!
18.25 Caderno Diário
18.30 Roda da Sorte
19.05 Verão Quente
19.50 RTP / Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 A Entrevista de Maria Elisa
21.05 O Dono do Mundo
22.10 Nico d' Obra
22.40 Robin Hood, Príncipe dos Ladrões
(ver «Filmes na TV»)
01.00 24 Horas
00.40 O Emissário
(ver «Filmes na TV»)
11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.45 Sobreviver
13.35 As Aventuras de Robin Hood
14.00 O Rebelde do Cabo
15.00 Ponto por Ponto
16.00 Vida Animal
16.50 O Grupo da Esquina
17.15 Temas e Teimas
18.05 Vamp
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Outras Margens
20.15 A Bruma da Memória
20.30 Artes e Letras: «Por Alma de Negreiros»
21.45 Desenhos Animados
22.00 Sexualidades
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP/Financial Times
23.10 Deus nos Acuda
23.55 Remate
00.05 Irmãs

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara

Sábado, 4

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
11.30 Luta Livre Americana
12.30 Isto é Magia
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.00 Clube Disney
15.20 Os Destemidos
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Beverly Hill's 90210
17.55 O Mistério da Selva Negra
19.00 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado



«Principal Suspeito», em 2ª série de episódios: sábado à noite, na TV2

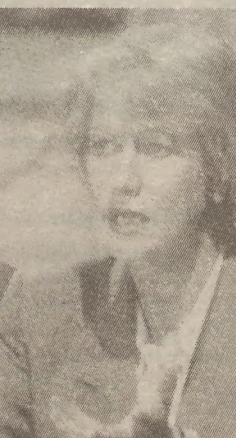
- 20.30 Simpsons
21.05 Despedida de Solteiro
22.05 Parabéns
23.40 A Dinastia Strauss
00.45 Massacre de Halloween
(ver «Filmes na TV»)
21.10 Despedida de Solteiro
22.15 Os Bonecos da Bola
22.45 Os Rapazes da Noite
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Clips e Spots

- 08.00 Caminhos
08.25 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.00 Imagine: John Lennon
(ver «Filmes na TV»)
13.05 Musical: «Erasure»
14.40 Uma Mulher de Raça
15.30 Errie Indiana
16.00 TV 2 Desporto
22.15 Desenhos Animados
22.25 Teatro: «O Pai»
00.25 Principal Suspeito
01.20 Comédia de Verão
(ver «Filmes na TV»)
12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.40 Dra. Quinn
14.30 Estrela do Norte
(ver «Filmes na TV»)
16.35 Raven
17.35 Grandes Planos
18.05 Portugal Radical
18.40 Melrose
19.30 Notícias
19.45 Sex Appeal
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Repórter da Meia-Noite
23.00 Água na Boca
23.50 Último Jornal
00.15 Diários Eróticos
00.45 Boxe
01.45 MTV

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.10 Momentos de Glória
13.10 Contra-Ataque (Desporto)
14.35 Prova dos Nove
15.10 Lágrimas (compacto)
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
20.55 Duque de Ouro
21.55 Dinheiro Trocado
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Informação Quatro
00.10 Julia
(ver «Filmes na TV»)
10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.20 Animação
13.50 Desporto
16.00 Rosa Baiana
17.30 País Real
19.30 Informação Quatro
20.10 Na Mira do Crime
21.05 Diamonds
22.00 A Candidata
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Informação Quatro
00.30 Caixa de Perguntas

Domingo, 5

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Sem Limites
12.30 Contos das Mli e Uma Noites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 Domingo Gordo
14.05 Marés Vivas
15.10 Sissi
(ver «Filmes na TV»)
18.45 Dinossauros
19.15 Câmara do Cândido
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia



«Crime, Disse Ela» regressa à TV2, ao domingo de manhã

- 24.00 Tostões e Milhões
00.35 Último Jornal
01.00 Os Donos da Bola
01.10 Três é Companhia
01.40 MTV

- 12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.40 Dra. Quinn
14.40 O Pequeno Pastor
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Tarzan
17.00 O Santo
17.50 Labirinto
18.40 Os Imortais
19.30 Notícias
19.45 Sex Appeal
20.45 Jornal da Noite
21.30 Célebres e Ricas
(ver «Filmes na TV»)
23.35 Conversas Curtas
00.35 Último Jornal
01.00 Espiões
01.30 MTV

- 08.00 Teletexto - Cursos e Empregos
11.50 Consultório Jurídico
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.40 Consultório Jurídico
15.45 Teletexto - Cursos e Empregos
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Prolongamento (Desporto)
22.10 Momentos de Glória
00.25 Ponto Final
00.45 País Real

- 08.00 Teletexto - Cursos e Empregos
11.50 Consultório Jurídico
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.25 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.40 Consultório Jurídico
15.45 Teletexto - Cursos e Empregos
16.20 Consultório Jurídico
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 A Lojinha dos Horrores
(ver «Filmes na TV»)
23.20 Ponto Final
23.45 Prova dos Nove
00.15 Hunter

- 08.00 Teletexto - Cursos e Empregos
10.50 Consultório Jurídico
11.00 A Casa do Tio Carlos
11.45 Documentário Religioso
12.00 Missa da Imaculada Conceição
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.20 Rica Saúde
15.45 Bucha e Estica
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Queridos Inimigos
23.20 Rua Jump, 21
00.30 Ponto Final
00.55 Quarta a Fundo
01.30 Hunter

Segunda, 6

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.35 Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.05 Sobreviver
14.30 Viajante no Tempo
15.20 Um Coração em Perigo
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Agora Escolha!
18.30 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.30 RTP - Financial Times
20.50 O Dono do Mundo
21.45 Os Inocentes
22.15 Concurso «Entre Famílias»
23.20 Querido John
23.50 24 Horas

- 11.00 Infantil
11.55 Intensamente Maria
12.45 Safaris do Mundo
13.35 As Aventuras de Robin Hood
14.00 O Rebelde do Cabo
15.00 Ponto por Ponto
15.45 As Outras Américas
16.40 O Grupo da Esquina
17.10 Jogo de Damas
18.00 Vamp
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Magazine: «Cinema»
20.25 O Verão de 45
21.10 Desenhos Animados
21.30 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.15 Remate
23.30 Ouvir e Falar
00.30 Heimat II

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Havana
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.05 O Resto é Conversa
19.05 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, a Brincar
22.30 Terça à Noite
23.50 Amor e Guerra
00.20 A Bolsa e a Vida
00.25 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.10 Internacional Sic
01.40 MTV

- 08.00 Teletexto - Cursos e Empregos
11.50 Consultório Jurídico
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.40 Consultório Jurídico
15.45 Teletexto - Cursos e Empregos
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Prolongamento (Desporto)
22.10 Momentos de Glória
00.25 Ponto Final
00.45 País Real

- 08.00 Teletexto - Cursos e Empregos
11.50 Consultório Jurídico
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.25 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.40 Consultório Jurídico
15.45 Teletexto - Cursos e Empregos
16.20 Consultório Jurídico
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 A Lojinha dos Horrores
(ver «Filmes na TV»)
23.20 Ponto Final
23.45 Prova dos Nove
00.15 Hunter

- 08.00 Teletexto - Cursos e Empregos
10.50 Consultório Jurídico
11.00 A Casa do Tio Carlos
11.45 Documentário Religioso
12.00 Missa da Imaculada Conceição
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.20 Rica Saúde
15.45 Bucha e Estica
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Queridos Inimigos
23.20 Rua Jump, 21
00.30 Ponto Final
00.55 Quarta a Fundo
01.30 Hunter

Terça, 7

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.05 Q.E.D.



As médias-metragens de «Bucha e Estica» na TVI: quarta-feira, à tarde

- 14.35 Viajante no Tempo
15.25 A Menina e a Rena
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Agora Escolha!
18.30 Roda da Sorte
19.05 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.30 RTP - Financial Times
20.40 O Dono do Mundo
21.45 Cuidado com as Imitações
22.15 Você Decide
23.15 Repórteres
00.05 24 Horas

- 11.00 Infantil
12.00 Intensamente Maria
12.45 Safaris do Mundo
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.00 Os Jovens Cowboys
15.00 Ponto por Ponto
15.50 Para Além do Ano 2000
16.40 Vamp
17.30 Um, Dó, Li, Tá
18.15 Magazine: «Teatro»
18.45 Futebol: Salzburgo-Sporting
22.30 TV2 Jornal
23.15 RTP/Financial Times
23.30 Deus nos Acuda
00.30 Tramas de Seda
00.45 Rotações

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.05 O Resto é Conversa
19.05 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, a Brincar
22.30 Terça à Noite
23.50 Amor e Guerra
00.20 A Bolsa e a Vida
00.25 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.10 Internacional Sic
01.40 MTV

- 08.00 Teletexto - Cursos e Empregos
11.50 Consultório Jurídico
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.25 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.40 Consultório Jurídico
15.45 Teletexto - Cursos e Empregos
16.20 Consultório Jurídico
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 A Lojinha dos Horrores
(ver «Filmes na TV»)
23.20 Ponto Final
23.45 Prova dos Nove
00.15 Hunter

Quarta, 8

- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.05 Flash Moda



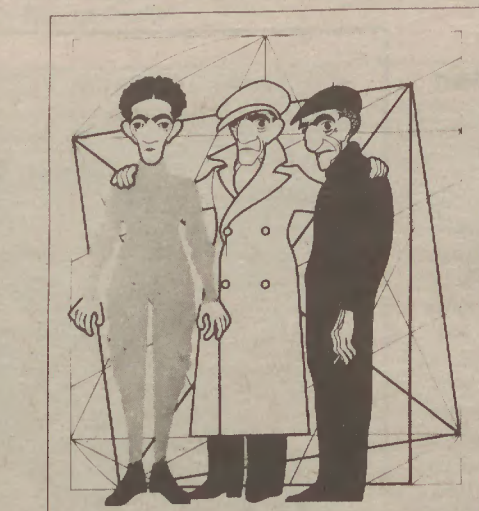
As médias-metragens de «Bucha e Estica» na TVI: quarta-feira, à tarde

- 14.30 Viajante no Tempo
15.20 O Meu Amigo Vicente
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Agora Escolha!
18.25 Caderno Diário
18.30 Roda da Sorte
19.05 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.30 RTP - Financial Times
20.45 Vamos Jogar no Totobola
21.00 O Dono do Mundo
21.50 Sozinhos em Casa
22.25 S.O.S. Fantasmas
(ver «Filmes na TV»)
00.25 24 Horas

- 11.00 Missa
12.00 Infantil
12.50 Safaris do Mundo
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.00 Jovens Cowboys
15.00 Ponto por Ponto
14.45 Desporto: Andebol
17.45 Vamp
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Magazine «Artes Visuais»
20.15 Futebol: Taça UEFA
23.30 TV2 Jornal
23.00 RTP/Financial Times
23.15 Deus nos Acuda
00.10 Remate
01.10 Desaparecidos

- 12.00 Sessão Especial: «Um Dólar Furado»
13.30 Sessão Especial: «Avé Maria»
14.30 Sessão Especial: «S.H. e O Nobre Solteirão»
16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.05 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.30 O Pecado Mora Aqui
23.30 Histórias Inéditas do FBI
00.00 Último Jornal
00.25 Os Donos da Bola
00.35 Rosas Sangrentas
01.35 MTV

- 08.00 Teletexto - Cursos e Empregos
10.50 Consultório Jurídico
11.00 A Casa do Tio Carlos
11.45 Documentário Religioso
12.00 Missa da Imaculada Conceição
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.20 Rica Saúde
15.45 Bucha e Estica
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Queridos Inimigos
23.20 Rua Jump, 21
00.30 Ponto Final
00.55 Quarta a Fundo
01.30 Hunter



Almada Negreiros é esta semana evocado no programa «Artes e Letras», sexta-feira, às 20.45, na TV2

- 17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Minas e Armadilhas
22.10 Casos de Polícia
23.10 Corações em Chamas
23.45 Último Jornal
00.10 Os Donos da Bola
00.20 Rosas Sangrentas
01.20 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
12.40 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.20 Rica Saúde
15.40 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
17.00 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
21.40 Artur Albarra
00.20 Ponto Final
00.45 Irmãos de Sangue

- 00.50 Sorrisos de Uma Noite de Verão
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Rugrats
22.10 Chuva de Estrelas
23.10 Na Cama Com...
00.05 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Playboy
01.30 As Idades de Lulu
(ver «Filmes na TV»)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.40 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.20 Rica Saúde
15.40 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
17.00 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 Parker Lewis
22.10 O Novo Caminho das Estrelas
22.30 O Médico e o Monstro
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Ponto Final
01.55 Hunter

Filmes na TV

QUINTA, 2

Mortalmente Perigosa

«Deadly is the Female» / «Gun Crazy» (EUA/1949). Real.: Joseph H. Lewis. Int.: John Dall, Peggy Cummins, Barry Kroger. P/B, 84 min. Ver *Destaque*. (15.25, Canal 1)

SEXTA, 3

A Ronda

«La Ronde» (Fr./1950). Real.: Max Ophuls. Int.: Anton Walbrook, Simone Signoret, Serge Reggiani, Simone Simon, Daniel Gélin. P/B, 106 min. Ver *Destaque*. (15.25, Canal 1)

O Médico e o Monstro

«Dr. Jekyll and Mr. Hyde» (EUA/1941). Real.: Victor Fleming. Int.: Spencer Tracy, Ingrid Bergman, Lana Turner, Ian Hunter. P/B, 127 min. Ver *Destaque*. (22.30, Quatro)

Robin Hood: Príncipe dos Ladrões

«Robin Hood: Prince of the Thieves» (EUA/1991). Real.: Kevin Reynolds. Int.: Kevin Costner, Morgan Freeman. Cor, 138 min. Ver *Destaque*. (22.30, Canal 1)

Sorrisos de uma Noite de Verão

«Sommarattens Leede» (Suécia/1955). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Ulla Jacobsson, Gunnar Bjornstrand, Eva Dahlbeck. P/B, 108 min. Ver *Destaque*. (00.50, TV 2)

As Idades de Lulu

«Las Edades de Lulu» (Esp./1992). Real.: Bigas Luna. Int.: Oscar Ladoire, Maria Barranco. Cor, 100 min. Ver *Destaque*. (01.30, SIC)

O Emissário

«The Emissary» (Áfr. do Sul/1989). Real.: Jan Scholtz. Int.: Ted Leplat, Terry Norton, Andrea Jacobs, Patrick Mynhardt. Cor, 91 min. «*Thriller de espionagem*». (01.40, Canal 1)

SÁBADO, 4

Imagine: John Lennon

«Imagine: John Lennon» (EUA/1988). Real.: Andrew Solt e David L. Wolper. Narração: John Lennon. Cor, 100 min. Ver *Destaque*. (11.40, TV 2)

Estrela do Norte

«Northstar» (EUA/1986). Real.: Peter Levin. Int.: Greg Evigan, Deborah Wakeham, Mitchell Ryan, Mason Adams. Cor, 78 min. *Ficção Científica*. (14.30, SIC)

Os Destemidos

«Les Morfalous» (Fr./1984). Real.: Henri Verneuil. Int.: Jean-Paul Belmondo, Jacques Villeret, Michel Constantin, Marie Laforêt. Cor, 102 min. Ver *Destaque*. (15.20, Canal 1)

Dinheiro Trocado

«Pocket Money» (EUA/1972). Real.: Stuart Rosenberg. Int.: Paul Newman, Lee Marvin, Strother Martin, Christine Belford, Kelly Jean Peters. Cor, 102 min. Ver *Destaque*. (21.55, Quatro)

Julia

«Julia» (EUA/1977). Real.: Fred Zinnemann. Int.: Jane Fonda, Vanessa Redgrave, Jason Robards, Hal Holbrook, Rosemary Murphy. Cor, 116 min. Ver *Destaque*. (00.10, Quatro)

O Massacre de Halloween

«Trick or Treat» (EUA/1986). Real.: Charles Martin Smith. Int.: Marc Price, Tony Fields, Lisa Orgolini, Dong Savant, Elaine Joyce. Cor, 94 min. *Fantástico*. (00.45, Canal 1)

Comédia de Verão

«Comédie d'Été» (Fr./1989). Real.: Daniel Vigne. Int.: Maruschka Detmers, Remi Martin,

Jean-Claude Brialy, Nelly Borgeaud. Cor, 100 min. *Melodrama*. (01.20, TV 2)

DOMINGO, 5

O Pequeno Pastor

«El Ruiseñor de Las Cumbres» (Esp./1958). Real.: Antonio del Amo. Int.: Joselito, Roberto Camardiel, Anibal Vela. Cor, 90 min. *Musical*. (14.40, SIC)

Sissi

«Sissi» (Áustria/1955). Real.: Ernst Marischka. Int.: Romy Schneider, Karl-Heinz Böhm, Magda Schneider, Gustav Knuth. Cor, 102 min. *Melodrama*. (a partir das 14.00, Canal 1)

Célebres e Ricas

«Rich and Famous» (EUA/1981). Real.: George Cukor. Int.: Jacqueline Bisset, Candice Bergen, David Selby, Hart Bochner. Cor, 117 min. Ver *Destaque*. (21.30, SIC)

A Candidata

«Majority Rule» (EUA). Real.: Gwen Arner. Int.: Blair Brown, John Getz, John Glover, Jensen Dagget, Donald Moffat. Cor, 80 min. *Drama*. (22.00, Quatro)

Os Rapazes da Noite

«The Lost Boys» (EUA/1987). Real.: Joel Schumacher. Int.: Jason Patric, Corey Haim, Dianne Wiest, Bernard Hughes, Ed Hermann. Cor, 93 min. «*Thriller*» *fantástico*. (22.45, Canal 1)

Estado de Sítio

«État de Siège» (Fr./It./RFA/1973). Real.: Costa-Gavras. Int.: Yves Montand, Renato Salvatori, O. E. Hasse, Jacques Weber. Cor, 116 min. Ver *Destaque*. (24.00, TV 2)

SEGUNDA, 6

Um Coração em Perigo

«Heartbeat» (EUA/1946). Real.: Sam Wood. Int.: Ginger Rogers, Jean-Pierre Aumont, Adolphe Menjou, Melville Cooper. P/B, 101 min. *Drama*. (15.20, Canal 1)

Havana

«Havana» (EUA/1990). Real.: Sidney Pollack. Int.: Robert Redford, Lena Olin, Raul Julia, Alan Arkin. Cor, 140 min. Ver *Destaque*. (21.30, SIC)

TERÇA, 7

A Menina e a Rena

«Prancer» (EUA/1989). Real.: John Hancock. Int.: Sam Elliott, Rebecca Harrell, Cloria Leachman, Rutanya Alda. Cor, 99 min. *Melodrama*. (15.25, Canal 1)

A Lojinha dos Horrores

«Little Shop of Horrors» (EUA/1986). Real.: Frank Oz. Int.: Rick Moranis, Ellen Greene, Vincent Gardenia, Steve Martin, Jim Belushi. Cor, 88 min. Ver *Destaque*. (21.40, Quatro)

QUARTA, 8

O Meu Amigo Vincent

«Vincent et Moi» (Can./1990). Real.: Michael Rubbo. Int.: Nina Petronzio, Christopher Forrest, Paul Klerk, Matthew Mabe. Cor, 96 min. *Comédia*. (15.20, Canal 1)

S.O.S. Fantasmas

«Scrooged» (EUA/1988). Real.: Richard Donner. Int.: Bill Murray, Karen Allen, John Forsythe, John Glover. Cor, 97 min. *Comédia*. (22.40, Canal 1)

Nota: a Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Por isto e por aquilo...



Gunnar Bjornstrand e Ulla Jacobson, em «Sorrisos de Uma Noite de Verão», de Ingmar Bergman

Mortalmente Perigosa (Quinta, 15.25, Canal 1)

Com argumento escrito por Mac Kinlay Kantor a partir do seu próprio romance, *Mortalmente Perigosa* é um surpreendente filme negro que o Canal 1 hoje apresenta num horário completamente desajustado (em termos de amplitude de auditorio) que nenhuma justiça presta à sua qualidade excepcional, sendo ainda verdade que se trata, ainda por cima, de uma obra raramente vista entre nós. Com o mesmo tipo de enredo que tanto iria influenciar Jean-Luc Godard em *O Acochado* e viria a ser retomado dezoito anos mais tarde pelo muito mais badalado Bonnie e Clyde - esta obra de John H. Lewis (um fabuloso realizador de série B) é impressionante pela crueza da sua violência demente e pelo seu intenso erotismo, ao contar-nos em vertiginosas seqüências, algumas absolutamente magistrais, a história de um viciado nas armas de fogo e de uma mulher fatal que o leva à vertigem do amor e do crime, acabando ambos por ser apanhados e abatidos pela polícia. Um filme com esplendorosa fotografia a preto-e-branco de Russell Harlan, a gravar absolutamente, para ver mais tarde.

A Ronda (Sexta, 15.25, Canal 1)

Com a maior parte da sua carreira a desenvolver-se em França, e um interregno de dez improdutivo anos passados nos EUA, o realizador alemão Max Ophuls realiza em 1950, sete anos antes de morrer, *A Ronda*, um dos seus filmes mais brilhantes com argumento extraído do romance de um dos seus autores favoritos, Arthur Schnitzler. O filme acompanha, em movimento circular, o percurso de vários casos de amor que se cruzam entre si, ao sabor da descrição de um narrador que vai introduzindo cada um dos quadros - uma «ronda do amor» que o realizador encena a partir de movimentos de câmara extremamente elaborados, como é seu timbre. Comédia romântica, desempenhada por comediantes de primeira água, *A Ronda* é outro filme que não deve perder esta semana e que, mais uma vez, a RTP subtrai ao «horário nobre» em que privilegia o cinema mais comercial. Critérios...

O Médico e o Monstro (Sexta, 22.30, Quatro)

Ao contrário, a *Quatro* acerta em cheio, ao colocar *O Médico e o Monstro* na sexta-feira à noite, já que se trata da melhor das versões - talvez a definitiva! - que se fizeram para o cinema a partir do célebre clássico de Robert Louis Stevenson. Ao contrário de outras versões que privilegiam os aspectos mais aterrorizadores da história, Victor Fleming, o seu realizador, preocupa-se sobretudo com a evolução emocional do médico que procede, na sua própria pessoa, a delicadas experiências químicas sobre a separação do bem e do mal no cérebro humano, e acaba por ser vítima dessas mesmas investigações, transformando-se num ser de dupla personalidade - o prestigiado cientista e investigador que cede o passo ao perigoso monstro em que se transforma. Uma interpretação de excepcional rigor na composição (ajudado por uma elaborada maquiagem) por parte de Spencer Tracy e uma presença sublime e vulnerável de Ingrid Bergman, dão o tom certo a este excelente filme, a não perder. Espera-se, sobretudo, que a *Quatro* não defraude a expectativa - o que aconteceria se se lembrasse de nos oferecer a versão «colorizada por computador»!

Robin Hood: Príncipe dos Ladrões (Sexta, 22.30, Canal 1)

Claro que se não resistir a ver «em directo» esta recentíssima versão do *Robin dos Bosques* que o Canal 1 lhe oferece à mesma hora, basta-lhe gravar *O Médico e o Monstro*, já que esta proposta da televisão pública não deixa, também, de ter o seu interesse - neste caso mais ligado ao lado espectacular da adaptação e a alguns curiosos ingredientes «fantásticos» acrescentados à história original. Não fazendo esquecer o incomparável *Robin* desempenhado por Errol Flynn, Kevin Costner (ultimamente com «assinatura» no pequeno *écran*) desempenha-se da tarefa a contento, mas o filme apoia-se, sobretudo, na desenvoltura que a mais recente tecnologia lhe transmite.

Sorrisos de Uma Noite de Verão (Sexta, 00.50, TV 2)

É bem provável que, com os habituais atrasos da programação, o leitor ainda vá a tempo de ver desde o início uma das obras-primas indispensáveis de Ingmar Bergman incluída, também nesta sexta-feira, no ciclo que a TV 2 dedica ao grande realizador sueco. *Sorrisos de Uma Noite de Verão* foi, na realidade, a obra que chamou a atenção internacional para o cinema de Bergman e o tom sofisticado desta transbordante «comédia louca», em que o realizador conta as histórias de amor cruzadas entre as suas personagens, aproximam de algum modo o filme dessa outra obra-



Kevin Costner, em «Robin Hood: O Príncipe dos Ladrões», de Kevin Reynolds

-prima do cinema europeu que foi *A Regra do Jogo*, de Jean Renoir, embora o enredo de *Sorrisos* seja tratado de uma forma inteiramente impossível de desligar das obsessões temáticas e estilísticas de Bergman. No Festival de Cinema de Cannes, de 1956, o filme foi significativamente contemplado com o «Prémio do Humor Poético»...

As Idades de Lulu (Sexta, 01.30, SIC)

Com o Canal 1, a *Quatro* e a TV 2 a proporem-nos na parte alargada do «horário nobre» desta sexta-feira, três filmes que, por uma ou outra razão, interessam a diversos tipos de espectadores (sem subverter a inteligência e, mesmo, observando algum bom senso ou respeito pelo grande cinema), a SIC, pelo seu lado, guarda para o voyeurismo solitário das 01.30 horas uma «coisa» abertamente pornográfica - e de duvidosa justificação, mesmo numa televisão com exclusivas preocupações comerciais - que dá pelo nome de *As Idades de Lulu*. Merecendo em regra nos últimos tempos apenas destaque, na sua programação cinematográfica, pouco mais do que um filme por semana, a SIC parece persistir em fazer baixar a sua oferta para o nível da de uma sucursal de vídeo-clube de bairro, o que não pode deixar de lamentar-se.

Imagine: John Lennon

(Sábado, 11.40, TV 2)

Um pouco na tentativa de atenuar o escândalo provocado por uma biografia de John Lennon escrita por Albert Goldman, que considerou incorrecta e distorcida, Yoko Ono cedeu a Andrew Solt e Sam Egan mais de 200 horas de filme dos seus arquivos pessoais para a produção e realização de um documentário invulgar sobre a vida desse importante autor da música popular dos anos 60 e 70. O documentário inclui inúmeros depoimentos de personalidades que o conheceram e é uma curiosidade cuja visão, a julgar pelas referências, poderá constituir uma interessante experiência.

Os Destemidos (Sábado, 15.20, Canal 1)

Se bem que Henri Verneuil não seja realizador a desprezar, parece que este seu filme, rodado em 1984 - e tendo como pano de fundo a história de um grupo de legionários que, durante a II Guerra Mundial, são encarregados de acompanhar e proteger um carregamento de ouro - é bastante prejudicado pela vulgaridade dos diálogos de Michel Audiard, o que teria subvertido por completo o bom argumento inicial. A confirmar.

Dinheiro Trocado (Sábado, 21.55, Quatro)

Fortemente endividado pela quarentena a que os seus cavalos estão obrigados, Jim Kane aceita a encomenda que lhe é feita por um negociante de gado e decide-se a ir com um amigo buscar ao México uma manada de mais de duas centenas de touros - uma proposta e um negócio que lhe permitiriam arranjar, em pouco tempo, o dinheiro necessário para refazer a sua vida. Neste filme de acção fora do comum, com «heróis» que dão o flanco e uma acumulação de azares a que parece impossível dar a volta, destacam-se naturalmente Paul Newman e Lee Marvin, como principais intérpretes, mas a realização competente de Stuart Rosenberg ajuda à construção deste interessante e invulgar western.

Julia (Sábado, 00.10, Quatro)

Não desconhecido dos cinéfilos espectadores televisivos, este filme de Fred Zinnemann aborda as relações de amizade da escritora Lillian Hellman (cujo romance *Pentimento* está na base do argumento) com



dade entre os americanos e a burguesia local), este filme de Sidney Pollack tem um argumento interessante que se desenrola na capital cubana nos tempos conturbados que antecedem o derrube da ditadura de Batista, com Robert Redford e Lena Olin vivendo o romance, a intriga política a que a definitiva ocupação de Havana pelos guerrilheiros vem pôr termo.

A Lojinha dos Horrores (Terça, 21.40, Quatro)

Empregado numa loja de flores, Seymour Krelboined descobre que uma das plantas (que havia baptizado de Audry Junior) se alimenta apenas de sangue humano. É assim que o nosso «herói» dá cabo da vida de numerosas pessoas, para alimentar a sua querida planta, mas quando é perseguido pela polícia, corre para junto dela, que o «esconde» no seu interior. E eis que, quando a estranha planta desabrocha em flores, o que vemos são, nada mais nada menos, do que os miniaturizados rostos das suas vítimas... O intrincado argumento de Charles Griffith, que alimentava a «comédia negra» da série B do mesmo nome, realizada em 1960 com parcos «tostões» por Roger Corman e transformada em verdadeiro «filme de culto», inspirou posteriormente uma comédia musical, não menos negra, para os teatros off Broadway, a qual está também na base desta outra versão, realizada agora por Frank Oz. Uma versão algo prejudicada por desnecessários «efeitos-especiais» e pela introdução da temática «extra-terrestre», que lhe roubam o gozo original, mas com hilariantes interpretações de Rick Moranis, Ellen Greene e Steve Martin (este na pele de um impagável dentista sádico).

Cinema

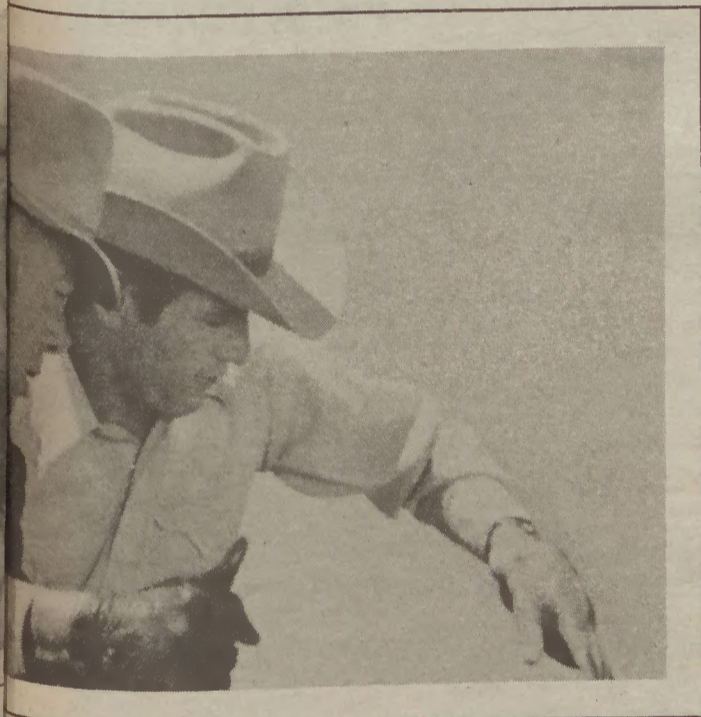
	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Idade da Inocência	-	-	★★★★★
B Na Linha de Fogo	★★★	★★★	★★★
C Parque Jurássico	★★★	-	★★★★★
D Vale Abraão	★★★★★	-	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Martin Scorsese — **Cine-Teatro/Monumental** (13.15, 16.00, 18.45, 21.30, 00.15); **Quarteto/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Wolfgang Petersen — **Amoreiras/8** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa
- C — Real. Steven Spielberg — **Alfa/3** (14.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); **Amoreiras/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Fonte Nova/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); **Monumental/2** (11.30, 14.15, 16.45, 19.15); **S. Jorge/2** (13.45, 16.30, 19.15, 22.00) — Lisboa
- D — Real. Manoel de Oliveira — **Monumental/3** (14.30, 18.00, 21.30) — Lisboa.



Candice Bergan e Jacqueline Bisset, em «Célebres e Ricas», de George Cuckor



Marvin e Paul Newman, em «Dinheiro Trocado», de Stuart Rosenberg

Julia, uma fascinante e impetuosa jovem americana de ascendência aristocrata que a envolve no movimento da resistência europeia dos anos 30 contra as crescentes ameaças do nazi-fascismo em vésperas da II Guerra Mundial. Vanessa Redgrave (Julia) e Jane Fonda (Lillian) têm, aqui, dois dos mais importantes papéis das suas carreiras, mas a contenção e eficácia do desempenho de Jason Roberts, no papel de Dashiell Hammett (companheiro de Lillian Helmann), não pode passar sem o devido destaque. Três Óscares vieram merecidamente premiar este excelente filme, com diálogos admiravelmente bem escritos.

Célebres e Ricas (Domingo, 21.30, SIC)

Com mais uma história sobre a longa amizade entre duas mulheres - antigas colegas de estudo que, de tempos a tempos, se voltam a encontrar em situações particularmente diferentes - eis outro dos interessantes filmes da semana, desta vez em boa hora reposto pela SIC. Inteligentemente realizado por George Cukor - o «cineasta das mulheres» - e brilhantemente interpretado por Candice Bergen e Jacqueline Bisset, o filme está, entretanto, longe das obras inesquecíveis que Cukor nos deixou, acusando o impiedoso declinar de uma fabulosa carreira.

Estado de Sítio (Domingo, 24.00, TV 2)

Mais um exemplar do «cinema político» de Costa Gravas. Desta vez, o realizador inspira-se livremente no caso real de Dan Mitrione, perito norte-americano em comunicações, que foi raptado pelos guerrilheiros tupamaros - num incidente que serviu de justificação para mais um caso de ingerência e traficância política dos EUA na América Latina.

Havana (Segunda, 21.30, SIC)

Evocando de certa maneira a atmosfera de Casablanca (com os pequenos cafés a dar lugar aos casinos, como cenário da promiscui-

PALAVRAS CRUZADAS

1																			
2																			
3																			
4																			
5																			
6																			
7																			
8																			
9																			
10																			
11																			
12																			
13																			

HORIZONTAIS: 1 — Sofrer; espia. 2 — Origens; resíduo. 3 — Compreendia o sentido de; orçar; dirigiam-se. 4 — Contração da preposição «a» com o artigo definido ou pronome demonstrativo «ou»; gritam; onomatopéia da voz do gato; representa em física a grandeza «resistividade». 5 — Peça teatral de carácter burlesco; escora. 6 — Não menciono; perscrutarei. 7 — Flanco; gozaria; as três últimas de rural. 8 — Falava em público; rio da Suíça que nasce no maciço do Aar, atravessa os lagos de Brienz, Thun e Bienne antes de se juntar ao Reno (pl.). 9 — Cavala; intransitável (fem.). 10 — Prefixo que designa a ideia de dois; ressumar; espécie de bigorna do couteiro; brisa. 11 — Lista; aquela qua ata; renque. 12 — Inimizade; desejai. 13 — Porto dos EUA (Estado de Washington); considera.

VERTICAIS: 1 — Natural da Polónia; espáduas. 2 — Aviamento; imensidade; iodo. 3 — Faz doação de; fileiras; descobria. 4 — Segunda pessoa do presente do verbo ser; destrufas; as duas primeiras de otite. 5 — Arau; pequeno molusco da família dos ampulariídeos. 6 — Forragens em verde; tâmara. 7 — Tornara-se amarelo. 8 — Forma arcaica de «o», usada hoje apenas na expressão el-Rei; combinação da preposição «de» com o artigo definido «ou» ou pronome demonstrativo «o». 9 — Subentendido. 10 — Faltar ao cumprimento de; bálsamo. 11 — Nome de homem começado por «R»; apronta. 12 — Preleccionei ou expliquei como professor; referente ao úmero (pl.); abreviatura das palavras latinas Anno Domini. 13 — As três primeiras de Anidrato; rezava; goste de. 14 — Levantar; nome da letra «J»; formar em alas. 15 — Porto do Japão ao Norte de Honshu; nome de mulher.

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Ébrio; ave; estau. 2 — Broa; Apolo; sair. 3 — Ré; tratava; iró. 4 — Ovário; abusas. 5 — El; avô; al. 6 — Oc; probó; tó. 7 — Mocetão; Sicília. 8 — Af; imita; má. 9 — Ou; aba; lá. 10 — Amassa; airo-sa. 11 — Soror; onerais; par. 12 — Aval; agora; bode. 13 — Silex; asa; viras.

VERTICAIS: 1 — Ebro; ume; asas. 2 — Breve; amovi. 3 — Rosa; oca; Aral. 4 — Ia; receios; le. 5 — Til; uso. 6 — Aro; pai; Ana. 7 — Apa; aroma; Ega. 8 — Votivo; iberos. 9 — Ela; obsta; ara. 10 — Ova; oiã; aia; 11 — Aba; Lis; 12 — SS; ultimar; Bi; 13 — Tais; ola; opor. 14 — Airão; usada. 15 — Uros; FAO; aros.

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Lisboa, Rua de S. Francisco Borja, 24 (às Janelas Verdes). Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **A DAMA PÉ-DE-CABRA**, adaptação de uma narrativa de Alexandre Herculano, encenação de José Ramalho, pelo grupo Marionetas de Lisboa.

CLUBE ESTEFÂNIA

Lisboa, R. Alexandre Braga, 24-A. Tel. 542249. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. **FREI LUÍS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de José António Pires.

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **PERDIÇÃO**, de Hélia Correia, encenação de João Mota.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ENTRECAMPOS

Lisboa. De 4ª a sáb., partida às 21.24. **GENTE SINGULAR**, de Manuel Teixeira Gomes, encenação de João Brites (reservas pelo tel. 3953290 - Teatro O Bando).

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. De 4ª a sáb. às 21.45, dom. às 17.00. **RINOCERONTE**, de Ionesco, encenação de Helder Costa.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. S. Vicente, 11. Tel. 8755626. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O CONS-TRUTOR**, de Ibsen, encenação de Graça Corrêa.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada. Tel. 2752175. De 3ª a dom. às 21.30, dom. às 16.00. **DIAS FELIZES**, de Beckett, encenação de Julio Castronuovo, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso (Sala Estúdio). Tel. 3471279. 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 16.45. **ENQUANTO SE ESTÁ À ESPERA DE GODOT**, de Samuel Beckett, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O LEQUE DE LADY WINDERMERE**, de Oscar Wilde, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO DA TRINDADE

Lg. da Trindade. Tel. 3420000. De 4ª a dom. às 19.00. **SEGREDOS**, de Richard Cameron, encenação de Diogo Infante.

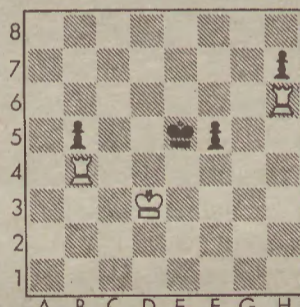
TIL

Lisboa, R. Leão de Oliveira, nº 1 (ao Calvário). Tel. 3639974. Sáb., dom. e fer. às 16.00 (de 3ª a 6ª para grupos organizados). **FABULANDO, FABULANDO**, baseado em Fábulas de La Fontaine, adaptação e encenação de File Crawford, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

XADREZ

CDXXXIX - 1 de Dezembro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993X095
Por: WILHELM MASSMANN
Die Welt, 1949

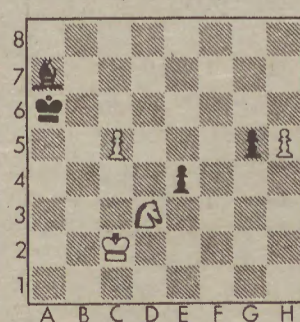
Pr.: [4]: Ps.b5, f5, h7-R65
Br.: [3]: Ts.b4, h5-Rd3



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X095
Por: L.B. SALKIND
Tidskrift för Schack, 1916

Pr.: [4]: Ps.64, g5-Ba7-Ra5
Br.: [4]: Ps.c5, h5-Cd3-Rç2



Branças Jogam e ganham

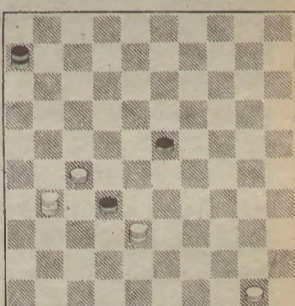
SOLUÇÕES DO N.º CDXXXIX
N.º 1993X094 [W.M.]: 1. Tbh4!, Rd5; 2. Td4+, R65; 3. Tb4, f4; 4. T:b5++
Se: 2. Rç5; 3. Tf4, b4; 4. T:f5++
Se: 1. b4; 2. T:b4, Rd5; 3. Th b6,e; 4. T4b5++
N.º 1993X095 [L.B.S.]: 1. h6!, Bb8; 2. Cb4+, Rb7!; 3. C6+, Rç8!; 4. ç7!, Bç7; 5. Cç5! e ganha.
Se: 1. P:d3+; 2. R:d3, Bb8; 3. R64 e ganha.

A. de M. M.

DAMAS

CDXXXIX - 1 de Dezembro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993D095
Por: CORNELIUS BLANKENAR
- NL, 1915

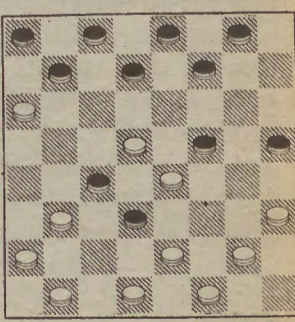
Pr.: [3]: (6)-23-32
Br.: [4]: 27-(31)-(38)-50



Branças Jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D096
GOLPE N.º 45/93
Por: JAMES SMITH
- Séc. XIX

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-16, 20-15; 4. 11-20, 24-15; 5. 14-19, 18-14; 6. 1-5, 21-18; 7. 16-20, 25-21; 8. 20-24, 21-17; 9. 7-12, 14-11; 10. 10-14 DIA-GRAMA:



Pretas Jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXXXIX
N.º 1993D095 [C.B.]: 1. 38-47!!! (32x21); 2. 31-26, (21-27); 3. 47-36, (27-32); 4. 36-27, (32x21); 5. 26x34!!!
Se: 2. (6-17); 3. 47-33!!!
N.º 1993D096 [J.S.]: 10. 18-13; 11. 9-18, 11-7; 12. 4-20, 28-23; 13. 19-28, 32-7; 14. 3-12, 31-28; 15. 24-31, 17-13; 16. 31-22, 26-3+

A. de M. M.

Tempo

Continuação do céu nublado com aguaceiros fracos.



a talhe de FOICE

O bastão

A Europa dos Doze está em polvorosa. De súbito, sem que os dirigentes nacionais ou comunitários o pudessem impedir, operários, estudantes, empregados, comerciantes, agricultores, desataram para aí a manifestar-se: uns porque não lhes pagam, outros porque não querem pagar, aqueles outros porque insistem em trabalhar, outros ainda porque o negócio vai mal ou porque não há negócio que lhes valha, enfim, um desatino.

Ele é em Portugal, em Espanha, na Bélgica, na França, na Alemanha... Até na Rússia, que dos Doze só tem promessas, os mineiros fizeram voz grossa ao governo de Ieltsin, que assim chamado à pedra em vésperas de eleições teve de ir descobrir num instantinho o dinheiro dos salários. Para onde quer que a gente se vire é a mesma coisa. Greves, manifestações, jornadas de luta, concentrações, plenários sindicais, protestos, e mais protestos e mais protestos.

Os poderes instituídos e afins bem se esforçam por distrair o pessoal, mas o pessoal não desarma.

Por cá, por exemplo, é um ver se te avias em bingos, totolotos, totobolas, sorteios, amigas olgas, rodas da sorte, encontros imediatos, entre-famílias, senhores dinheiros, e um nunca mais acabar de fórmulas rápidas de ficar rico só com um bafejo da sorte, mas o zé povinho nicles, continua a insistir que o que é bom e enche barriga está cada vez mais arisco e insiste em protestar.

Nos últimos tempos, num esforço de imaginação assaz notável, só equiparado mesmo ao famozérrimo 'american style', até nos oferecem debates em versão extra-large, onde o pessoal é convidado a participar tipo claqué de futebol - fora o árbitro, ladrão, seu este, seu aquele, gatuno, filho da mãe - e debates tipo tamanho único em que os convidados afinal são só um.

Como nem estas iniciativas parecem estar a dar resultado, os portugueses são cada vez mais solicitados para vigílias nocturnas, seja para ver os ditos debates, seja para seguir de perto eclipses da lua em noites de nevoeiro. A ver se se cansam, presume-se, mas até ver sem efeito. Nem cá nem lá por fora, que até já os pacíficos belgas fizeram uma greve geral - a primeira em mais de cinquenta anos - e não há comissário da imagem que resista a tanto desacato, por mor do que o nosso Deus Pinheiro anda tão recatado.

Estavam as coisas neste pé e os Doze à procura do norte perdido lá para os lados de Maastricht, eis senão quando, quase em simultâneo, três ocorrências mostraram que até em democracia há velhos atalhos que vale a pena não esquecer: por aqui e por ali na Comunidade, a polícia saiu à rua a desenferujar bastões; na Madeira, Jardim bateu num popular e a polícia lavrou um auto incriminando o agredido; na Rússia, Ieltsin ameaçou os partidos de acabar com os tempos de antena, incomodado com as críticas de que é alvo, e o seu governo 'pediu' a anulação do registo das listas comunistas e centristas por fazerem críticas à Constituição.

Consta que em S.Bento as ocorrências estão a ser estudadas com a maior atenção. E não seria de estranhar que na próxima cimeira dos Doze fosse adoptado um novo lema: Deus, Pátria e Autoridade.

■ AF

Declaração de Princípios Eleitos da CDU não vão acumular cargos

A Declaração de Princípios dos candidatos da CDU foi na terça-feira tornada pública em Lisboa, na presença de candidatos, activistas, presidentes de Câmara e representantes dos partidos e independentes que fazem parte da coligação. A declaração seria lida por Lino Paulo, cabeça-de-lista da CDU à Câmara de Sintra, e nela afirma-se a «total disponibilidade para o exercício dos cargos públicos» para que sejam eleitos os homens e mulheres da CDU, não aproveitando a possibilidade legal aprovada pelo PSD «com a abstenção cúmplice do PS» de acumulação de funções autárquicas com outras.

Este é um dos doze compromissos assumidos pelos candi-

datos da CDU, entre os quais estão «uma relação de total independência em todas as decisões, particularmente na gestão urbanística» face aos mais variados interesses; uma gestão aberta, transparente e desburocratizada, que assegure uma consideração atenta e uma resposta pronta às solicitações dos cidadãos»; uma conduta orientada «por critérios de isenção, recusa de benefícios e favorecimentos»; a «defesa do interesse público e, em geral, da população e do município» e «o reconhecimento do valor da contribuição e do papel dos trabalhadores e técnicos da autarquia» para a gestão dos municípios «recusando a presença do Governo para os despedimentos».

Nesta declaração de princípios os eleitos da CDU nas câmaras após 12 de Dezembro comprometem-se a fazer «uma gestão democrática e participada» com «institucionalização de espaços e estruturas de diálogo» com a população e estruturas representativas da vida dos concelhos; a ter «transparência administrativa» informando das principais decisões; respeitar «o princípio da autonomia e complementaridade» de todos os órgãos autárquicos, lutando por medidas de descentralização e reforço do papel das freguesias e Assembleias Municipais; seguir «o primado do princípio da colegialidade no funcionamento dos órgãos munici-

pais» traduzido na disponibilidade para atribuição de pelouros a vereadores de outras forças políticas onde a CDU for maioria; procurar «a melhoria do atendimento público» e prestar regularmente contas do trabalho realizado.

A mesa que dirigiu a apresentação desta Declaração de Princípios foi presidida pelo representante de «Os Verdes», Isabel Castro, e nela estiveram Blasco Hugo Fernandes, da Intervenção democrática e Carlos Carvalhas, do PCP, que no final faria uma intervenção sobre as razões que levaram a CDU a apresentar este documento e a assumir estes compromissos com as populações. Carvlhas concluiria que «há uma grande diferença entre a política do Governo, entre a política da Administração central e a política das autarquias em que a CDU tem a maioria».

No distrito de Lisboa CDU tem perspectivas de êxito eleitoral

«Um crescente apoio e entusiasmo em redor da campanha da CDU e da actividade das suas principais candidaturas» é assinalado pelo executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP (DORL) em comunicado emitido após a sua reunião de 26 de Novembro passado, que afirma ser «possibilidade real» o cumprimento dos seguintes objectivos: «a confirmação do valor e do mérito do trabalho realizado pelas autarquias onde está em maioria - Lisboa, Amadora, Loures, Vila Franca de Xira, Sobral de Monte Agraço», «a conquista da presidência dos municípios de Sintra e Azambuja» e «o reforço de posições em outros concelhos» do distrito de Lisboa.

O comunicado diz que «o recurso crescente de outros candidatos e de alguns sectores da comunicação social à criação de factos

tendentes a minorizar a CDU e os seus candidatos e a concentrarem ataques e suspeição sobre o trabalho dos seus eleitos constitui, não uma prova de fraqueza da CDU, mas a confirmação do progresso e possibilidades eleitorais que a campanha da CDU vem demonstrando».

A finalizar, a DORL do PCP chama a atenção dos eleitores «para campanhas que visam iludir e condicionar a sua opção de voto, nomeadamente a vaga das chamadas sondagens de opinião e os ataques infundamentados a autarquias de maioria CDU», manifestando-se confiantes que o voto da população será determinando «pela avaliação do mérito das propostas, da experiência e provas dadas nas autarquias pelos candidatos e da prática na gestão municipal de cada uma das forças políticas».

Deficientes manifestam-se junto ao Ministério do Emprego

Dirigentes e membros de associações de deficientes concentraram-se junto ao Ministério do Emprego em Lisboa, para protestar contra a situação dos seus representados, já que se vive uma situação de grande retrocesso relativamente aos direitos dos deficientes.

Aos manifestantes, representantes de organizações que compõem a União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes (UCNOD), juntaram-se na quarta-feira da semana passada funcionários de instituições particulares de solidariedade social, que reivindicam uma convenção colectiva de trabalho.

Sá Flores, da direcção da UCNOD, acusou o Governo de não ter regulamentado a

Lei de Bases da Reabilitação, aprovada em 1989, e de ter publicado legislação que atenta contra os direitos dos deficientes. O dirigente associativo, segundo a Lusa, referiu como «verdadeiros atentados aos direitos dos deficientes» o facto de, por exemplo, pela primeira vez, a Faculdade de Letras de Lisboa e a Universidade Nova terem recusado alunos cegos nos seus cursos de história.

Sá Flores denunciaria ainda que, pela primeira vez, o Secretariado Nacional de Reabilitação, nomeado pelo Governo, está a exercer funções apenas a tempo parcial, o que prejudica seriamente os deficientes portugueses e manifesta o desinteresse do Governo por eles.

Banca de Natal da Festa

Está já a funcionar a habitual Banca de Natal da Festa do «Avante!» onde, entre outros materiais, se pode encontrar rum cubano (três, cinco e sete anos); artesanato chinês, russo e de outras origens (Perú, etc). Para além disso estarão disponíveis diversos objectos de edição própria da Festa: copos, isqueiros, emblemas, meda-

lhas e serigrafias do artista cubano Mariano.

O funcionamento desta banca de natal é no centro de trabalho da António Serpa em Lisboa (avenida António Serpa, nº 26, 2º esqº, telefone 7930973, fax 7969897), funcionando aos dias úteis entre as dez e as 13 e as 14 e as 18 e 30 horas.

Sábado em Lisboa Marcha dos reformados

Uma marcha de protesto dos reformados vai realizar-se em Lisboa no próximo sábado, a partir das 14 horas e 30, convocada pelo MURPI - Confederação de Reformados, Pensionistas e Idosos - para protestar contra a política anti-social do Governo e contra as falsas promessas do primeiro-ministro.

O MURPI diz, na convocatória desta marcha, que ao contrário do que diz Cavaco Silva, os reformados viram diminuído o seu poder de compra através das pensões e suplementos reduzidos aumentos de 6,1 e cinco por cento, o que para dois milhões de reformados representam os valores diários que a seguir indicamos:

- 50 escudos para a pensão mínima geral,
- 33 escudos e 30 centavos para o regime agrícola rural,
- 30 escudos para a de sobrevivência,
- 15 escudos ao grande inválido do regime geral,
- 12 escudos e 60 centavos para o regime agrícola e social,
- 9 escudos para o grande inválido da sobrevivência,
- 6 escudos e 60 centavos para a pensão do cônjuge a cargo.

O MURPI protesta também em relação aos aumentos de 10,1% das rendas de casa, que atinge fundamentalmente idosos e reformados, e o facto de os medicamentos estarem cada vez mais inacessíveis aos reformados.